

JOSÉ DOS SANTOS BRUSSIO

**A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DO SINDICATO DE TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DAS REDES PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAIS DO
MARANHÃO-SINPROESEMMA, SÃO LUIS, MARANHÃO BRASIL**

São Luís, Maranhão, Brasil e Porto, Portugal,

2015

JOSÉ DOS SANTOS BRUSSIO

**A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DO SINDICATO DE TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DAS REDES PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAIS DO
MARANHÃO-SINPROESEMMA, SÃO LUIS, MARANHÃO BRASIL**

São Luís, Maranhão, Brasil e Porto, Portugal,

2015

2015

“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”

JOSÉ DOS SANTOS BRUSSIO

JOSÉ DOS SANTOS BRUSSIO

**A MEMÓRIA E A IDENTIDADE DO SINDICATO DE TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO DAS REDES PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAIS DO
MARANHÃO-SINPROESEMMA, SÃO LUIS, MARANHÃO BRASIL**

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
Doutor em Ciências Sociais, Especialidade em
Sociologia sob a orientação da Professora Doutora
Paula Mota Santos.

RESUMO

Esse estudo refere-se à construção da Memória e da Identidade do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Redes Pública Estadual e Municipais do Maranhão – SINPROESEMMA, entidade reconhecida oficialmente pela categoria como seu legítimo representante em todo Estado do Maranhão. Reconstruir a Memória e a Identidade do SINPROESEMMA, naqueles que lhe deram origem, pois, a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante. A memória desse sindicato que não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como marco referencial a partir do qual os docentes, a sociedade acadêmica e a própria comunidade redescobrem valores e experiências. Portanto se a memória e a identidade do SINPROESEMMA forem entendidas como ferramenta de comunicação e de organização dos trabalhadores, então poder-se-á afirmar que se transforma em conhecimento útil a história e a experiência acumulada em sua trajetória. Uma das características da memória, que é essencial ao pesquisador, é o fato de, apesar de resguardar sua dimensão subjetiva, também expressar, no que tange ao SINPROESEMMA, sua constituição de bases coletivas. Este trabalho mostrará como as condições básicas objetivas e subjetivas do mesmo estão relacionadas à luta dos trabalhadores do ensino público das redes municipais e estadual do Estado do Maranhão - Brasil.

Palavras-chave: Memória – Identidade – SIMPROESEMMA – Representações

ABSTRACT

This study refers to the construction of memory and identity of the Trade Union of Education Workers of the State and Municipal in Maranhão - SINPROESEMMA, entity officially recognized by the category as its legitimate representative in statewide of Maranhão. Rebuilding memory and identity SINPROESEMMA, those who originated it, as the memory allows this body's relationship with the past, and at the same time, interfere in the process "current" of representations. The memory appears as a subjective force at the same time deep and active, latent and pervasive. The memory of this trade union should not be thought of only as the last rescue, but as a reference point from which teachers, the academic society and the own community rediscover values and experiences. Therefore if the memory and the identity of SINPROESEMMA are understood as a communication tool and organization of educations workers, then it will be possible to be said that this work will show how turns into knowledge useful to history and the experience accumulated in its history. One of the characteristics of memory, which is essential to the researcher, is that, although safeguard their subjective dimension, also represent, in relation to SINPROESEMMA, its collective basis constitution on which the objective and subjective conditions are the same basic related the struggle of the education workers of public education of municipal and state in Maranhão - Brazil.

Keywords: Memory - Identify – SINPROESEMMA – Representations

RESUMÉ

Cette étude traite de la construction de la Mémoire et de l'Identité du Syndicat de Travailleurs en Éducation des Réseaux Publics de l'État et Municipal de Maranhão – SINPROESEMMA, entité reconnue officiellement par ces dits travailleurs comme leur représentant légitime dans tout l'État de Maranhão. Reconstruire la mémoire et l'identité du SINPROESEMMA chez ceux qui l'ont fait voir le jour, car la mémoire permet la relation du corps présent avec celui du passé et, en même temps, intervient dans le processus « actuel » des représentations. La mémoire apparaît comme force subjective, à la fois profonde et active, latente et pénétrante. La mémoire de ce syndicat ne doit pas être considérée uniquement comme la réhabilitation du passé, mais comme le point de repère à partir duquel les enseignants, la société académique et la communauté elle-même redécouvrent des valeurs et des expériences. Si la mémoire et l'identité du SINPROESEMMA sont donc vues comme un outil de communication et d'organisation des travailleurs, on pourra alors affirmer que l'histoire et les expériences accumulées se transforment en connaissance utile. L'une des caractéristiques de la mémoire, qui est essentielle au chercheur, est le fait que, bien qu'elle garde sa dimension subjective, elle peut exprimer également, en ce qui concerne le SINPROESEMMA, sa constitution de bases collectives. Ce travail révélera comment les conditions de base objectives et subjectives de ce dernier se rapportent à la lutte des travailleurs de l'enseignement public des réseaux municipal et de l'État de Maranhão – Brésil.

Mots-clés: Mémoire – Identité – SINPROESEMMA - Représentations

*“Matar o sonho é matarmo-nos. É mutilar a nossa alma.
O sonho é o que temos de realmente nosso, de
impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso”.*

Fernando Pessoa

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Galdino Brussio dos Santos e Cícera dos Santos Brussio (*in memoriam*), que durante sua existência foram alicerces para a formação de meus ideais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso “Mestre” maior, por nos conceder a graça de avançar até aqui. Aos Professores que passaram pelo curso e deram sua parcela de colaboração, seu incentivo, suas lições de vida.

A minha família, pelo incentivo e proteção, a presença de Maria Eunice Campos Brussio, dos meus filhos Rosenildo e Josenildo e suas respectivas esposas que compartilham dos meus ideais, dando-me forças quando o desânimo me abatia.

As minhas netas Jéssica, Juliana, Rayssa, Raiana e Larissa.

A professora Esmeria Marques

A Professora Doutora Paula Mota Santos pelo estímulo, dedicação e paciência na segura orientação do trabalho realizado.

Em especial a Doutora Ana Cláudia Moutinho, e ao Reitor Professor Doutor Salvato Trigo da Universidade Fernando Pessoa.

Aos meus colegas de turma do doutoramento pelo companheirismo e boa convivência.

Aos meus colegas Diretores do Sindicato de Trabalhadores em Educação das Redes Pública Estadual e Municipais do Maranhão – SINPROESEMMA, CNTE, CTB e CUT.

LISTADE SIGLAS

ADCT Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APEMM– Associação dos Professores do Município
AI-5 – Ato Institucional nº 5
ADI – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ABE – Associação Brasileira de Educadores
ABPPSP – Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CES – Centro de Estudos Sindicais
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CEIs – Centros de Educação Infantil
CPB – Confederação dos Professores do Brasil
COB – Confederação Operaria Brasileira
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CEB – Câmara de Educação Básica
CONLUTAS – Central Sindical e Popular
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CSU – Confederação Sindical Unitária
CPP – Centro do Professorado Paulista
CIOSL – Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
COAPEM - Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério
CONCLAT – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras
CONCLAP – Congresso Nacional da Classe Produtora
CSC – Corrente Sindical classista
CGC – Comando Geral de Greve
CIS – Comissão Intersindical
CPOS – Comissão Permanente das Organizações Sindicais
DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Maranhão
EUA – Estado Unidos da América
ENOS – Encontro Nacional das Oposições

ENTOES – Encontro Nacional DOS Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
FOSP – Federação Operaria de São Paulo
FRRJ – Federação Regional do Rio de Janeiro
FSRRJ – Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FIESP – Federação das Industria de São Paulo
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IADESIL – Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK – Jucelino Kubitschek
LSN – Lei de Segurança Nacional
MITC – Ministério dos Negócios do Trabalho, Industria e Comércio
MT – Ministério do Trabalho
MUT – Movimento Unificado dos Trabalhadores
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST – Movimento dos Sem-Terra
NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PUI – Pacto de Unicidade Internacional
SINDEDUCAÇÃO - Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal
UDN – União Democrática Nacional
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIVERSOU - Universidade Salgado de Oliveira
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
URSS – União Russa Socialista Soviética
UST – União Sindical do Trabalhador

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	02
Mapa do Brasil com os 27 Estados da Federação	
Figura 2.....	03
Mapa do Maranhão com suas Bacias Hidrográficas	
Figura 3.....	84
Composição da primeira Diretoria da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA)	
Figura 4.....	109
Distribuição dos respondentes segundo nome fictício, idade, categoria profissional, ingresso na atividade, ano de sindicalização, tempo entre o início da atividade e a sindicalização, formação, regime político/governo em vigor.	
Figura 5.....	111
Distribuição dos respondentes por caracterização sócio-demográfica.	
Figura 6.....	112
Indica a distribuição por anos do número de sindicalizações	
Figura 7.....	113
Quantidade de tempo que os respondentes demoraram a se sindicalizar	
Figura 8.....	120
Divisão de profissionais da educação por etapa de ensino (FONTE: MEC)	

ÍNDICE

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
RESUMÉ.....	VIII
PENSAMENTO.....	IX
DEDICATÓRIA.....	X
AGRADECIMENTOS.....	XI
LISTA DE SIGLAS.....	XII
LISTA DE FIGURAS.....	XIV
INTRODUÇÃO: o contexto do Trabalho.....	1
O Estado do Maranhão: breve retrato	
Mapa do Brasil com os 27 Estados da Federação.....	2
Mapa do Maranhão com suas Bacias Hidrográficas.....	3
CAPÍTULO 1	
A IDENTIDADE DOCENTE, O ASSOCIATIVISMO LABORAL E A	
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA.....	15
1.1 Identidade docente e associativismo liberal	16
1.2 Identidade docente e memória coletiva	20
CAPÍTULO 2	
ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO.....	32
2.1 O movimento sindicalista – resenha do movimento geral.....	32
2.2 O movimento sindicalista – resenha do movimento na Educação.....	42
2.3 O sindicalismo brasileiro pós-Vargas.....	47
2.4 A Velha Estrutura Sindical.....	52
2.5 A Nova Estrutura Sindical.....	58
2.6 Unicidade Sindical.....	63
2.7 O movimento sindical brasileiro sobre uma nova perspectiva educacional.....	70

CAPÍTULO 3

DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO AO SINPROESEMMA.....	78
3.1 A Associação de Professores do Estado do Maranhão/Brasil – APEM.....	80
3.2 A Origem do Sindicato SINPROESEMMA.....	95

CAPÍTULO 4

IDENTIDADE, MEMORIA E SUBJETIVIDADE DOCENTE.....	106
4.1 Amostra: caracterização.....	106
4.2 Apresentação e análise dos dados.....	114
Tema 1 do questionário - Trajetória do profissional na luta sindical.....	114
Tema 2 do questionário - Trajetória do profissional na luta sindical	121
Tema 3 do questionário - Trajetória do profissional na condição de sindicalizado(a).....	127
4.3 Memória e Identidade dos membros do SINPROESEMMA considerações finais.....	131
CONCLUSÃO.....	136
BIBLIOGRAFIA.....	143
APÊNDICE.....	156

INTRODUÇÃO: o contexto do trabalho

O Estado do Maranhão: breve retrato

O Brasil está inserido na América do Sul ocupando 93% do território, no Hemisfério Sul e apenas 7% do Hemisfério Norte. O país está estabelecido no ocidente, a oeste do meridiano de Greenwich cortado ao norte pelo paralelo do Equador. Encontra-se na zona intertropical, zona temperada sul e no Trópico de Capricórnio, compõe a América do Sul e faz fronteira com todos os países dessa porção do continente americano: Guiana Francesa: 655 km de fronteira, situada totalmente no estado do Amapá; Suriname: 593 km de fronteira, sendo no estado do Amapá (52 km) e no Pará (541 km); Guiana: 1.606 km de fronteira, sendo no estado do Pará (642 km) e Roraima (964 km); Venezuela: 1.492 km de fronteira, sendo em Roraima (954 km) e Amazonas (538 km); Colômbia: 644 km de fronteira, situada totalmente no território do estado do Amazonas; Peru: 2.995 km de fronteira, sendo no Amazonas (1.565 km) e Acre (1.430 km); Bolívia: 3.126 km de fronteira, sendo no Acre (618 km), Rondônia (1.342 km), Mato Grosso (780 km) e Mato Grosso do Sul (386 km); Paraguai: 1.339 km de fronteira, sendo no Mato Grosso do Sul (1.131 km) e Paraná (208 km); Argentina: 1.263 km de fronteira, sendo no Paraná (293 km), Santa Catarina (246 km) e Rio Grande do Sul (724 km); Uruguai: 1.003 km de fronteira, totalmente com o Rio Grande do Sul, exceto Equador e Chile.

Considerado um país de dimensão continental o seu espaço geográfico ocupado representa 5,7% das terras emersas do planeta, com uma área de 8.514.876,6 km². O litoral brasileiro totaliza 7.367 km e de fronteiras, 15.719 km. O extremo do país no sentido leste (Ponta do Seixas) a oeste (Serra Contamana) possui uma distância de 4319 km, já no sentido de norte (Monte Caburaí) a sul (Arroio Chuí), 4.394 km. Essas dimensões e características físicas do território favorecem a permanência de grande variedade de clima, vegetação, relevo e a formação de três fusos horários distintos.

Figura 1 - Mapa do Brasil com os 27 Estados da Federação



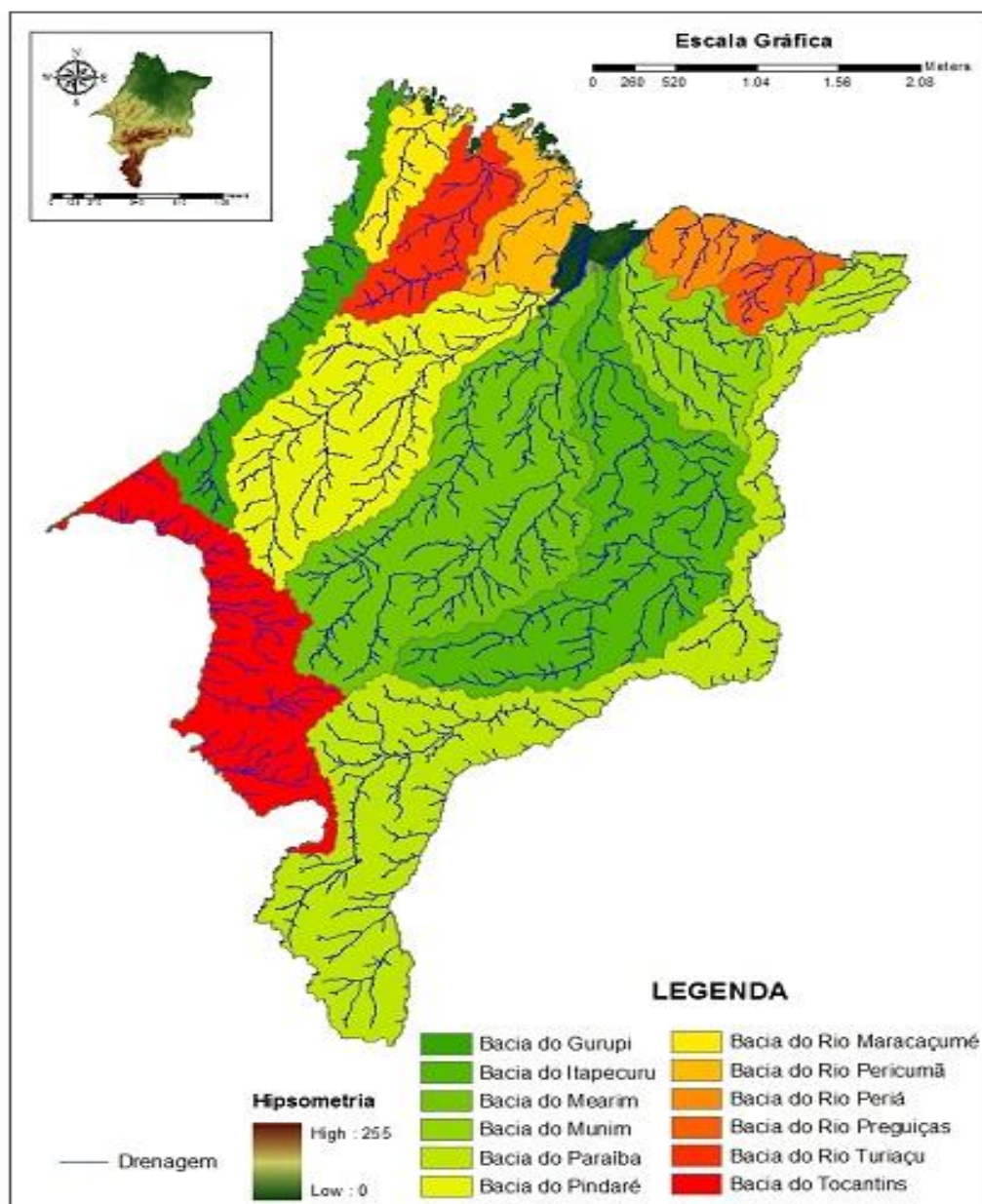


Figura 2 - Mapa do Maranhão com suas Bacias Hidrográficas

Características Sócio-Demográficas e Econômicas do Estado do Maranhão

O Maranhão é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Localiza-se no extremo oeste da Região Nordeste. Limita-se com três estados brasileiros: Piauí (leste), Tocantins (sul e sudoeste) e Pará (oeste), além do Oceano

Atlântico (norte). Sua área é de 331 937,450 km², possuindo 217 municípios, sendo o segundo maior estado da Região Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil. Tem uma população de 6.904.241 habitantes. Em termos de produto interno bruto, é o quarto estado mais rico da Região Nordeste do Brasil e o 17º estado mais rico do Brasil. A capital e cidade mais populosa do Maranhão é São Luís com mais de 1 milhão de habitantes.

O Maranhão possui a maior porção de manguezais (em torno de 50%) do país, assim como a maior quantidade de baías, estuários, penínsulas, ilhas e arquipélagos costeiros, caracterizando a costa maranhense como um dos trechos litorâneos mais intocados, selvagens e preservados do país. O Pólo Ecoturístico da Floresta dos Guarás e o Pólo Amazônia Maranhense (ambos nas Reentrâncias Maranhenses) e o Pólo Amazônia Atlântica no Pará constituem a maior floresta contínua de manguezais do mundo (aprox. 7.600 km²), justamente na Costa Amazônica brasileira (ou Amazônia Costeira e Amazônia Atlântica) que abrange os estados do Maranhão, Pará e Amapá. Na costa desses estados, os manguezais chegam a ter 40 quilômetros de largura e suas árvores alcançam mais de 40 metros de altura. Localizado entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil, o Maranhão possui uma grande diversidade de ecossistemas. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, diversas variedades de cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas. Também é perceptível, na maior parte do ano (entre os meses de maio a novembro), a seca branda na Microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru, acentuadamente em São João dos Patos e Barão de Grajaú. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás.

Segundo o IBGE, a população do Maranhão é uma das mais miscigenadas do Brasil, com o 68% dos habitantes são pardos, resultado da mistura de diferentes composições étnicas. A maioria da população estadual é composta por afro-descendentes, consequência do intenso fluxo de tráfico negreiro entre os séculos XVIII e XIX. Atualmente, o Maranhão possui mais de 700 comunidades quilombolas, sendo, portanto, o estado que detém a maior quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Conforme o IBGE crescimento demográfico é de 1,5% ao ano e a densidade

demográfica é de 20,8 habitantes por quilômetro quadrado com uma economia girando em torno de um PIB em 2013 de R\$67.593.000.000, tornando-o o 4º Estado mais rico do Nordeste e o 17º mais rico do Brasil com PIB per capita em torno de R\$9.948,47.

No entanto apresenta graves problemas na educação básica segundo reclamações que chegam ao sindicato levadas principalmente pelos professores das cidades que compõem os 217 municípios do Estado do Maranhão, reclamações indispensáveis para o funcionamento das escolas tais como: falta de giz ou pincel para descrever as aulas ou assuntos inerentes a mesma, falta de merenda escolar, funcionários para as bibliotecas, limpeza, secretaria da escola, segurança, banheiros em condições de uso e em alguns casos falta água, somando isto a falta de uma gestão democrática o Maranhão de 2003 a 2013 ocupou a posição 25 dentre os Estados da Federação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,679 e 0,646 respectivamente tendo em 2015 19% da população não alfabetizada, colocando-o em penúltimo lugar no ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com média de 0,683.

Nesse contexto reconhecemos não superar uma lacuna histórica, pois somos humanos e como tal temos as nossas limitações. Contudo sentimos a sensação do dever cumprido ao oferecer a comunidade sindical e outros segmentos da sociedade um registro escrito e sistematizado com certeza de que será uma fonte de pesquisas e consultas para todos que militam ou para aqueles que se interessam pelos movimentos sindicais, gerando situações que possibilita a explicitação de intenções e interesses que compõem os princípios educativos que consolidam a formação e funcionamento do Sindicato dos Professores que corroboram para a construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA.

Queremos assim rever as representações criadas pelos relatos dos profissionais ligados à educação e consequentemente a esta instituição sindical, mostrando o quanto elas são importantes na construção da memória e identidade do movimento sindical. Nesse aspecto trataremos da memória e da identidade do SINPROESEMMA, num espaço de tempo considerado 1970 a 2005, como uma construção discursiva e simbólica no qual aspectos da conjuntura política dos anos já citados acima foram privilegiados pelas narrativas dos trabalhadores da educação pública.

Construir a memória e a identidade de uma instituição é buscar em suas origens e formação o seu papel e função, além de investigar as tensões internas

(problemas que surgem dentro da instituição) e externas (problemas que surgem fora da instituição, mas que lhe atingem diretamente), que dificultam e/ou dificultaram a execução de seus objetivos. Nosso interesse por esta pesquisa nasce em primeiro lugar de uma constatação da necessidade de estudar o papel da memória na identidade do SINPROESEMMA.

Em segundo lugar interesse pelo tema surgiu da nossa militância nos movimentos sindicais. Aqui vale uma retrospectiva sobre o meu ingresso no serviço público e consequentemente no magistério o que foi possível a partir de 1980. Nesse ano fui aprovado no Vestibular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para o Curso de Licenciatura Plena em Disciplinas Profissionalizantes com habilitação em: Teoria da Administração, Organização de Empresa e Legislação Aplicada, possibilitando-me a ingressar na Secretaria Municipal de Educação (SEMED), para lecionar a disciplina Técnicas Comerciais. Aqui começou uma nova jornada de vida e mudança atitudes que me levaram a envolver-me nos movimentos sociais através da Associação de Professores do Município de São do Maranhão/Brasil (APEMM) na qual ingressamos como Secretário em 1981. A partir desse ano juntamente com toda a diretoria procuramos buscar junto as autoridades competentes a valorização dos profissionais do magistério através de instrumento que garantisse as condições de trabalho, salário digno e uma carreira funcional que o valorizasse até a sua aposentadoria.

Nesse contexto, diante das reivindicações da categoria a Prefeitura organizou no ano de 1986, uma comissão da qual fiz parte para a reformulação da Lei 2.728, Estatuto do Magistério, que foi aprovado e homologado ainda em 1986, definindo carga horaria, tabela salarial, progressão vertical e horizontal, estabilidade, tempo de serviço e idade para aposentadoria do Professor e da Professora. Em seguida pelo decreto nº 6.059 foi criada a Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério (COAPEM) onde fui eleito presidente da mesma entre os membros componentes. Tornei-me assim o primeiro presidente da (COAPEM), no período de 23 junho de 1986 a fevereiro de 1989. Após a implantação do Estatuto do Magistério, fui aprovado através de um seletivo para diretor de uma Unidade Integrada de Ensino, assumindo, portanto, a Gestão da Unidade Integrada Mario Andreazza em abril de 1993, ao término dessa gestão em janeiro 1998. Volto ao chão da escola em 1998, lecionando a disciplina de Técnicas Comerciais sem, contudo, me afastar da base e da própria Associação, até ser transformada em 2004 em Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal (SINDEDUCAÇÃO).

No entanto, por força destino talvez, no mesmo ano 1980, fui aprovado em concurso público para o cargo Agente de Polícia Classe A, do Estado do Maranhão sendo lotado na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Maranhão (DOPS), onde permaneci desde janeiro de 1980 até março 1985, tendo que desistir do mesmo por incompatibilidade entre os cargos de Agente de Polícia e do Magistério, segundo a Legislação brasileira. Para tanto fiz uso da prerrogativa do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para fazer a transposição do cargo de Agente de Polícia para o Magistério dado o conflito entre os dois. Integrado ao Magistério Estadual fui lotado na Escola Técnica Estadual Dr. João Bacelar Portella para lecionar a disciplina Organização e Normas Técnicas em 1987, despertando-me o interesse na forma de organização dos professores que se dava principalmente pelo trabalho de formação continuada desenvolvida pela Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) em conjunto com as prefeituras trazendo melhoria na qualidade de ensino. Em 1989 ingressei na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) para realizar o Curso de Pós-graduação em Administração Educacional.

Nesse interim a Associação (APEMA) era transformada no ano de 1989, em Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipais do Ensino de 1º e 2º grau do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA). Nesta altura tive uma atuação mais efetiva chegando a compor a diretoria do Sindicato em dois mandatos, sendo que no segundo mandato fui eleito 1º tesoureiro. Mandato que eu não completei por discordar da presidente de que o SINPROESEMMA precisava de dois tesoureiros com autonomia para ordenar despesas e assinar cheque com a presidente.

Em 1994 voltei a lecionar Organização e Normas Técnicas na Escola Técnica Estadual Dr. João Bacelar Portella, quando era eleito para a presidência da República o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). No seu programa de governo para o país estava o fechamento das escolas técnicas e conseqüentemente o remanejamento desses professores das áreas técnicas para outras secretarias ou outros órgãos do Estado. Diante dessas incertezas fiz outro vestibular desta feita na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), onde fiz curso de Licenciatura Plena em Ciências Naturais. Em 2002 retorno ao SINPROESEMMA como Secretário de Assuntos Jurídico com início do mandato em 14 de abril de 2002 e termino em 13 de abril de 2005, eleito pelo voto congressional, mesmo diretor do SINPROESEMMA. Permaneci em sala aula até o termino

do ano letivo de 2003, sem, contudo, deixar de trabalhar os interesses dos professores, nomeadamente melhores condições, qualidade da educação e salário digno. Isso se confirma com a realização da 1ª eleição para gestor do colégio Dr. João Bacelar Portella onde juntamente com alguns professores em 2003 organizamos e coordenamos o pleito sendo eleita a Professora Maria do Socorro Brandão Gestora Geral e o Professor Airão Aires Rodrigues Gestor Adjunto; ambos tomaram posse em agosto de 2003.

Nesse aspecto o trabalho ora apresentado insere-se na categoria de sociologia histórica, e busca contribuir para o entendimento da construção da memória e identidade sindical. Esperamos também oferecer subsídios nas discussões do sindicalismo docente da educação básica no Brasil no período de 1970 a 2005, tendo por objetivo debater e apresentar considerações sobre a construção da Memória e da Identidade do “Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Municipais e Estadual do Maranhão – SINPROESEMMA”, partindo do pressuposto básico das condições objetivas subjetivas da identidade deste sindicato relacionado à luta dos trabalhadores do ensino público das redes municipais e estadual do Estado do Maranhão–Brasil.

Todavia as dificuldades que ocorrem na execução de objetivos mais imediatos do SINPROESEMMA em alguns momentos políticos provocam tensões dialéticas entre autonomia e descentralização por um lado e controle estatal pelo outro. No entanto, o esforço, a defesa, e autodeterminação dos trabalhadores tem tornado livre e autônoma a forma de organização e a representação sindical, na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Para Diniz (2006), os sentimentos que brotam do fazer educação e a crise de identidade que ora vive o mundo do trabalho são questões que precisam ser discutidas e aprofundadas. Temos de tentar fazer conosco o que tentamos fazer com nossos (as) alunos (as): ajudar a compreender o mundo que as (os) cerca para interferir nele, melhorando-o, transformando subjetiva ou objetivamente as relações sociais, políticas e econômicas que não deixam o ser humano ser humano, com seus sonhos, delírios, gostos.

Em outras palavras, fazer aquilo que Mesquita (2014) ao citar Gramsci (1975) entende como a “filosofia das práxis”: conhecer para mudar. É este o nosso papel, para com os alunos (as) e para conosco: reinventar a esperança, aprender andar de bicicleta sem as rodinhas, ou como Paulo Freire (1997) diz: “No fundo eu vinha educando a minha

esperança enquanto procurava a razão de ser mais profunda de minha dor. Para isso, jamais esperei que as coisas simplesmente se dessem. Trabalhei as coisas, os fatos, à vontade. Inventei a esperança concreta de que um dia me veria livre de meu mal-estar (Freire, 1997, p.31).

O movimento sindical é um dos dinamizadores dos confrontos entre os trabalhadores (as) e os capitalistas, entre Trabalho e o Capital. No entanto não podemos esquecer que as formas de luta são extremamente tensas, desgastantes para os sindicatos, e, em alguns casos para o governo que geralmente se utilizando seus aparatos de repressão e mecanismos burocráticos fragmenta a categoria através da diferenciação e desvalorização dos salários. Neste aspecto o sindicato tem se preocupado em preparar os professores e funcionários do Estado e Municípios através dos Cursos de Formação Política e Sindical, disponibilizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e pelo Centro de Formação Sindical (CES), com os quais o sindicato está ligado através da filiação ou através de contrato.

Queremos assim oferecer elementos que possam contribuir na construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA desde a sua origem até os dias atuais a partir da estruturação dos seus quatro capítulos assim distribuídos: No primeiro capítulo “Identidade Docente, o Associativismo Laboral; no segundo capítulo “Estrutura Sindical no Brasil: um breve histórico; no terceiro capítulo “Da Associação de Professores do Estado do Maranhão ao SINPROESEMMA” e no quarto capítulo “Identidade, memória e subjetividade docente”.

Primeiro capítulo “Identidade Docente, o Associativismo Laboral e a construção da memória coletiva” procuramos abordar principalmente aspectos que definem a identidade profissional docente e igualmente o sentido social e pessoal dessa entidade, de modo a diferenciá-la pelo sentimento de grupo, tecido nas relações sociais de trabalho e no cotidiano da sala de aula que transporta para o coletivo a particularização das histórias pessoais, nas dimensões técnicas e políticas de sua atuação, balizada por suas experiências, crenças e valores pessoais. E para melhor explorar esses conteúdos buscou-se as teorias sobre a memória e identidade, conforme descrito por vários autores dentre eles: Maurice Halbwachs (2006), Henri Bergson (2006), Ademar Bogo (2008), Ecléa Bosi (2004), Anthony Giddens (2002), Stuart Hall (2006), Álvaro Moreira Hipólito (2003) e outros que serão descritos no decorrer do trabalho.

Segundo capítulo “Estrutura Sindical no Brasil: um breve histórico” demos ênfase a uma abordagem historicista das questões sindicais desde a sociedade de economia essencialmente agrícola aos primórdios da industrialização, que tomou impulso a partir de 1930. Segundo Durans (2008), nesse sentido se fez jus abordar a criação em 1905 da primeira Federação Operária de São Paulo (FOSP) (Gereba, 2009). Como havia de ser todo o conhecimento sobre a organização dos trabalhadores no Brasil até então era transmitido por estrangeiros o que fez com que o governo em 1907 instituísse a primeira legislação para agilizar a expulsão de líderes sindicais estrangeiros (Steinke, 2004). Destacamos também os três momentos históricos para o processo de desorganização e reorganização do movimento dos trabalhadores organizado em sindicatos.

Ainda no segundo capítulo abordamos a organização sindical corporativista e a importância do Governo Vargas para os trabalhadores. Na sequência foram abordadas as mudanças no sindicalismo brasileiro e a criação das centrais sindicais que congregariam todos os sindicatos e faria suas defesas a nível nacional e a nível internacional. Consequentemente fazemos inserção sobre o surgimento dos primeiros sindicatos de profissionais da educação. Nesse capítulo contamos com uma vasta quantidade de autores e teorias sobre sindicalismo. Podemos citar, por exemplo: Giannotti (2007), Abramides e Cabral (1995), Sousa (2002), Monlevade (2000), Rodrigues (1993). Também não foi esquecido o período de repressão estabelecido pelo regime ditatorial dos Governos Militares.

Terceiro capítulo “Da Associação de Professores do Estado do Maranhão ao SINPROESEMMA” tem-se a análise do desenvolvimento histórico do associativismo e sindicalismo maranhense demonstrando que estes se configuraram em entidades que possuíam o intento de representar todo o professorado.

Quarto capítulo “Identidade, memória e subjetividade docente” desenvolve-se abordando a memória e a identidade do SINPROESEMMA, através das narrativas dos profissionais da educação envolvendo professores e funcionários que ao longo dos tempos acumularam em suas lembranças um passado não muito distante, que se constituirá a base da memória e da identidade deste sindicato, lembrando que esta memória não se restringe apenas as lembranças envolvidas daqueles que compõem o sindicato, mas também aqueles que o antecederam cuja origem está diretamente ligada a

associação de professores do Estado do Maranhão/Brasil (APEMA), de onde os narradores na sua maioria são originários.

Contudo reconstituir a memória de uma instituição é desvelar, a partir de seus elementos concretos, o valor de sua existência no meio social. Em se tratando de uma instituição sindical, temos consciência da grandiosidade do espaço com o qual estamos trabalhando, tamanha é a diversidade de representações da memória que se apresentam em cada indivíduo que compõem esse espaço.

[...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (Bosi, 2004, p.46).

Bosi (2004) ratifica a afirmação de Bérghson, “a memória seria o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas” (Bérghson, 1990, *citados por* Bosi, 2004, p.47). Portanto, para a realização da presente pesquisa não basta realizar um levantamento dos dados durante os anos 1970 a 2005, mas investigar como as transformações ocorridas no sindicato nesse período são descritas por aqueles que a vivenciaram e a constituíram enquanto instituição sindical durante esse período.

É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como nos dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. “Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída” (Halbawachs, 2006, p.34). Valores e experiências comuns a grupos e sociedades estão presentes, por exemplo, nos significados atribuídos aos indivíduos, aos acontecimentos e aos objetos que emergem nas memórias ou que são preservados como suportes de lembranças. Estes valores experiências comuns a grupos são relatadas pelos entrevistados no capítulo 4.

Assim, a memória pode evocar uma ideologia grupal, ou até mesmo, um conjunto de imagens que podem ajudar a constituir uma identidade específica; é assim

que, através dos professores e alguns funcionários, pretendemos resgatar a memória e identidade do SINPROESEMMA.

[...] *a priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (Pollack, 1992, p. 200-212).

Nesse contexto a pesquisa justifica-se pela necessidade da construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA. Tal necessidade torna-se evidente a partir das escassas publicações literárias sobre o tema, impossibilitando à sociedade docente, estudantil e aqueles que se interessam pelo sindicalismo de um modo geral acesso a esse conhecimento. Assim esta pesquisa tem a finalidade de poder contribuir para o registro da memória e da identidade do SINPROESEMMA a partir dos relatos dos diretores, professores e funcionários buscando compreender melhor os acontecimentos políticos, sociais e históricos das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da educação do Maranhão dentro de uma visão crítica da realidade concreta e das relações sociais.

Portanto, buscar compreender a identidade do SINPROESEMMA a partir de imagens e memórias evocadas por aqueles que participaram desse processo de construção, talvez seja o maior desafio que tivemos que enfrentar durante a pesquisa. O tema abordado proporcionará reconhecimento aos pioneiros da luta sindical nos tempos em que a ditadura militar sucumbia qualquer movimento de defesa dos trabalhadores. Nesse campo de batalha desigual eles resistiam e dessa resistência que surge a contribuição sobre a história dos educadores no Brasil e no Estado do Maranhão.

Nesse contexto, acreditamos que a memória do SINPROESEMMA além de representar um resgate do passado, também representa um marco referencial a partir do qual os docentes, a sociedade acadêmica e a própria comunidade redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros. Portanto se a memória e a identidade da instituição forem entendidas como ferramenta de comunicação e de organização dos trabalhadores, então poder-se-á afirmar que esta entidade de fato é capaz de transformar em conhecimento útil a história e a experiência acumulada em sua trajetória.

A metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método do trabalho de pesquisa segundo Vergara (2013) vale ressaltar que a metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, procurando em primeiro lugar compreender como se deu o aparecimento das primeiras organizações associativas, sindicais de docentes da educação básica no Brasil. Para tal, lançamos mão de documentos existentes sobre o tema, assim como a análise de documentos e periódicos que constam do acervo das associações e do sindicato: as Teses Congressuais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (2003), Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) (2011), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) (2009), assim como a utilização de vários fascículos dos Cursos de Formação Política Sindical da CNTE (Brasil, 2007) e do Curso de Formação Sindical do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho CES (2011).

Em segundo lugar, realizamos a pesquisa empírica, por meio de questionários. Estes foram aplicados nos anos de 2000 a 2010 nos locais sugeridos pelos respondentes conforme sua conveniência e disponibilidade com o objetivo de melhor interagir com o pesquisador. Todas as etapas foram seguidas da aplicação dos instrumentos de apreciação, interpretação e análise do anunciado e da temática dos dados quantitativos e qualitativos dos respondentes, parte principal para a construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA.

Esse procedimento busca compreender aspectos relacionados à objetividade e a subjetividade dos professores e professoras, que através de suas narrativas trazem o cerne construtivo da memória e da identidade do SINPROESEMMA. De certa forma a minha história de luta na militância sindical, tem sido muito útil para compreender a cultura sindical dos docentes, ou seja, a objetivação do discurso contido nos depoimentos dos professores coordenadores de núcleos, diretores e demais funcionários, tornando possível a busca de um elo com o passado por meio de narrativas individuais ou coletivas, construídas pelo protagonismo dos professores.

Em seguida apresentamos as nossas conclusões sobre a pesquisa realizada, as nossas impressões e considerações sobre o trajeto desenvolvido e o caminho alcançado durante este esforço científico para compreender a história, a identidade e a memória do SINPROESEMMA, como, os resultados dos dados coletados que, se por um lado, ratificaram as nossas expectativas quanto aos objetivos propostos, por outro, tivemos

alguns entraves metodológicos que nos prejudicaram bastante, nesta etapa da pesquisa, a saber, a falta de tempo dos professores para responder os questionários e impossibilidade de retornar os questionamentos aos respondentes a fim de sanar algumas lacunas.

CAPITULO 1

A IDENTIDADE DOCENTE, O ASSOCIATIVISMO LABORAL E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

A identidade docente é erigida na ligação e no diálogo entre a formação e a prática, fundamentada no convívio entre os grupos, presumindo um sistema de aspectos distintos de contatos grupais marcadas pela vontade social ou pessoal.

Nesse contexto, Candau (2000) reflete acerca da construção da identidade profissional, enfatizando que completa o panorama das identidades possíveis, as categorias que tratam da formação, das esferas do trabalho e do emprego que estabelecem os domínios de referência dos indivíduos para si mesmos. O emprego é considerado cada vez mais o centro do processo identitário assim como a formação profissional diretamente ligada a ele. Nesse processo tem-se entre os acontecimentos mais significativos para a construção da identidade a saída do sistema escolar e o enfretoamento do mercado de trabalho. Assim, é da estratégia desenvolvida nesta fase que resulta, ao mesmo tempo, a identificação pelos outros de suas competências e a construção para si de seu projeto, de suas aspirações, de sua identidade.

É possível afirmar, portanto que é pela ação social e pessoal que se constrói a identidade, ou seja, se estabelece no debate das experiências vividas. É deste primeiro confronto, que segundo Candau (2000) procedem as peculiaridades de construção de uma identidade profissional, de forma que constitua não somente uma identidade em relação ao trabalho, mas, também, e, sobretudo uma projeção de si mesmo em relação ao futuro, a antecipação de uma trajetória profissional e a operacionalização de uma lógica de aprendizagem ou de formação. Portanto,

O espaço de reconhecimento das identidades é inseparável do espaço de legitimação dos saberes e competência associados aos processos de identificação. A transação objetiva entre os indivíduos e as organizações é, antes de tudo, aquela que se organiza em torno do reconhecimento ou do não reconhecimento das competências, dos saberes, das imagens de si, que constituem o âmago das identidades reivindicadas. (Candau, 2000, p.108).

Pelo exposto compreende-se que a identidade é processo subjetivo e objetivo que media acordos sobre as possibilidades, considerando que é nos diálogos sociais que

as necessidades se expõem, é o momento em que os motivos são determinados, demonstrando as expectativas que o sujeito imaginou em relação a sua ação profissional.

1.1. Identidade docente e associativismo laboral

Garcia (2005, p. 3) ressalta seu entendimento de identidade profissional docente ao destacar as disposições de sujeito que lhes são conferidas, por variados discursos e agentes sociais, aos professores e às professoras no âmbito de sua prática. Refere-se também ao conjunto das exposições dispostas que circulam através dos discursos relativos as maneiras de ser e atuar dos docentes no desempenho de seu cargo, com suas faces complexas e burocráticas.

Nesse sentido, alguns estudos que ressaltam essas questões já são clássicos no meio docente, principalmente aqueles que tratam da identidade docente do ponto de vista da exploração da condição ocupacional dos mesmos, considerando suas posições de acordo com as formas de trabalho docente. Assim, temas como a autonomia profissional e o menor ou maior grau de proletarização ou as particularidades de profissionalismo dos docentes têm sido questionado por estudiosos como Apple (1987; 1988) e Arroyo (1985). Assim, é preciso considerar a contribuição do pensamento freiriano para a construção da identidade do professor enquanto profissional docente.

[...] saber, ter consciência, assumir, corporificar que ele, assim como os seus alunos e toda a comunidade, ou seja, todo ser humano, sem exceção, é um ser imperfeito em busca da perfeição. A diferença é que esses seres muitas vezes e, por diferentes motivos, encontram-se em estados diferentes dessa consciência (intransitiva, transitivo ingênua e transitivo crítico). Assim, a formação docente deve, necessariamente, ser construída pela reflexão para ser capaz de promover à assunção dessa consciência no seu alunado. (Freire, 1983, p.19)

Observa-se dessa forma, que o docente deve perceber a aptidão humana assim como o seu estado de consciência, para ter habilidade de reconhecer no seu aluno o estado de consciência destes, e agir no sentido de possibilitar que estes assumam a transitividade crítica, e tomem consciência que todos podem aprender.

A formação da identidade docente deve ser estabelecida sob conteúdos que superem aqueles que já existem para a prática docente e basear-se na ética, no respeito à

dignidade e na autonomia do aluno, na missão como práxis, cheia de humanismo e consolidada cientificamente. O compromisso profissional, consequentemente:

[...] seja ele quem for, está a exigência de seu constante aperfeiçoamento, de superação do especialíssimo, que não é o mesmo que especialidade. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar sendo no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialíssimos estreitos. (Freire, 1983, p. 21)

O humanismo, referido por Freire (1983), na identidade docente demanda uma prática com propósito político-pedagógico que deve ser democrática e progressista. Na docência progressista e democrática, o conhecimento e a prática devem manter-se em atitudes humanas cujo ato educativo não pode ser neutro, pois não é possível separar educação e política. Não se pode ter em mente o exercício de uma educação voltada para a cidadania sem que haja envolvimento emocional, afetivo e sem associar a ela o propósito político. “A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança [...]” (Freire, 1996, p. 143).

Percebe-se, portanto que a formação da identidade docente progressista demanda, essencialmente, uma adaptação, ou seja, assumir o estado democrático de ser e agir e nessa perspectiva sempre deve estar presente o diálogo e a participação. Apenas nesse contexto há comunicação. “O diálogo é, portanto, o caminho indispensável”, afirma Jaspers, não somente nas questões vitais para a nossa ordem política, mas em todos os sentidos da nossa existência” (Freire, 1983, p.68).

Especialmente, se a situação for de um estado político-social antidemocrático, onde a liberdade se acrescenta ao mercado, não há lugar para o diálogo, e onde ‘ter’ mais predomina sobre o ‘ser’ mais. Em que a coisa pública, trabalhadores, principalmente os professores e trabalhadores da educação, são continuamente desrespeitados e desvalorizados tanto pelos governantes, como pela sociedade como um todo.

A existência da prática docente por si só não se traduz em uma situação de fundação associativa ou sindical, considerando a conveniência onde esteja envolvido um projeto político e de conhecimento social que questione o sistema. As circunstâncias subjetivas são os entendimentos que esboçam o processo de instituição associativa e sem a qual não há como juntar os docentes em volta de uma associação instituída com o

propósito de representá-los junto aos poderes públicos ou dos donos de empresa, no espaço privado (Silva e Muraro, 2012). Nesse sentido:

[...] o principal debate sobre a profissão docente era em torno da conceituação de classe social e sobre a natureza do trabalho docente, se era capitalista ou não, e se pertenciam, como grupo social, à classe trabalhadora ou à classe média, como tradicionalmente haviam sido considerados até então por estudos sociológicos clássicos, pautados meramente em uma explicação marxista, em que as categorias eram elencadas pela relação do capital com a produção do trabalhador (produtivo ou improdutivo). (Garcia, 2005, p.4)

Neste aspecto memória e identidade sindical podem ser definidas a partir do pensamento dos seus filiados, militantes e sobre qual foi a sua participação nos movimentos sindicais. As suas lembranças de lutas, conquistas, decepções, não esquecendo que mesmo nas vezes que temos aquele sentimento de derrota sempre nos resta o aprendizado para novas batalhas contra a retirada de direitos laborais e o papel protagonista do trabalhador e trabalhadora no desenvolvimento de projetos educacionais. É nesse espaço laboral que vai se construindo a memória e a identidade daqueles que compõem a organização.

Assim, o conhecimento acerca da classe é, semelhante a uma inconsciência, estabelecida segundo a classe de sua condição econômica, histórica e social. Isto ocorre pela semelhança estrutural instaurada, como vínculo decisivo concreto, uma forma de expressão intelectual da estrutura econômica. São várias as possibilidades de pesquisa das identidades docentes considerando a grande diversidade das circunstâncias de formação e ação profissional desses sujeitos. Dessa forma, para Tardif (2002), tendo em vista a ótica sociológica, é possível afirmar que o trabalho altera a identidade do trabalhador,

[...] trabalhar não é somente fazer alguma coisa, mas fazer alguma coisa em si mesmo, consigo mesmo. Se uma pessoa ensina durante 30 anos, ela não faz simplesmente alguma coisa, ela faz também alguma coisa de si mesma: sua identidade carrega as marcas de sua própria identidade, e uma boa parte de existência é caracterizada por sua atuação profissional. Em suma, com o passar do tempo, ela vai-se tornando aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros – um professor (a), com sua cultura, seu ethos, suas ideias, suas funções, seus interesses, etc. (Tardif, 2002, p. 56-57).

Segundo Antunes (2010) a crise que atinge todo mundo do trabalho, seus organismos sindicais e partidários, são de proporções ainda não de todo assimiladas. Sua intensidade e agudeza devem-se ao fato de que, simultaneamente, atingiu a materialidade e a subjetividade do ser que vive do trabalho. Não foram poucas as transformações vivenciadas nas últimas décadas, atingindo centralmente os países capitalistas

desenvolvidos, mas com fortes repercussões, decorrente da mundialização e globalização do capital, no conjunto dos países de Terceiro Mundo, especialmente aqueles intermediários¹ dotados de um significativo parque industrial, como é o caso do Brasil.

Assim, para Silva (2009, p.20) a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. Envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas. Essas novas identidades, caricaturalmente simbolizadas às vezes, pelos jovens que comem hambúrgueres do McDonald's e que andam pela rua formando grupo de "consumidores Globais" que podem ser encontrados em qualquer lugar do mundo e que mal se distinguem entre si.

Nesse sentido, Souza (2002), afirma que a natureza das políticas sociais do Estado capitalista é determinada tanto pelo patamar de desenvolvimento das forças produtivas quanto pelos avanços do processo de democratização das relações de poder, ou seja, o binômio industrialismo/democracia é o elemento determinante da natureza das políticas sociais na sociedade de classes, na medida em que tal elemento impulsiona a redefinição das estratégias econômicas e político-sociais do Estado.

Nesse contexto, a Educação enquanto política social do Estado capitalista tem por sua vez respondido de modo específico às necessidades de valorização do capital, ao mesmo tempo em que tem se constituído num instrumento de emancipação da classe trabalhadora, através de efetivo acesso ao saber socialmente produzido. Isto significa, na realidade, admitir que, de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionadas tanto com a consolidação dos níveis de participação

¹ Esses países são denominados de *intermediários* em razão de seu grande potencial econômico em ascensão. A África do Sul, o Brasil e a Índia são considerados países intermediários. Ainda que não exista acordo entre os especialistas com relação à definição precisa do conceito, este geralmente inclui pelo menos um dos três fatores: capacidades materiais, uma medida de auto percepção e o reconhecimento dos outros Estados, em especial das grandes potências. Estes três países têm uma característica comum, são "potências regionais" e tal condição lhes assegura uma relevância internacional adicional. Ainda que o conceito tenha sido grandemente utilizado na década de 1970, quando os grandes países em desenvolvimento desenvolviam políticas assertivas no plano internacional, este ainda tem importância no mundo globalizado (Lima, 2005).

popular alcançado, como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. (Souza, 2002, p.51)

Nessa perspectiva a formação profissional tem constituído uma ação de caráter técnico-político inerente ao processo de ampliação da maquinaria e da democracia (Souza, 2002). Entretanto, o estágio atual de desenvolvimento científico e tecnológico remete-nos a considerações de dois aspectos:

Formação profissional, em sentido lato, e formação profissional, em sentido estrito. No primeiro aspecto, a formação profissional refere-se às ações educativas que visam à conformação técnica, política e cultural da força de trabalho às necessidades da civilização urbana-industrial, presididas pela lógica científica da organização do trabalho e das relações de produção. Assim sendo, formação profissional identifica-se com escolarização, que, á medida que se amplia e se aprofunda a organização científica do trabalho e da vida, requer um patamar sempre mais complexo da capacidade de abstração do conjunto da força de trabalho, quer ela realize tarefas simples ou complexas no mundo da produção ou assuma responsabilidades sociopolítico-culturais na organização do seu cotidiano. (Souza, 2002, p. 53-54)

Neste aspecto as transformações ocorridas nas formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil acompanham as mudanças conjunturais na economia e na política nacional. Envolvendo todos os fatores produtivos, incluindo a força de trabalho e, conseqüentemente, as maneiras como estes trabalhadores e trabalhadoras organizam suas lutas e desenvolvem suas estratégias e táticas, na confirmação de sua identidade e busca de seus objetivos para atender suas necessidades do momento histórico pelos quais passam, tanto no seu aspecto nacional como no aspecto regional.

1.2 Identidade docente e memória coletiva

No cenário mundial a cultura, a memória e a identidade são expressões muito presentes em todas as reflexões, sobre o momento atual da humanidade especificamente na América Latina, onde a resistência dos povos tem garantido expressivas vitórias nos últimos anos, com uma viragem à esquerda na região através do fortalecimento de várias centrais sindicais e a criação de outras. Junto, e em estreita relação com esses temas surgem os movimentos de afirmação das diferentes culturas, etnias nacionais e sociais. Assim, diferentes movimentos sociais, consciência negra, grupos indígenas, de cultura popular, movimentos feministas, movimento dos “Sem Terra”, etc., têm reivindicado um

reconhecimento e valorização mais efetivos das respectivas identidades culturais, de suas particularidades e contribuições específicas à construção social. (Candau, 2000, p. 24)

A memória é sempre um processo coletivo, pois mesmo aquela mais peculiar a cada indivíduo se compõe de elementos constituídos socialmente e da mesma forma recuperados das sombras do que passou pelo foco de luz acionado por estímulos comunitários. Tanto na sua matéria-prima como na sua motivação, a memória é obra da coletividade, mesmo que seja individual (Halbwachs, 2006, p. 56). Portanto, reconstituir a memória e a identidade do SINPROESEMMA é desvelar, a partir de seus elementos concretos, o valor de sua existência no meio social.

Para Ferreira (2002, p. 23) a defesa da identidade do trabalhador da educação articula a luta contra a retirada de direitos trabalhistas e o papel protagônico dos professores e professoras no desenvolvimento de projetos educacionais. Mas esse trabalhador/profissional pode ser assim definido porque não se entende o “profissional” como aquele que representa um papel exclusivamente técnico e individualizado, e sim coletivo visando os interesses dos grupos mais desfavorecidos da sociedade.

Sabemos que a construção social de uma instituição implica a construção da memória e a identidade da mesma. Logo esta instituição assume certa autonomia e características que lhes são próprias, moldadas a partir da diversidade sócio-cultural que lhe envolve. É isso, precisamente, que torna o SINPROESEMMA um espaço social aberto à organização dos trabalhadores no qual os professores e funcionários se socializam e aprendem a conviver.

Portanto nos lembra Souza (2002) que as teorias marxistas, weberianas ou durkheimianas definem a identidade de um grupo de acordo com o posicionamento de seus membros em relação ao antagonismo entre capital e trabalho, com a renda e *status* adquiridos ou de acordo com representações coletivas socialmente consolidadas. Conceitos tradicionais das ciências sociais, no entanto, tornaram-se insuficientes para a explicação da pluralidade de novos movimentos sociais, dos desafios que colocam às identidades com que até então eram associados da diversidade de questões que levantam na legitimação de suas reivindicações.

Segundo Santos (1998) a noção de identidade, que rompe com a dicotomia entre indivíduo e sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social, está tão associada à ideia de memória como esta última à primeira. O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra. Da mesma forma que a identidade, a memória também deixou de ser pensada como um atributo estritamente individual, passando a ser considerada como parte de um processo social em que aspectos da psique se encontram interligada a determinantes sociais. A memória deixou, portanto, de ser considerada como fenômeno individual, passando a elemento constitutivo do processo de construção da identidade coletiva.

Dessa forma, se a memória de um indivíduo é diferente da memória de seu irmão, de seu amigo, isto ocorre porque cada indivíduo confronta-se, durante seu percurso de vida, com uma complexidade única de situações. Indivíduos apresentam, portanto, diferentes comportamentos não porque tenham "personalidades" ou "naturezas" próprias, independentes do social, mas devido às experiências diversas por que passaram (no sentido de construir e incorporar) ao longo de suas vidas (Halbwachs, 2006, p.15-17). Não se pode eliminar a importância do ator que reconstrói seu passado, nem considerar construções coletivas como autônomas, mas, sim, negar ao indivíduo, ao inconsciente ou à natureza humana independência em relação à sociedade.

Ainda na perspectiva de Halbwachs (2006) a memória coletiva envolve memórias individuais, mas não se limita a elas. As memórias individuais são mais densas e contínuas, sendo que a memória coletiva é mais ampla, resumida e esquemática. O autor estabelece que a memória emerge em função de um grupo que a ela se devota, sendo tão plural quanto plural seja a sociedade em sua configuração socioeconômica, cultural e política. Cada grupo produz e atualiza a sua memória de acordo com seus interesses presentes e projetos futuros.

Nesse aspecto Halbwachs (2006) procurou mostrar com isso que os quadros sociais da memória, tais como objetos físicos com os quais estamos em contato direto e que se modificam muito pouco, nos fornecem uma imagem de permanência e estabilidade crucial para nossa inserção no mundo. Aprendemos, portanto, que memórias, sejam elas

memórias de indivíduos, grupos ou nações, são construídas em relação a um complexo conjunto da vida moral e material das sociedades em que os indivíduos vivem.

Para Ramirez (2011), em acordo com Proust e Benjamin, não somos nós que detemos a memória, mas é a memória que toma conta de nosso ser de modo tão surpreendente que, num piscar de olhos, deparamo-nos com a reminiscência de um evento passado. Segundo estes autores (Proust e Benjamin *citados por* Ramirez 2001) a memória é sempre a retomada das sensações causadas pela vida social ou da relação com a natureza, daquilo que chama atenção do ser desde os primórdios das descobertas infantis, até os traumas ou cenas cotidianas da vida adulta, eventos da vida que associam a existência individual com o universo em torno do ser humano.

Halbwachs (2006) construiu a relação entre tempo e memória a partir da afirmação de que a memória é coletiva e que seria através das representações coletivas que os indivíduos perceberiam o passado. Os indivíduos traduziriam experiências diretas em segmentos homogêneos do tempo e os alocariam em uma linha contínua para poderem localizá-los mais tarde. A sensação de temporalidade em todos os indivíduos derivaria do fato de que fariam parte de um conjunto de pensamentos comuns a determinado grupo, de um quadro social da memória. Portanto, não poderíamos contar com provas escassas da memória viva. O material disponível para nossa percepção do passado estaria na diferença entre lembranças de um passado recente e de um passado remoto explicar-se-ia pelo fato de que a cada lembrança corresponderia um quadro social distinto.

Queiroz (2009, p.16) concorda com Bergson, que constrói a sua filosofia sobre quatro ideias fundamentais: a "intuição", a "durée", a "memória" e o "élan vital". Segundo esse autor, a filosofia não só se distingue da ciência, como mantém com as coisas uma relação que é o oposto da relação científica. Uma é o conhecimento do absoluto, e outra, do relativo. Um absoluto não poderia ser dado senão numa intuição, ao passo que todo o resto depende da análise. Bergson chama de "intuição" essa espécie de simpatia intelectual pela qual nos transportamos ao interior de um objeto para coincidir com aquilo que ele tem de único e, por conseguinte, de inexprimível.

Ao contrário, a análise é a operação que liga o objeto a elementos já conhecidos, isto é, comuns a esses objetos e a outros. Portanto, analisar consiste em exprimir uma coisa em função daquilo que não é ela. Essa forma de conhecimento interior e absoluto contraria a tendência espontânea de nosso espírito. A inteligência, a ciência, a técnica, a vida social, etc., nos afastam das

coisas e de sua interioridade, porque esta representa o ser contraído (tensão), enquanto aquelas atividades não podem organizar-se senão sobre o ser em repouso (distensão). A inteligência conceitual desloca a realidade do tempo para o espaço, suprimindo o fluxo que a constitui e fixando-lhe contornos precisos e permanentes, através dos quais ela se torna suscetível de ser "definida" e "utilizada". Nesse caso, a "durée" é materializada (Queiroz, 2009, p.18).

Silva (2010, p.118), ao tratar sobre a matéria, na opinião de Bergson, é uma das metades da natureza, pela qual esta se distende e se faz conhecer fora de si mesma. A oposição entre matéria e espírito, entre tensão e distensão, não é concebida, aqui, em termos dualistas, mas como impulsos constitutivos da mesma "durée". Para ir de um a outro, a "durée" percorre uma série de alterações qualitativas. Só podemos conhecer a "durée" instituindo-a no momento global e unido que compreende a sua trajetória. O seu fracionamento em instantes separados, em "paradas" ou imobilidades sucessivas, representa a espacialização do que é temporal.

O tempo é "durée" na medida em que ele próprio constitui a substância, isto é, na medida em que "substância" é "alteração". Depois de estudar a alteração, através da qual a "durée" se diversifica, Bergson procura identificar o processo oposto: o da unificação, o "reencontro do simples como uma convergência de probabilidade". O "élan vital" é a virtualidade da "durée". Como uma "gerbe" (um feixe), cria direções diferentes pelo simples fato de crescer. A "memória" integra os diferentes momentos da "durée", absolutamente diferentes entre si, mas unificados numa totalidade movente (Silva, 2010, p.119), aqui podemos fazer uma comparação da "durée" e o "gerbe" com as narrativas dos entrevistados constantes no capítulo 4 e atuação das diversas diretorias que compuseram o SINPROESEMMA.

Halbwachs (2006, p.96) procurou este tempo "real", mas sem acreditar que o acesso a ele fosse dado seja pela percepção de indivíduos, seja por qualquer dimensão associada à matéria de que se constitui o mundo real. Neste sentido, para Halbwachs a memória viva vinculada à *durée* bergsoniana encontrava-se quando muito isolada em lagos-miniaturas encravados em rochas, e por isso não valia a pena dedicar maiores esforços para ir ao seu encontro. Embora possamos concordar com ele que dificilmente a memória vinculada à intuição possa desempenhar o papel atribuído por Bergson de reunir experiências do passado às do presente, isto não nos leva a considerar que as convenções

sociais, sejam elas morais ou materiais, sejam as únicas possibilidades de acesso ao passado.

Ainda na perspectiva de Halbwachs (2006, p.98) este desconsiderou os pequenos lagos-miniaturas da memória por não encontrar neles nenhuma possibilidade de aplicar seus estudos empíricos e matemáticos, mas, infelizmente, não percebeu que não há abordagem científica capaz de dar conta do tempo real a que se reportava: pois as rochas com os pequenos logos em miniaturas não estavam salvo da erosão como ele previra, porque memórias, imagens, identidades construídas são sempre incompletas já que correspondem a uma multiplicidade de experiências vividas por indivíduos e grupos sociais que não se encontram parados no tempo, mas em contínua transformação. Além disso, há tensões e disputas que resultam em lembranças e esquecimentos diferenciados de acontecimentos vivenciados nas narrativas encontradas não só no 4º capítulo, mas também nas lutas e na constituição histórica do SINPROESEMMA.

Vivendo em comunidade, referenciamo-nos no espaço e no tempo construindo padrões coletivos de sociabilidade, buscando as marcas do passado a partir de nossos vestígios (anotações pessoais), mas também por elementos constituídos pelos outros (livros, monumentos, datas comemorativas). Enfim, vivendo socialmente, estamos imersos, material e intelectualmente, num universo de interfaces. Assim “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 2006, p. 50). E é exatamente nessa amálgama que buscamos elementos para cobrir algumas lacunas no processo de efetivação das lembranças individuais. Pois para saber quem somos precisamos das lembranças dos outros.

O passado pode ser observado e narrado de diferenciadas formas. Um fato concreto pode suscitar, pois, diversas memórias. Depende de como foi registrado no tempo próximo de seu acontecimento e, principalmente, do tempo de quem o relembra, de quem o relê e o reconta. Como afirma Michael Pollak (2006, p.9), a memória é “uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar”. Sabemos que em termos teóricos a identidade se constitui a partir da escolha por parte dos grupos sociais, de determinadas versões do passado que, no tempo, passa a servir de referência comum a este grupo. Na medida em que essas versões são retiradas, elas adquirem sentido de coerência, se corporificam e ganham uma estética que podem ser lidas como representações simbólicas dos valores que dão coesão ao grupo,

essas versões do passado são observadas nas narrativas dos entrevistados principalmente dos que começaram a construir o sindicato a partir da associação e que são referência para as versões jovens.

Explica Nóvoa (1997) que a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e conflitos, é um espaço de contradição de maneira de ser e estar na profissão ou na entidade organizada.

A explicação de Nóvoa (1997) nos remete a uma retrospectiva sobre o desenvolvimento da identidade na cultura ocidental a partir de Aristóteles, que para desenvolver a sua lógica partiu do conceito de identidade de Parmênides, sem superar sua visão metafísica, inclui mais dois princípios que se completam, o da “contradição” segundo o qual uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, pois, se dissermos que um objeto é e, ao mesmo tempo, que não é, uma das duas afirmações está errada; e o princípio do “terceiro excluído”, significando que toda coisa deve ser ou não ser, pois não existe uma terceira possibilidade (Bogo, 2008, p.31,32).

Ainda em discussão diz Bogo (2008) sobre a identidade para além da cultura que esta centra-se no ser das coisas e nas perspectivas que apontam as mudanças para frente. As coisas são o que são mais aquilo que virão a ser, delineado pelo movimento de suas contradições internas, pois ao se fazerem, antecipam em si as características daquilo que serão.

É a ação consciente do ser humano através do trabalho ou de outra atividade cultural, como a arte, a educação e a pesquisa, que nos permite passar de seres biológicos para seres sociais. Negamos o estado de natureza pura para nos tornarmos humanos, por meio do trabalho como base de formação da cultura sem deixarmos de ser totalmente natureza (Bogo, 2008, p.26).

Para Nóvoa (1992) na construção da identidade docente, três dimensões são fundamentais: o desenvolvimento pessoal, que se refere aos processos de construção de vida do professor; o desenvolvimento profissional, que diz respeito aos aspectos da profissionalização docente; e o desenvolvimento institucional, que se refere aos investimentos da instituição para obtenção de seus objetivos educacionais.

Daí continua Nóvoa (1992), a identidade docente é uma construção que permeia a vida profissional desde o momento da escolha da profissão, passando pela formação inicial e pelos variados espaços institucionais onde se desenvolve a profissão, o que lhe confere uma dimensão no tempo e no espaço. É uma construção que se realiza sobre os saberes profissionais e sobre atribuições de ordem éticas. Essa identidade profissional é configurada a partir de suas práticas, a partir do trabalho com o educando. Também está sempre em transformação, pois se constrói a partir de uma re-significação social da profissão e de várias revisões das tradições.

Segundo Oliveira (2006) as narrativas, ou relatos de memórias, têm-se tornado valioso instrumento de investigação por parte de pesquisadores interessados em compreender o processo de construção da identidade e da subjetividade, e também, por estudiosos do processo de formação docente, tais como, Borba (2001), Dominicé (1990), Kenski (1994), Mindal (2003), Nóvoa (1992) e Souza (2003).

Dessa forma, o relato das histórias vivenciadas é uma forma de trazer à tona como fomos construídos ou como estamos continuamente nos reconstruindo no próprio ato de relatar histórias para diferentes interlocutores em outros momentos e espaços (Lopes, 2001).

Neste contexto, Oliveira (2006) buscou estudar a construção da identidade docente como um fenômeno em constante transformação, que ocorre a partir de práticas sociais específicas que medeiam a criação de discursos conforme cada educador em formação faz uso de instrumentos cognitivos, afetivos e linguísticos, e cria motivos e vontades em um ativo processo para se referir a aspectos de um mundo partilhado intersubjetivamente. Sendo a identidade cunhada na experiência que se refaz em cada professor como uma pessoa singular, ela não se restringe ao mundo do trabalho, mas atua sobre outros processos de identificação e diferenciação ligados ao papel da mulher e do homem na visão de família, casamento, direitos de cidadania, dentro de determinadas condições, ou seja, a partir do trabalho sobre uma matriz sócia histórica.

Memórias como práticas sociais, mundo compartilhado, ligado ao papel da mulher e do homem, foram apresentadas em textos de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – pelos alunos de um programa de formação inicial docente em serviço. O *Programa ADI Magistério* que ofereceu aos *Auxiliares de Desenvolvimento Infantil* (ADIs) a

formação de professor de Educação Infantil na modalidade Normal, em nível Médio. Em 2004, aproximadamente 3.600 profissionais concluíram o Programa com êxito. Eles representam quase metade dos auxiliares que atuam na rede direta de Centros de Educação Infantil (CEIs) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, atendendo crianças de 0 a 6 anos. O programa foi promovido pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para qualificar profissionalmente os auxiliares de educação infantil efetivos e estáveis de suas creches diretas, denominadas Centros de Educação Infantil – CEIs. Inovador e dinâmico, o ADI Magistério apoiou-se em um modelo pedagógico que procurou garantir à criança o direito à infância. Por isso, buscou dar oportunidade aos auxiliares de examinar criticamente seus conhecimentos e valores sobre a criança e seu desenvolvimento e a função social. O Programa buscou, ainda, possibilitar aos ADIs que se apropriassem de conhecimentos e desenvolvessem habilidades em planejamento, desenvolvimento e avaliação de propostas de trabalho pedagógico com crianças de diferentes idades. Os referidos trabalhos são tratados como memoriais com características que os aproximam do formato narrativo.

Para Oliveira (2006), a construção da identidade profissional docente pode ser definida como uma identidade social particular que provém do trabalho no conjunto social, do estilo de vida do sujeito e do local das profissões. Dentre as profissões historicamente destinadas ao gênero feminino, a função de professor envolve um direcionamento histórico, uma memória e justificativas que evocam diferenças biológicas para dizer que é “natural” que a mulher opte por essa profissão.

Na legitimação da docência como profissão eminentemente feminina, as instituições da sociedade brasileira tiveram papel importante; principalmente a família, a escola e a igreja, que muitas vezes limitavam a escolha da mulher, impondo forçosamente a opção pela carreira docente. Por isso, torna-se necessário a compreensão da grande feminização da profissão docente e como este processo influenciou na construção da identidade desta categoria.

Ferreira (2007) em um artigo publicado sobre as Relações entre Identidade e Sindicato Docente, nos diz que em aspecto relativo às identidades docentes poderia ser subdividido em outros aspectos. O primeiro é aquele que se ocupa da localização da categoria na divisão social do trabalho, abordando mais propriamente o que chamamos de proletarianização do trabalho docente. Neste aspecto o autor sugere que examinemos se

o professorado vem sofrendo redução de autonomia em seu processo de trabalho, de forma semelhante ao que vem ocorrendo com outras criações da Área 21² de Profissionalização em nível médio. Tais reivindicações só foram possíveis graças à transformação da Confederação de Professores do Brasil (CPB), em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em 1990, que recomendou filiação em massa dos funcionários nos sindicatos estaduais de trabalhadores da educação básica e a unificação das entidades onde houvesse um sindicato específico de funcionários. Essas prioridades se resumiam na bandeira “*funcionários também são educadores*”, que foi agitado no interior das escolas e nos cenários mais amplos das comunidades e da sociedade (Ferreira, 2007, p.72).

Em alguns Estados como Brasília e o Acre já em 1998 foram oferecidos cursos profissionais em nível médio para a formação de técnicos em várias áreas “*não docente*” da educação básica: gestão escolar, multimeios didáticos, meio ambiente e manutenção de infra-estrutura escolar e alimentação escolar. Seus currículos se espalharam num programa de profissionalização já em curso na rede estadual de Mato Grosso (*Projeto Arara Azul*) e na rede municipal de Cuiabá. No Estado do Maranhão a participação do SINPROESEMMA, se deu a partir de 2004, efetivando-se os cursos a partir de 2007, com mil vagas distribuídas entre funcionários do Estado e dos Municípios que formam a região metropolitana de São Luís.

Com a inclusão dos funcionários na categoria dos profissionais da educação, mediante a formação em nível técnico ou superior em área pedagógica ou afim, conforme a Lei nº12.014 de 2009, tem-se a formação como meio para a profissionalização do segmento, o que contribuirá para que sejam construídos seus planos de carreira ou que sejam incorporados aos dispositivos dos planos de carreira do magistério, conforme o artigo 2º, parágrafo 2º da resolução nº 2, de 2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB). Assim as ações que poderão tornar efetiva a conquista histórica da Lei nº 12.014, de 2009, estão à massificação desta ideia entre os funcionários de escolas, mobilizando-os para a construção da sua própria

² A Lei 12014/2009 (Projeto de Lei nº 507/2003) reconhece os funcionários de escolas como profissionais da educação na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mediante habilitação específica. A Área 21 denominada de Serviços de Apoio Escolar aprovado pela Resolução nº 05/2005, oferece cursos técnicos de nível médio aos funcionários de escolas com carga horária mínima de 1200 horas para cada habilitação profissional.

identidade através da cobrança ao poder público para que ofereça cursos de profissionalização, em cumprimento da nova Lei.

Sobre a educação, Oliveira (2004) afirma que a construção de um projeto educacional dos trabalhadores poderia conduzir esse diálogo a níveis bem mais elevados, ao exigir que a troca de ideias incluísse as concepções de categoria profissional sobre a escola como um todo, operação integrante da montagem da consciência de pertencimento a uma classe, que pode levar a luta por seus interesses.

Diante deste contexto foram várias as atribuições para a categoria de professores: pequena burguesia, assalariada, trabalhadora, classe média, etc. Essa situação permitiu que este profissional mantivesse uma posição de classe indefinida ou contraditória. Portanto, assegura-se que a construção de uma identidade social baseada na contradição ou na ambiguidade gerou o impedimento organizativo da categoria mais cedo na escala temporal em relação com a organização operária (Reses, 2005, p.6).

Michael Apple (1997) contribui para essa discussão quando afirma que os professores têm uma posição social contraditória, com isto significando que é normal pensar neles como estando simultaneamente em duas classes. Partilham assim tanto os interesses da pequena burguesia como da classe trabalhadora. Apesar dessa “dupla filiação”, atualmente, ressalta Apple, a tendência é de intensificação do trabalho e de proletarização. No que diz respeito “dupla filiação”, ou duas classes ou ainda dupla sindicalização como indicador de identidades da categoria docente também poderia levantar a hipótese de identidades híbridas, mescladas: proletários, profissionais, trabalhadores em educação. Os motivos para filiação e o tipo de participação em cada circunstância também devem ser variados (Apple, 1997, p.66).

Contraditoriamente, ao reivindicar a identidade com os demais trabalhadores, os docentes afastar-se-iam de uma representação que os poderia associar a categoria de trabalhador e, portanto, diminuir o seu poder de barganha. Entretanto, talvez devêssemos ler a sindicalização docente ou o sentimento de proletarização não como mera opção entre alternativas possíveis, e mais como resultado de mudanças no papel e valorização dos docentes no sistema educacional (Ferreira, 2007).

Segundo Lira (2007), é num espaço de conflitos, de lutas consigo e com o meio social em que está inserido que o trabalhador da educação vai construindo sua identidade profissional. Afirmo ainda que “desde o começo do processo, vai ficando mais claro que, embora diferente entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (Freire, 1997, p.22). Nesse processo não se deve criar uma dicotomia entre teoria e prática profissional, visto que a docência exige uma fundamentação teórica explícita, pois teoria também é ação e deverá ser trabalhada e reformulada a partir da realidade concreta do educando e do meio em que o mesmo se encontra. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1997, p.23).

Na perspectiva de melhor demonstrar como ocorreu o processo da estrutura sindical no Brasil o capítulo seguinte traz um breve histórico acerca dessa fase em uma resenha do movimento geral onde se inicia com uma abordagem que remonta ao final do século XIX.

CAPITULO 2

ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

2.1 O movimento sindicalista – resenha do movimento geral

Segundo Silva (2003) no Brasil as condições para a formação do Direito do Trabalho no Campo das relações coletivas, surgem com a lei denominada Ventre Livre (1871) e a Abolição do Cativo (1888). Com a Proclamação da República (1889) iluminou-se qualquer entrave à liberdade de contratar. Assim surge numa sociedade de economia essencialmente agrícola, o primeiro estatuto dos profissionais da agricultura e indústria rurais, provido pelo Decreto nº 979 de 6 de janeiro de 1903.

O Sindicato previsto nesse Estatuto podia cumprir funções mercantilistas, pois lhe era facultado exercer a intermediação no crédito a favor dos sócios, adquirir para este tudo que fosse possível aos fins profissionais, bem como vender por conta deles os produtos de sua exploração em espécies, beneficiados, ou de quaisquer modos transformados.

As condições para a formação do Direito do Trabalho no Campo das relações coletivas no Brasil, foi provido por um Decreto (nº 213, de 22/02/1890), semelhante a Lei Chapelier a revogação das leis relativas aos contratos de locação de serviços agrícolas. A Constituição de 1891, liberal e individualista, em seu artigo 72, § 8º, assentou a regra de que a “todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a Polícia senão para manter a ordem pública” (Silva, 2003, p.48).

No entanto existem relatos de que a luta organizada, sindical, dos trabalhadores no Brasil remonta ao final do século XIX, nos primórdios da industrialização, nos anos de 1850, desenvolvendo-se em consonância com o desenvolvimento capitalista (Antunes 1988, *cit in* Durans 2008, p.193-194).

Na segunda metade do século XIX a indústria brasileira ainda incipiente concentrava-se principalmente em dois ramos de atividades: o de bebidas - sendo suas principais indústrias: Bohemia (Petrópolis 1858), Brahma (1888 Rio de Janeiro), Antarctica (São Paulo 1888) - e de tecelagens com doze grandes fábricas no Maranhão,

Sergipe, Juiz de Fora e São Paulo. Em 1900 o operariado brasileiro era de 85 mil, em 1920 era de 275 mil, em 1930 era de 300 mil, concentrados principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belém e São Luís do Maranhão.

Vale lembrar que apesar da quantidade de operários, fábricas e indústrias, entre 1900 a 1920 no Brasil, o modelo reinante, era agro-exportação sendo a indústria muito recente residual, com uma pequena classe operária (incluindo também os gráficos, os ferroviários, os portuários etc.). Somente no início dos anos 1920 apareceram algumas leis voltadas mais diretamente aos trabalhadores que possuíam importância maior no sistema dominante, a exemplo da Lei Eloy Chaves, em 1923³. Isto ocorria em consequência da política que fundamentava o Estado, o liberalismo, para o qual o Estado não deveria intervir na relação capital trabalho (Durans, 2008).

Diferentemente dos países europeus segundo Durans (2008), o Brasil não atravessou as formas clássicas da transição ao modo de produção capitalista (do artesanato à grande indústria). Aqui, após o longo período de regime escravagista, que chegou ao fim em 1888, o processo de industrialização tomou impulso a partir de 1930. É certo que isto não ocorreu simplesmente pelo atraso histórico do país, mas foi um processo sintonizado com o capitalismo mundial (principalmente a Inglaterra) que, entre 1890 a 1914, viveu uma grande expansão industrial tendo a necessidade de ampliação de mercados para seus produtos industrializados.

Giannotti (2007) nos lembra de que na esteira do desenvolvimento vinham também às insatisfações devidas as condições de trabalho e salário, tendo como consequência várias greves a partir de 1903 em diversos Estados brasileiros (Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e São Paulo), todos com a mesma pauta de reivindicação da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Os resultados das pós-greves foram: Rio de Janeiro redução da jornada para 9 horas e meia; Porto Alegre redução para 9 horas. Procurando se proteger da tirania dos empregadores e forçando o atendimento das suas reivindicações os trabalhadores começam nesse período a ensaiar a criação de uma central sindical dos trabalhadores.

³ A Lei Eloy Chaves, publicada em 1923, consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro ao criar a Caixa de Aposentadoria e Pensões apenas para os empregados das empresas ferroviárias.

Nesse contexto, Geraba (2009) lembra que o sindicalismo brasileiro é o resultado da acumulação das experiências adquiridas pelos trabalhadores, nas lutas contra a exploração patronal. As derrotas e vitórias, assim como o avanço da organização patronal, exigem das lideranças operárias a busca constante de novas formas de organização. Nesse aspecto foi criada em 1905, a Federação Operária de São Paulo (FOSP). E em 1906, o Rio de Janeiro sedia o 1º Congresso Operário Brasileiro, que chegaram às seguintes definições:

- Organização federativa e não centralizada;
- Sindicalismo de resistência e não assistencialista;
- Combate ao parlamentarismo: o fundamental é a ação direta da classe operária;
- Luta contra as propostas dos agentes do Governo e da Igreja;
- Criar a Confederação Operária Brasileira (COB). Criada em 1906 no Congresso Operário Brasileiro a (COB) tinha tendência predominante libertária, cuja atuação foi votada para funcionar em 1908.

No entanto segundo Steinke (2004), em 1907 surge a primeira legislação para agilizar a expulsão de líderes sindicais estrangeiros. Inspirada nos moldes da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) francesa a COB era fiel ao Sindicalismo da Primeira Internacional e a sua organização que era inspirada no anarco-sindicalista, contrapondo-se criticamente às centrais sindicais existentes e institucionalizadas. Com relação a estas diz serem pautadas por um autoritarismo e partidarismo incapaz de expressar de fato os interesses da classe trabalhadora que, segundo a vertente anarco-sindicalista, seria o completo rompimento com a dominação econômica tanto quanto política, se estendendo, portanto, à libertação do domínio do Estado e dos governos tanto quanto dos partidos que os compõem.

Geraba (2009) afirma que a crise de 1929 leva a marca da grande crise da economia mundial. Ela atinge os Estados Unidos da América (EUA), os países Europeus e os da América do Sul, gerando desemprego em massa em todo o mundo. Os países Latino-americanos, cujas economias eram baseadas na exportação de produtos agrícolas e importações de produtos industrializados, entram em crises políticas levando a queda de vários de seus governantes.

É também o caso do Brasil que na época tinha como Presidente da República Washington Luís, que na sua concepção o problema social causado pela crise econômica era caso de polícia. Essa mentalidade conservadora servia bem aos interesses dos “coronéis” da época. No entanto não servia as ideias e projetos renovadores de outros setores da burguesia mais “arejados”, que via na crise internacional a chance de aplicar seu dinheiro na industrialização do país (Gereba 2009, p.32).

Getúlio Vargas tinha o tino do estadista capaz de fazer as grandes mudanças. Marcadas para 1930, as eleições acusadas de fraudulentas foram vencidas por Júlio Prestes, que derrotou Getúlio Vargas e seu vice João Pessoa, cujo assassinato em 1930 causou comoção nacional, favorecendo a formação do clima propício à ação da Aliança Liberal. Essa imediatamente formou um quadro político que resultou na revolução de 1930, em que Getúlio Vargas, depondo Washington Luís, iniciou seu longo governo de 15 anos, conhecido como “A Era Vargas”.

Segundo Lima (2001), no Brasil destacam-se três momentos históricos para o processo de desorganização e reorganização do movimento dos trabalhadores organizado em sindicatos:

O primeiro momento compreende os anos 1900 a 1920, caracterizado por um processo histórico e uma tímida elevação do desenvolvimento industrial brasileiro em que os anarco-sindicalistas dirigiram os primeiros sindicatos independentes da tutela dos presidentes da República Velha.

O segundo momento foi caracterizado pela substituição da orientação anarquista pela comunista na década de 1920, período em que o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi criado, em 1922, mas só foi legalizado em 1943⁴.

Continua Lima (2001) nota-se nesse momento entre 1960 e 1970 uma constante organização e reorganização dos movimentos sindicais e dos movimentos populares no Brasil visto as consequências sofridas por esses movimentos no período varguista de 1937-1945, que interferiram consideravelmente na desarticulação desses

⁴ Em 18 de fevereiro de 1962 o PCB foi reorganizado como Partido Comunista do Brasil sob a sigla (PC do B) e exerceu uma forte influência na organização do movimento sindical nas décadas de 1960 e 1970.

setores organizados, atrelando-os ao Estado. Destaca-se nesse período entre 1946 e 1962 a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) em 1946 e posteriormente a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, com uma postura política que propuseram combater o atrelamento dos sindicatos ao Estado, e também se opor à intervenção política do governo nas entidades sindicais e combater a política de conciliação entre capital e trabalho.

O Brasil vive o terceiro momento de reorganização da classe trabalhadora, com o surgimento de um “novo movimento sindical” organizado com as lutas iniciais ocorridas no final da década de 1970. Além da reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE), e do surgimento do Movimento dos Sem-Terra (MST), surgiu também naquele período o Partido dos Trabalhadores (PT) que veio a ser até certo momento o maior partido de esquerda e de massas no Brasil (Lima, 2001).

A partir de 1930, no segundo momento de organização do movimento dos trabalhadores, houve uma mudança no padrão de acumulação do país agro-exportador para ao chamado modelo de substituição de importações, através da intitulada Revolução de 1930. Para Antunes (1988, *cit in* Durans 2008), essa transição não foi revolucionária, ao contrário, significou um rearranjo no bloco de poder, uma vez que excluiu a participação das classes trabalhadoras.

A conciliação entre o velho e o novo, entre os vários segmentos representantes agrários e mesmo dos setores urbanos emergentes, foram os componentes que caracterizaram o processo de transformação quando se iniciou essa etapa de transição para o capitalismo industrial no Brasil (Durans 2008, p.195).

Segundo Paulo Agüena (2005), em um artigo sobre a estrutura sindical no Brasil e o crescimento da Central Sindical e Popular (CONLUTAS) e a posse de Getúlio Vargas, a denominada revolução de 1930 põe fim à Primeira República, e se incrementa um ciclo de industrialização no Brasil. Impõe-se também uma legislação trabalhista para subordinar e disciplinar o trabalho ao capital. Para isso buscou-se incorporar antigas reivindicações e conquistas trabalhistas ao novo panorama ideológico dos sindicatos trabalhistas, além de instituir norma para dismantelar os sindicatos livres e autônomos e subordinar os novos sindicatos ao Estado burguês. Segundo este autor, tal subordinação

e controle do trabalho foram inspirados na estrutura sindical instituída pela Constituição da Itália na época sob a gestão de Mussolini e a sua *Carta Del Lavoro*.

Com a instituição dessas normas o governo brasileiro passou a estabelecer regras para reconhecimento dos sindicatos e reprimiu os que não se enquadraram, tornando assim os sindicatos meros instrumentos de colaboração de classes sob a tutela do Estado ditatorial e a fazer parte do "corpo" social do Estado, seguindo a doutrina corporativista.

Ao contrário do que a literatura sobre o tema sugere Manfredi (2002) afirma que não existia sindicalismo corporativista no Brasil de 1931 a 1943. Existiam sim leis, como a de 1931 e a de 1939, que consagravam um modelo de organização sindical corporativista, mas esse modelo não tinha vigência senão formal, o que absolutamente não preocupava nem ocupava o Ministério do Trabalho.

O sindicalismo corporativista, desta forma iria ser realmente implantado não no momento autoritário por excelência do Estado Novo, mas no período de “transição” do pós-42, quando a questão da mobilização de apoios sociais tornou-se uma necessidade inadiável, ante a própria transformação do regime. Dentro dessa linha de reflexão, é possível constatar que no Brasil a dimensão política do projeto corporativista foi acionada para respaldar um regime que buscava a saída do autoritarismo.

Na perspectiva de Manfredi (2002), tal projeto caracteriza-se pela construção da ideologia da outorga de direito, envolvendo uma expectativa de reciprocidade dos trabalhadores, diante dos favores que lhes são concedidos pelo Estado (Gomes 1988 *cit in* Manfredi 2002, p.31). É nessa conjuntura que o Estado brasileiro se esforça para implantar seu projeto de organização sindical corporativista. Entre 1930 e 1945, Vargas provocou uma virada na política e na economia do Brasil. Essa intervenção visava incentivar a expansão da indústria, substituindo produtos e máquinas importadas por outras que poderiam ser feitas no Brasil. Para isso, o Estado criou as bases da indústria pesada: Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Brasileira de Álcalis, entre outras. A intervenção do Governo também podia ser observada nas relações capital *versus* trabalho mediante a criação do Ministério do Trabalho e a elaboração de uma vasta legislação trabalhista.

Segundo Giannotti (2007, p.187), a implantação das leis trabalhistas e sociais atendia a três necessidades históricas:

- Racionalizar e regulamentar as relações de trabalho, possibilitando o desenvolvimento capitalista, que estava emperrado.
- Esvaziar as pressões da classe operária que visava conquistar os mesmos direitos das classes operárias de outros países. Entre esses direitos, 8 horas de trabalho diário, salário-mínimo, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, previdência social.
- Atender às pressões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exigia um mínimo de igualdade de condições para não desequilibrar a concorrência entre os vários países.

Junto com as leis de proteção ao trabalhador, também são criadas leis e normas regulamentadoras da vida social, visando um maior controle sobre as leis de proteção aos trabalhadores. Para tanto foi criado o Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), a Justiça do Trabalho em 1932, e o estabelecimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 (Manfredi, 2002, p. 31-32).

Nesse contexto segundo Steinke (2004) desde 1929, procurando se proteger, os trabalhadores criaram: a Federação Regional do Rio de Janeiro (FRRJ); em 1934, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), é fundada a Federação Sindical Regional no Rio de Janeiro (FSRRJ) e a Federação Sindical regional de São Paulo (FSRSP); em 1935 realiza-se a Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, reunindo 300 delegados representando 500.000 trabalhadores, quando reorganizam a Confederação Sindical Unitária (CSU), central sindical de todo o movimento operário no Brasil.

Junto com as lutas sindicais cresciam também as mobilizações das massas trabalhadoras. Ainda em 1934 é fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), também dirigida pelo (PCB). No dia 4 de abril do mesmo ano, foi realizado o primeiro comício da (ANL). O governo reprimiu e decretou a Lei de Segurança Nacional (LSN), proibindo o direito de greve e dissolvendo a Confederação Sindical Unitária. Alguns meses depois a (ANL) foi colocada na ilegalidade, seus seguidores optaram pelo levante armado e foram

violentamente reprimidos. Nesse período foram criados o Estado de Sítio e a Comissão de Repressão ao Comunismo.

Essa transformação provoca uma nova postura política da classe social ascendente: a burguesia. Até 1930, a mentalidade dominante era dos “coronéis” do interior. Bastava reprimir e impedir qualquer reivindicação operária. Os novos setores burgueses precisavam de ordem e estabilidade para os seus negócios. Só o chicote e a chibata não garantiriam o controle. Eram necessários outros instrumentos, combinada com a velha e sempre conhecida repressão policial. As leis trabalhistas precisavam ser criadas para garantir o controle sobre todas as ações da classe operária nas mãos do Estado (Giannotti, 2007, p. 116-117).

Abramides e Cabral (1995) descrevem que o Estado percebendo não ser estratégico continuar dando tratamento violento à chamada “questão social”, que, no governo Washington Luís, era abordada como “caso de polícia”, em novembro de 1930, com o decreto-lei 19.443, cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que se constitui na principal forma de intervenção estatal nos sindicatos. Assim o Estado não usava mais apenas técnicas repressivas, mas intervém legalmente na organização dos sindicatos.

Em março de 1931, surge o decreto-lei 19.770, regulando em novos moldes a constituição de sindicatos de patrões e empregados. O artigo 1º desse decreto-lei diz:

Terão seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o governo da República e por intermédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comercio, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural, todas as classes patronais e operárias que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares e conexas, e que se organizarem em sindicatos independentes entre si (Abramides e Cabral 1995, p.42).

Esse decreto demonstra a intenção de controlar as classes subalternas no âmbito sindical, regulando o sindicalismo por meio da canalização dos conflitos para dentro do aparelho estatal, afastando assuas lideranças desse embate. Nesse sentido o Ministério do Trabalho implementa um programa de política de sindicalização associada a uma ampla campanha educativa. No âmbito da sindicalização foram criados o Imposto Sindical e a Comissão de Enquadramento Sindical, tornando as suas lideranças invisíveis e consequentemente incapazes de sustentar uma identidade de classe de trabalhadores.

Dentro desse espírito de colaboração foi criada a Comissão Técnica de Orientação Sindical, que deveria desenvolver um programa de trabalho, orientado para os seguintes objetivos (Manfredi, 2002, p. 32-33):

- Promover o desenvolvimento do espírito sindical;
- Divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical;
- Organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical e de especialização e orientação dos atuais administradores;
- Prestar aos sindicatos toda colaboração que for julgada necessária.

Segundo Abramides e Cabral (1995), o decreto-lei 19.770, também determinava em que condição se podia ser dirigente sindical. Os naturalizados devem contar com dez anos de residência no país, e os estrangeiros, com vinte anos. Também estabeleceu um único sindicato por categoria, que além de tornar a sindicalização facultativa, excluem da sindicalização os funcionários públicos e domésticos, e institui entre 1932 e 1933 as juntas de conciliação e julgamento, que faziam as negociações que eram negadas aos sindicatos, já que estes não podiam negociar diretamente com o Estado.

Cumprindo assim as normas do decreto-lei 19.770, cujo teor reflete a visão corporativista do sindicato como órgão de integração social voltado para a colaboração entre trabalho e capital, registra-se em 1931, no recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a Federação Regional do Trabalho de Santos; em 1937 a Federação Operaria da Indústria de São Paulo, bem como os Sindicatos Reunidos de Ribeirão Preto e a União dos Operários em Fabricas de Tecidos. Até 1934 só existiam dois tipos de sindicatos, o oficial controlado pelo Estado e o sindicato livre dirigido pelos militantes comunistas ou pelos anarquistas (Abramides e Cabral, 1995).

Giannotti (2007) ressalta que ainda em 1937, Getúlio Vargas deu um golpe, com o apoio do Exército, dos integralistas, de setores da Igreja Católica e da classe dominante. Fechou o Congresso, suspendeu a eleição presidencial e a constituição de 1934, e impôs uma nova Carta. Os partidos políticos foram fechados os sindicatos tiveram suas atividades suspensas e a greve passou a ser definida como “um instrumento antissocial”. Também foi imposta a censura à imprensa. Assim Getúlio Vargas torna-se um ditador, com as prisões lotadas de pessoas torturadas. O país não tinha nenhuma liberdade democrática. Este era o período que foi chamado de “Estado Novo”.

Este regime dura até o dia 18 de abril de 1945 altura em que após inúmeras manifestações de estudantes e da classe média Vargas cedeu. Decretou anistia aos presos políticos, reconheceu União Russa Socialista Soviética (URSS) e prometeu liberdade de organização partidária. Paralelo a essa decisão, Vargas criou dois partidos para se garantir nas eleições marcadas para dezembro do mesmo ano. Assim no dia 15 de maio fundou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o qual pretendia receber o apoio dos trabalhadores que haviam sido beneficiados por sua legislação trabalhista. Queria colher os frutos da imagem que havia criado com afincio, a de “pai dos pobres” (Giannotti, 2007).

Na verdade, o que ele queria era evitar que a classe trabalhadora caísse nos braços dos comunistas, eufóricos com o enorme papel desempenhado pela URSS, na vitória sobre o nazismo. No mês de julho de 1943, Vargas criou o Partido Social Democrata (PSD), que nada tinha de social nem de democrata. Esse partido pretendia unir a alta burocracia das empresas estatais e os latifundiários beneficiados por Vargas com a não aplicação das leis trabalhistas no campo. Mas no dia 30 de outubro de 1945, Getúlio Vargas é deposto pelos militares. Golpe entre amigos assim foi denominado. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, foi indicado para a presidência da República pelos dois partidos criados pelo próprio golpeado (PSD e PTB). Acompanhando o momento político no dia 10 de novembro de 1943 os comunistas conseguiram legalizar seu partido, com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Após a sua deposição, Vargas, com a ideia de voltar como presidente, candidatou-se a senador em cinco Estados e a deputado federal em sete, foi eleito senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, na lista do PSD. O PCdoB que tinha pouco tempo de legalidade tornou-se o maior partido comunista da América Latina com cerca de 200.000 membros, conseguindo eleger em 1946, 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, o mais votado da República. Apesar do avanço dos setores operários e populares, a elite conservadora através da União Democrática Nacionalista (UDN) e do (PSD) detinham a maioria do parlamento e com isso barrava todas as investidas do PCdoB que na ação parlamentar fazia alianças com o PTB.

De 1943 a 1945, com o manifesto dos mineiros, oposição liberal, o Estado Novo encontra-se em debilidade segundo relato de Steinke (2004) e o movimento popular, sob o comando do PCdoB, conquista a anistia ampla e irrestrita, liberta-se os

presos políticos, comunistas que estiveram presos durante todo o Estado Novo e consequentemente a legalização do partido.

Também é nesse período criada a Lei Antitruste, desapropriando empresas estrangeiras lesivas aos interesses nacionais; fechou-se a organização Sociedade Amigos da América, representante do imperialismo norte-americano; acaba a intervenção do Ministério do Trabalho (MT) nos sindicatos. Também nesse período criou-se o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), tendo como objetivo romper com a estrutura sindical vertical, retomar a luta da classe operária; e obter liberdade sindical. Dá-se o fim do Departamento de Imprensa e Propaganda e o fim do Tribunal de Segurança Nacional. Em 1946 Dutra proibiu a existência do MUT e suspendeu as eleições sindicais de 1947; determina a ilegalidade do PCB cassando o mandato de seus representantes no parlamento.

2.2 O movimento sindicalista – resenha do movimento na Educação

Nesse ambiente de agitação descrito na seção anterior, havia a participação de algum movimento organizado da educação. Segundo Rêses (2011), o sindicalismo docente emerge de dois segmentos de trabalhadores assalariados: do magistério público e do magistério privado. Registros apontam para a existência da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (ABPPSP), cuja fundação data de 27 de janeiro de 1901, comprovada tanto nos apontamentos da *Revista de Ensino*, periódico dessa associação, como na ata de fundação do Centro do Professorado Paulista (CPP).

Esta associação consta também das biografias de alguns professores apresentadas no documento intitulado "Poliantéia Comemorativa do 1º Centenário do Ensino Normal de São Paulo (1846-1946)". Um trecho da biografia do professor Arnaldo de Oliveira Barreto, que se destacou por ter dirigido escolas para filhos de operários, afirma que em 1901 vemos surgir em São Paulo a desejada e esperançosa corporação de professores – a Associação Beneficente do Professorado Paulista, em cujos estatutos se incluíam a publicação de uma revista. Em abril de 1902 sai a lume seu primeiro número que se publicou até 1919 (Poliantéia, 1946, *cit in* Rêses, 2011).

Segundo Kassick (1992) os anarquistas também deram a sua contribuição ao sistema educacional brasileiro, através de um movimento educacional desenvolvido nas

primeiras décadas de 1920e que se espelhava em todo território nacional e em outros países, em particular na Espanha. Neste país sistematizou as bases da educação anarquista em sua Escola Moderna, construída nos preceitos de respeito à liberdade, à individualidade. A expressão da criança reorganizou o fazer pedagógico imprimindo-lhe autêntica função revolucionária.

Apesar de sua exígua experiência educativa, os princípios da Escola Moderna foram adaptados em vários países, inclusive no Brasil. Ao mesmo tempo em que a educação anarquista buscava novos métodos pedagógicos condizentes com o projeto revolucionário, também realizava a denúncia da escola enquanto instituição de reprodução dos interesses da Igreja e do Estado. Princípios como co-educação dos sexos e de classes sociais, ensino racional e integral apontavam para uma educação livre de dogmas, de preconceitos cuja essência era o respeito à liberdade.

Segundo Romanelli (2003), a partir de 1922 começaram a aparecer as reformas estaduais de ensino, prenúncio das reformas nacionais que surgiriam a partir de 1930. Era, portanto, o período do movimento renovador que iria ter na Associação Brasileira de Educadores (ABE) seu órgão representativo e seu centro divulgador. Era também uma luta ideológica que iria culminar na publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional” em 1932, e nas lutas travadas mais tarde em torno do projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lopes (2006) nos lembra de que se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) pode ser considerado, da perspectiva liberal, a expressão mais acabada da crença no poder transformador da educação – ganhando inclusive estatuto de marco inaugural da renovação educacional no Brasil – a administração de Anísio Teixeira, parece ter sido a tentativa mais expressiva de colocar em prática as principais indicações do *Manifesto*, sobretudo no que se refere ao magistério, que deveria formar o seu espírito pedagógico, conjuntamente, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais elevadas ao nível superior e incorporadas as universidades. (Lopes, 2006, p.56)

Nesse aspecto a memória constituída pelos Pioneiros da Educação Nova constitui-se como resultado de uma série de operações seletivas exercidas de maneira expressa ou implícitas por aqueles a quem se reconhece legitimidade para realizá-las, ou seja, os protagonistas do movimento. Assim por exemplo, se apresentam os discursos de

quase todos os personagens em relação à reforma de ensino realizada por Fernando de Azevedo, “a grande reforma de 1928”, marco temporal da história da educação no Brasil –, guardando com esta a relação–significação similar àquela que a revolução de 1930 passou a ter para a história política do país. (Lopes, 2006)

Segundo Sousa (2002), até 1930, no Brasil, a educação da classe trabalhadora não tinha muito significado para a constituição da sociedade e, por isso, foi tratada de forma desorganizada e assistemática. Essa falta de prioridade fundamentava-se numa concepção que outorgava a este tipo de ensino um caráter eminentemente assistencial em função da conotação negativa atribuída ao trabalho manual, considerado uma atividade degradante, relacionada à pobreza e à escravidão herança cultural do longo regime escravista de produção que vigorou por longos anos no país.

Nesse aspecto Monlevade (2000), nos lembra de que somente com o advento da República se firmou a exigência legal da habilitação dos professores através de Cursos Normais. Essas escolas, num primeiro momento, eram frequentadas por rapazes e moças egressos dos cursos complementares ao primário, com a idade de doze a dezoito anos. Ali eles cursavam disciplinas de educação geral e disciplinas pedagógicas, além de praticar o ensino em salas anexas de curso primário. De 1930 em diante os Cursos Normais passaram a ser organizados em dois níveis: nível médio, para quem já tivesse concluído o ginásio e nível ginásial, para tivesse somente a certificação de curso primário. Estes últimos se localizavam mais em cidades do interior, para responder à demanda das escolas rurais ou de pequenos núcleos urbanos.

Segundo Monlevade (2000, p.119) a partir de 1934 surge com força uma nova identidade magistral, a do professor secundário “licenciado”, ou seja, habilitado por um curso superior específico correspondente a uma ou mais disciplina do currículo dos ginásios e colégios. Esta identidade foi chancelada oficialmente por “registros profissionais” no Ministério da Educação, fundado em 1931.

Romanelli (2003) lembra que o ensino expandiu fortemente a partir de 1930, por causa do crescimento sensível da demanda social da educação. O crescimento da demanda foi, por sua vez, o resultado de dois fatores: o crescimento demográfico e a intensificação do processo de urbanização. O primeiro é responsável pelo crescimento da demanda potencial de educação e segundo, pela evolução dessa demanda, que se torna

aos pouco demanda efetiva. Além das demandas já citadas não podemos deixar de lembrar o início da industrialização no Brasil nesse período, como lembra Durans (2008).

A expansão do ensino, apesar de grande, foi deficiente, tanto em seu aspecto quantitativo, quanto em seu aspecto estrutural. Quanto ao aspecto quantitativo, registram-se três tipos de deficiência: falta de oferta suficiente de escolas; baixo rendimento do sistema escolar; discriminação social acentuada.

Na perspectiva de avançar na educação para atender a demanda social e o desenvolvimento brasileiro, Getúlio Vargas a partir da instituição do Estado-Novo em 1930, admite que a sociedade política invada a área da sociedade civil, subordinando esta a seu controle (Rodrigues, 1993). Foi exatamente o que ocorreu com as questões da educação e com a instituição escolar no Maranhão. A política educacional foi elaborada ao nível da sociedade política e, em seguida, implantada na sociedade civil. Em ambas as instâncias, a presença do Estado se fez sentir de modo contínuo e efetivo. A intervenção e o controle estatal nos assuntos referentes à educação foram considerados, pelos ideólogos do regime, uma medida necessária para que o País encontrasse seu caminho.

Rodrigues (1993) afirma que no período chamado Era Vargas ou Estado-Novo, a Diretoria da Instrução Pública no Maranhão, implantou nas escolas públicas primárias de São Luís várias Organizações Escolares, destinadas a concorrer para a efetivação de maiores rendimentos dos trabalhadores escolares, tanto da parte dos professores, como da dos alunos. Uma dessas organizações era o “Clube Pedagógico”, implantado nos grupos escolares da capital e do interior do Estado, com funcionamento quinzenal. Essa organização, com efeito, constitui-se em mais um controle criado pela referida Diretoria, para manter o corpo docente em comunhão constante, com vista a desempenhar suas funções tendo sempre em vista os ideais cultivados no novo regime.

Segundo Rodrigues (1993), outra organização, era a Associação de “Pais e Mestres” instituída para servir de controle no processo ensino-aprendizagem. Desta feita envolvendo a própria família para que, num trabalho em conjunto, os objetivos da escola, sob o regime ditatorial, fossem “melhor” atingidos. No entanto, vale uma observação no que diz respeito à resistência ou pelo menos a insatisfação de alguns intelectuais que discordavam dos princípios do Estado-Novo.

A eles foi-lhes tolhido o direito de expressão. Dentre estes, Rubem Almeida, Solano Rodrigues, Corrêa de Araújo, Olivar Leite Manoel Sobrinho, Lafaiete de Mendonça, Jota Moreira, Clovis Pereira, João Vitor Ribeiro, os quais, por cultivar os princípios adotados pelo integralismo e discordarem das propostas nacionalistas, sofreram uma série de punições, tais como prisão, maus tratos por parte da polícia, afastamento das atividades intelectuais (jornalismo e magistério).

Também foi suspensa a circulação de jornais, revistas e folhetos que divulgavam princípios integralistas e fazia oposição ao regime ditatorial de Vargas. Aos intelectuais que apoiavam o projeto Vargas a eles foram doados prédios para dar legitimidade física a instituição as que se filiavam. A “Academia Maranhense de Letras” o “Instituto de História e Geografia”, a “Associação Comercial” e a “Sociedade Musical Maranhense” foram algumas instituições que passaram a se instalar em prédios históricos doados na época pelo Governo do Estado do Maranhão (Rodrigues, 1993).

Segundo Romanelli (2003) a Constituição de 1946, é um documento de inspiração ideológica liberal democrática. O seu liberalismo, no entanto, difere da filosofia liberal inspiradora da política econômica europeia do século XVIII e XIX, cujos princípios liberais asseguravam direitos e garantias individuais inalienáveis e visivelmente impregnados do espírito democrático próprio das reivindicações sociais do século em que viviam. Foi baseado na doutrina elaborada pela Carta de 1946, em que o então Ministro de Educação constituiu uma comissão para de educadores com fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional. Elaborado o anteprojeto, este foi encaminhado a Câmara Federal, em novembro de 1948, que resultou na Lei nº 4.024, votada em dezembro de 1961, após 13 anos. Jamais na história da educação brasileira, um projeto de lei foi tão debatido e sofreu tantos reveses, quanto este.

Romanelli (2003, p.82) afirma que em essência a lei nada mudou. A estrutura tradicional foi mantida e o sistema continuou a ser organizado segundo a legislação anterior, da seguinte forma:

- Ensino pré-primário, composto de escolas maternais e jardins de infância;
- Ensino primário de 4 anos, com chance de ser acrescido de 2 anos mais programa de artes aplicadas;
- Ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores);

- Ensino superior, com mesma estrutura já consagrada, o chamado curso econômico teve sua seriação de 3 para 4 anos, os cursos de Administração e Finanças foram substituídos pelos Curso de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e Atuárias.

Sua única vantagem talvez esteja no fato de não ter prescrito um currículo fixo rígido para todo território nacional em cada nível e ramo. Nesse contexto as posições tomadas, em face da promulgação da lei foram as mais variadas, indo desde o otimismo exagerado de alguns que a tacharam até de “carta de libertação da educação nacional”, passando pela atitude de reserva de outros, até a do pessimismo extremado dos que se bateram contra ela.

Em 1950, os comunistas propõem o voto em branco (Bounicore, 2009), no entanto Getúlio Vargas vence seus opositores, defendendo uma política de preservação dos interesses nacionais, a favor da industrialização, prometendo justiça social e liberdade sindical. Após assumir o governo agora eleito pelo povo Vargas concede em 1951, um aumento de 100% sobre o salário mínimo. O número de greves no período de 1950 a 1952 foi muito pequeno. Apesar das concessões o governo começa a perder espaço com os trabalhadores, ocasionando no final de março de 1953, uma das maiores greves operária da história brasileira que durou cerca de um mês, envolvendo mais de 500.000 trabalhadores de São Paulo (trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicos e gráficos), tendo participação intensa do PCB resultando num forte impacto na vida política nacional. Visando recuperar o espaço perdido, Vargas indicou João Gulart para Ministro do Trabalho, e sua primeira medida foi anunciar um reajuste de 100% no salário mínimo. Isto lhe custou a perda do cargo e o aumento da oposição conservadora, ligada ao imperialismo norte-americano. Em agosto de 1954 Vargas foi derrubado e se suicidou.

2.3 O sindicalismo brasileiro pós-Vargas

Com a morte de Vargas, Café Filho, vice-presidente assume provisoriamente a Presidência República. Segundo Giannotti (2007), em 1955 há uma disputadíssima campanha presidencial, sendo eleito Juscelino Kubitschek que na campanha prometia dar continuidade ao programa nacional-desenvolvimentista de Vargas. O objetivo era fazer do Brasil um país industrial e desenvolvido. O plano de meta foi seu programa durante a campanha eleitora e tinha como lema, “50 anos em 5”. Seu plano de desenvolvimento definia como pontos centrais os setores de energia, transportes, indústria de base,

alimentação e a construção da nova capital, Brasília. A política geral do governo visava completar o programa de substituição das importações, iniciado por Vargas. A ideia era produzir no Brasil bens de consumo duráveis como automóveis, rádios e televisores, além de máquinas pesadas.

Segundo Giannotti (2007), Juscelino, conhecido por suas iniciais JK, fez uma política diversificada e buscava o apoio de todas as classes. Aos trabalhadores garantiu aumento salarial para repor a inflação, na época apelidada de “inflação galopante”. Os “anos JK” ficaram marcados pelo acelerado desenvolvimento capitalista. Grandes empresas foram criadas, graça à implementação da indústria de base nos anos anteriores, sobre a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Petrobrás. Além de uma série de medidas do governo que acelerava o crescimento econômico, Juscelino, nos cinco anos de governo, esteve dividido entre duas políticas: a política do Fundo Monetário Internacional (FMI), de estabilidade, controle da inflação, redução dos gastos públicos, e a política desenvolvimentista, que defendia o pleno emprego e aumento salarial. No fim do seu mandato, em julho de 1959, JK decretou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, a chamada “moratória”, por um curto período de tempo.

Segundo Giannotti (2007), no início dos anos de 1960, os Estados Unidos passam a manifestar preocupação com os rumos políticos do Brasil e começa a agir no movimento operário através do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL), um instituto ligado diretamente à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL). A confederação mundial criada em 1949 pelos Estados Unidos, e cuja meta era difundir conceitos de sindicalismo em franca contraposição aos do sindicalismo liderado pela esquerda, fosse ela comunista ou socialista. Para cumprir a meta a IADESIL organizava milhares de cursinhos de sindicalismo, sendo que antes do golpe de 64 chegou a treinar trinta mil dirigentes sindicais, muito dos quais foram enviados para fazer cursos nos EUA.

Para Giannotti (2007), sob o nome de curso de formação sindical, eram dados cursos para “fazer cabeças” e que ensinavam como se devia preparar a adesão dos trabalhadores ao Golpe que estava sendo articulado. Era a espionagem norte-americana (CIA), atuando secretamente no sindicalismo brasileiro. Esse Instituto formou milhares de sindicalistas que unidos aos patrões e aos militares articularão o Golpe que implantou a Ditadura Militar de 1964 no Brasil.

Segundo Sodré (1994), o fenômeno da militarização que se desenvolveu de forma tão ampla nos países da América Latina entre os anos de 1960 e 1970 tem suas razões profundas e resultou de condições internas e externas, aquelas ligadas particularmente à luta contra as estruturas arcaicas e a reforma dessas estruturas, ligadas especialmente às atividades imperialistas. Coloca-se, assim, para tais países, o entrosamento entre o problema democrático e o problema nacional. A militarização da política assumindo forma direta e contundente em regime do tipo das ditaduras militares decorre do agravamento das contradições e da necessidade de empregar a força para deter a tendência para a mudança do *status quo* latino-americano. O agravamento das referidas contradições assumiu proporções extrema a partir do momento em que alguns países latino-americanos atingiram uma etapa de desenvolvimento em que se colocava de maneira premente a necessidade de uma reforma política estrutural.

Sodré (1994) afirma que no Brasil em meados 1963, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), lidera uma greve geral na cidade de São Paulo, envolvendo pela primeira vez 78 sindicatos e 700 mil trabalhadores unidos numa campanha salarial e exigem negociação direta com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A reivindicação era 100% de aumento; ao final da greve conseguiram 80% para todos. Giannotti (2007) recorda que o ano de 1963 se encerrou com três acontecimentos promissores para a esquerda e ameaçadores para a direita. O primeiro ocorreu em setembro a “Rebelião dos Sargentos” em Brasília; o segundo foi a “greve dos 700 mil” e o terceiro fato foi a longa greve nacional de bancários que atingiu em cheio a burguesia financeira e a classe média. Esses eventos foram um novo incentivo à onda de euforia da esquerda.

Segundo Giannotti (2007), sentindo-se segura do seu poderio, em março de 1964 a esquerda organizou junto com a Presidência da República uma grande manifestação no Rio de Janeiro, com palanque colocado em frente ao Ministério da Guerra, na entrada da estação Central do Brasil. Lá, o presidente João Goulart deveria assinar o decreto das Reformas de Base (reforma agrária, bancária, tributária, urbana, política, universitária e administrativa). Essas reformas se opunham aos privilégios seculares das elites e da burguesia. Todas iam no sentido de uma maior justiça social, uma melhor distribuição de renda e um desenvolvimento independente do país.

Duzentas mil pessoas estavam presentes neste grande comício. Nesse dia, o presidente assinou o decreto que definia como prioritárias a reforma agrária das terras em volta de ferrovias, rodovias e barragens. Assinou também, a nacionalização de seis refinarias de petróleo. Seis dias depois, em São Paulo, a direita golpista realiza a “Marcha com Deus pela Liberdade”. Militares, empresários, classe média e católicos conservadores levavam suas faixas pedindo um golpe que “reinstaurasse a democracia”. Na frente da passeata estava o velho general Dutra e a estátua de Nossa Senhora de Fátima especialmente trazida de Portugal. “Veja a importância da batalha que se jogava no Brasil desde que foi instituído o culto a Nossa Senhora de Fátima em 1917, a sua estátua nunca havia saído de Portugal. Mas para derrotar a esquerda no Brasil, vale tudo, até tirar a imagem da santa de seu santuário, lá em Fátima” (Giannotti 2007, p. 177-178).

No dia 26 de março, no Rio de Janeiro, marinheiros e fuzileiros navais se amotinam. Reivindicam que seus direitos básicos fossem respeitados e se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos para uma assembleia de sua associação. A hierarquia militar sentiu-se agredida e aciona os motores do Golpe. Segundo Lima (2001), com o Golpe de 1964 as entidades sindicais sofreram uma intensa interferência do regime militar, com uma brutal repressão física durante esse período. Em 1968, com o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), o regime militar intensifica a intervenção, com perseguições, torturas e fechamentos de organizações de esquerda no país.

Nesse momento, tanto a organização do movimento sindical como do movimento estudantil é amplamente reprimida, ocasionando a nomeação de interventores nos sindicatos combativos e o desaparecimento de sindicalistas, estudantes e militantes que combatiam o regime militar. Esse quadro conjuntural influenciou vários setores da esquerda brasileira naquele período a optarem pela construção da luta armada no país, que no Brasil não conseguiu atingir o objetivo que era a tomada do poder e a substituição do regime social, político e econômico. E se por um lado a tática guerrilheira não conseguiu atingir os objetivos centrais, por outro se destaca a sua importância nesse período por ter-se constituído concretamente como uma resistência à política do regime militar, e conseqüentemente ao capitalismo.

Ao mesmo tempo em que os militares brasileiros, patrocinados pelos sucessivos governos dos EUA, consolidavam sua ditadura, outros países latino-americanos viviam situações semelhantes. Assim como no Brasil nos anos 60, instalam-

se ditaduras militares em diversos países que esmagam movimentos de constatação: Bolívia 1964, Chile e Uruguai 1973, Argentina 1976. Em todos esses países, as burguesias foram assessoradas e coordenadas por militares e especialistas em repressão e torturas norte-americanos (Giannotti 2003, p. 191).

Segundo Durans (2008) na década de 1970, sob o regime militar, o Brasil acelerou o desenvolvimento da industrialização e a modernização tecnológica concentrada no sul e sudeste brasileiro. Com isto, cresceu a proletarização, a urbanização desordenada, o crescimento de bens de consumo duráveis, a expansão da capitalização da agricultura. Este crescimento célere do processo de industrialização modificou o perfil da classe trabalhadora brasileira que duplicou de cerca de 7,7 milhões passou para 14,3 milhões da população economicamente ativa. Evidentemente que isto mudou a feição da sociedade brasileira que esteve na base do ressurgimento do denominado novo sindicalismo.

A ditadura militar não só aproveitou o modelo corporativista de sindicalismo da “Era Vargas”, como o aperfeiçoou com a lei de greve, fixação dos índices salariais como prerrogativa do governo, fim da estabilidade no emprego com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Apesar desse quadro, verificaram-se várias formas de resistência, não só do movimento sindical, mas também do movimento

No final dos anos 1970, quando o milagre econômico entrou em crise e ocorreram mudanças no contexto internacional: os juros internacionais dispararam após a crise do petróleo e a crise do padrão de acumulação, fatores que geraram uma exorbitante dívida externa. O movimento dos trabalhadores começou a se modificar, havendo o reaparecimento das lutas operárias e sindicais, após um extenso período de desarticulação. Esse fim de década assistiu a um levante grevista, que marcou a história da luta operária brasileira. Foi um movimento marcado ainda pela repressão, com demissões políticas, prisões, mortes de operários em piquetes e manifestações (tanto em São Paulo, como em Minas Gerais). Tais greves tinham ainda um duplo enfrentamento a realizar: de um lado o patronato e a ditadura militar, e de outro os dirigentes conciliadores e burocráticos, os chamados pelego.

Mesmo diante de toda essa repressão em 1978, os trabalhadores realizam o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), ocasião em

que foi inevitável a articulação de um grupo de dirigentes sindicais oposicionista, que a partir de então passou a ser chamado de Sindicalistas Autênticos e dele faziam parte Luís Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; contou também com as presenças de João Pires de Vasconcelos, presidente do sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), Arnaldo Gonçalves, Hugo Peres, todas as lideranças de sindicatos metalúrgicos entre muitos outros. Os sindicalistas autênticos eram um grupo formado, de um lado, por uma nova geração de diretores sindicais independentes e, de outro, por sindicalistas com vinculação partidárias, especificamente PCB (Souza, 2002, p.132).

2.4 A Velha Estrutura Sindical

Segundo Reis (2009), desde a primeira experiência de construção de uma Central Sindical dos trabalhadores, em 1906, com a confederação Operária do Brasil (COB), até a aprovação e legalização das centrais, no início de 2008, várias tentativas de consolidar a estrutura sindical brasileira foram perseguidas. Em todas as experiências vivenciadas, de ricos processos de lutas, os trabalhadores se depararam com uma estrutura política conservadora e reacionária. Mesmo nos momentos de maior protagonismo da classe operária, ao longo desses cem anos de luta, o movimento sindical não conseguiu dobrar a resistência do Estado brasileiro e da burguesia nacional.

Reis (2009) afirma que os embates e as lutas travados por essas centrais sindicais ao longo desses cem anos de história são memoráveis. A COB hegemônica pelos anarquistas no início do século XX realizou a primeira greve geral no País. Criou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) em 1929, com o objetivo de enfrentar a oligarquia rural e a crise do sistema capitalista mundial, abriu o caminho para a construção do projeto de nação brasileira. Fundou também o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1946, em sintonia com os movimentos progressistas, superou as máculas deixadas pelo Estado Novo e proporcionou memoráveis lutas populares, assim como avanços na ordem econômica nacional. O Comando Geral dos Trabalhadores teve presente ativamente em vários momentos da história dos trabalhadores nos mais diversos embates: em 1960, no centro da luta política brasileira e na mobilização dos trabalhadores pelas reformas de base em apoio ao governo democrático e trabalhista de Jango. Vinte anos depois no início dos anos 1980, na construção da Central Única dos Trabalhadores

(CUT) e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), enfrentando a ditadura militar, a carestia, o desemprego e a crise econômica.

Nesse aspecto, lembra Souza (2002), embora a sociedade brasileira tenha passado por significativas transformações políticas e econômicas, desde os Governos Getúlio Vargas, passando pela Ditadura Militar de 1964 até a implantação do Estado Democrático em 1988 com a provação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, a classe trabalhadora conviveu, por mais de meio século, com uma estrutura sindical congelada e submetida ao controle do Estado.

Desde os anos 1930, essa estrutura impôs as organizações sindicais um caráter de “organizações de utilidade pública”, na medida em que o Estado determinava todas as regras para a sua organização e funcionamento. Tais como: princípio de unicidade sindical, a exigência de reconhecimento legal por parte do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio para a constituição de sindicato, a verticalização da estrutura sindical (confederações, federações e sindicatos), a instituição do imposto sindical e a manobra governamental de condicionar a garantia de direitos e vantagens trabalhistas à sindicalização, acabaram se transformando num mecanismo de controle bastante eficaz para o movimento dos trabalhadores, transformando seus organismos de representação em “sindicatos oficiais”, com função meramente social, de cunho assistencialista (Souza, 2002, p. 130).

Segundo Souza (2002) a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, foi o que deu a configuração final à estruturação oficial dos organismos de representação da classe trabalhadora, aglutinando em seu corpo todo o conteúdo autoritário da legislação elaborada nos anos 30, atrelando de uma vez por todas os sindicatos ao Estado. No início dos anos 60, por exemplo, os primeiros sinais de ruptura e da estagnação imposta desde o Governo Vargas começaram a florir. Também começa a duplicação do número de organizações sindicais, especialmente no setor rural, e a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), são sinais concretos de recrudescimento da atividade sindical nos anos 60.

Molina (2004) afirma que embora o golpe militar de 1964 tenha desarticulado o CGT e reafirmado a tutela do Estado sobre o movimento sindical, é nesse período que

começa a se formar inúmeros grupos de oposição às diretorias de sindicatos oficiais, de caráter assistencialista e atrelado aos interesses do regime militar.

Mas foi somente na década de 70 que esse movimento tomou maior volto. Nesse período a expansão do movimento associativo foi marcante, sendo registrados 2.251 novos sindicatos, dos quais mais da metade representavam trabalhadores rurais. Outro fator significativo foi a expansão do sindicalismo das classes médias, decorrente do aumento no número dos sindicatos de profissionais liberais. Por fim, nos anos de 1978 e 1979, veio à tona um amplo movimento grevista envolvendo milhares de trabalhadores das indústrias de ponta do ABC Paulista, principal parque industrial do país e se alastrou por setores tradicionais como a construção civil e setores não sindicalizados como o funcionário público.

Segunda Souza (2002) em 1977 surge a ideia de realização de um Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), seguindo-se o exemplo do IV Congresso Nacional da Classe Produtora (CONCLAP), que fora realizado pela representação da burguesia nacional, no auge da repressão militar. Para eles não houve desobediência às restrições legais que impediam a realização de encontros e congressos sindicais, pois, o Congresso dos Produtores foi realizado sem nenhum tipo de manifestação contrária ou represália por parte do governo militar, contando até com certa simpatia por parte deste, inclusive através de apoio público. A classe trabalhadora não gozou das mesmas benesses para realizar o seu Congresso, sendo obrigada a submeter-se a inúmeras exigências restritivas para a realização do mesmo, deixando claro que as restrições legais e a repressão só se aplicavam à organização da classe trabalhadora.

Em 1978, na ocasião do 5º. Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) foi inevitável a articulação de um grupo de dirigentes sindicais oposicionista, que a partir de então passou a ser chamado de Sindicalistas Autênticos e dele faziam parte Luís Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; João Pires de Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG); o segundo em questão lança a ideia de criar uma frente de oposição à diretoria imobilista daquela entidade, e o Congresso imediatamente, escapa das mãos dos tradicionalista pelegos.

A partir de então o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luís Inácio da Silva conhecido como Lula, e João Paulo Pires passam a ser as estrelas das assembleias de um Congresso paralelo, montado à revelia dos pelegos. Ao final foi aprovada uma Carta Princípios que propunha a convocação de uma Assembleia Constituinte, o fim da censura, eleições diretas para presidente da República, anistia aos presos políticos e reforma agrária. Essas reivindicações eram um terremoto naqueles anos de ditadura militar. Os sindicalistas autênticos eram um grupo formado, de um lado, por uma nova geração de diretores sindicais independentes e, de outro, por sindicalistas com vinculação partidárias, especificamente PCB (Souza, 2002, p. 132).

Souza (2002) continua afirmando que em 1979 um grupo de 286 dirigentes sindicais, provenientes de 13 estados brasileiros, representando 57 categorias, reuniram-se em Gragoatá, Niterói, para a realização do Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais. A composição de forças políticas deste encontro era bastante dividida, indo desde os Sindicatos Autênticos até sindicalistas pelegos. O saldo desse encontro foi a origem e formalização da Unidade Sindical, com a participação de sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), sindicalistas independentes e setores pelegos. Os princípios e bandeiras de luta dessa tendência sindical são explicitados pela Carta de Gragoatá, em 1979, aprovada no final do encontro:

Nessa carta os participantes afirmam que a luta pela conquista da democracia é inseparável da resolução dos problemas que afetam a vida sindical. A Unicidade Sindical, nas questões políticas mais gerais, propõe-se a defender a Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana; a lutar pelo desmantelamento dos aparelhos de repressão, pela revogação de leis e medidas de exceção e pela abolição do regime de exceção em todos os planos. No plano econômico, manifesta o entendimento de que o efetivo combate a inflação repousa na recuperação da economia, fundada num programa de gastos em habitação popular, transporte coletivos e urbanos, educação, saúde, lazer e saneamento básico, e que a dinamização da agricultura, com justiça social, só se efetivará com a reforma agrária. No que diz respeito às questões sindicais, os trabalhadores, para fortalecer seus sindicatos, devem fazê-lo através da sindicalização, da organização nos locais de trabalho e de luta pela conquista da autonomia e liberdades sindicais, sob a coordenação de uma Central Única de Trabalhadores (Souza, 2002, p.133).

Giannotti (2007) afirma que embora tenha levantado à bandeira democrática e algumas até de caráter popular, a Unicidade Sindical manteve uma prática moderada, contrária à radicalização da luta contra a burguesia e governo militar, que estabeleceu como limite para a classe trabalhadora as reivindicações democráticas burguesas. Sua intervenção no movimento sindical foi sempre no sentido de esvaziar as propostas e encaminhamentos que pudessem levar ao confronto direto com o regime militar. Em agosto de 1980, ocorre o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS), de caráter eminentemente sindical, centrado na luta e no combate ao peleguismo e contra a estrutura sindical oficial. Tendo como propósito a unificação e a articulação de sindicatos e dirigentes combativos, propõe-se a desobedecer à legislação oficial e corporativista que atrela o sindicato ao Estado. No entanto dado ao seu caráter limitado e sectário o ENOS não obtém sucesso nem continuidade.

Em 1979, com a realização do Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, iniciam-se as articulações no aspecto quantitativo quanto qualitativo, contando com cerca de 500 líderes sindicais, dos quais 92 dirigentes, inclusive de diretorias combativas e oposições ligadas ao trabalho de base da Igreja.

Não obstante, a estruturação das oposições sindicais traz em seu bojo algumas contradições surgidas no ENOS e explicitadas no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à

Políticas de oposição às diretorias pelegas, mas atuando e organizando chapas para a disputa das direções das entidades, conservando-se provisoriamente na estrutura sindical oficial até a conquista da liberdade e autonomia sindicais (Souza, 2002, p.131).

Em setembro de 1980, outro encontro do ENTOES é realizado, agora com maior representatividade, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, “contando com cerca de 500 líderes sindicais, dos quais 92 dirigentes, inclusive de diretorias combativas e oposições ligadas ao trabalho de base da Igreja” (Souza, 2002, p.71). A única tendência de esquerda que opta por não participar desse encontro é a que mais tarde viria a se chamar Corrente Sindical Classista (CSC), vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que opta pela Unidade Sindical, considerando o ENTOES pouco representativo, paralelo e divisionista.

Sousa (2002) relata ainda que em fevereiro de 1980, a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), torna-se outro polo de articulação de forças políticas da ótica do trabalho. Realiza seu primeiro encontro reunindo dirigentes sindicais do grupo dos Sindicalistas Autênticos, da Unidade Sindical e de diferentes segmentos vinculados ao trabalho da Igreja Católica, tais como pastorais operárias, movimentos populares e comunidades eclesiais de base. Tinha como objetivo básico a construção de um organismo nacional a partir da união dos movimentos populares de modo geral, incluindo-se aí o movimento sindical da cidade e do campo.

Souza (2002) narra, que após uma longa batalha travada pela Unidade Sindical que não queria a criação de uma central e a ANAMPOS unificada em torno da palavra de ordem “CUT-Já” foi realizado em agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) convocado, organizado e realizado pelos sindicalistas identificados e articulados na ANAMPOS. Reunindo 5059 trabalhadores, pertencente a 912 entidades, dentre os quais havia dirigentes sindicais e delegados de base, até delegados eleitos pelas oposições sindicais, passando por setores ligados ao movimento da Teologia da Libertação e das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica e organizações de esquerda leninista e trotskistas. A maioria dos participantes estavam ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), embora houvesse alguns ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e independentes.

Giannotti (2007) afirma que nessa conturbada conjuntura no dia 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Fruto da articulação entre as diversas correntes, tendências, agrupamento e individualidade que atuavam no universo mais combativo do movimento sindical, aglutinados anteriormente na ANAMPOS. No seu programa a CUT defende a luta por um sindicalismo classista, desatrelado do governo, a preparação de uma greve geral, e a luta “por uma sociedade sem exploração onde impere a democracia política, social e econômica”. Assim nascia a CUT numa perspectiva sindical classista, de massas e combativa, apesar das relações de trabalho impostas pelo capitalismo que reduz o trabalhador a um mero vendedor da sua força de trabalho apresentando assim uma concepção que levaria a superação da ordem do capital.

No entanto, afirma Borges (2008), desde sua fundação em agosto de 1983 a CUT carrega o estigma de ser uma central partidarizada. No início de sua trajetória ela serviu explicitamente ao projeto de um partido político, o PT, para reforçar sua inserção no sindicalismo, contando com recursos externos e violando a própria estrutura sindical, através das controvertidas oposições. Mas com o passar do tempo ela se consolidou como a principal referência do sindicalismo em decorrência da sua combatividade na oposição à ditadura militar e na resistência à ofensiva neoliberal, tornando-se o veio natural para a unidade dos trabalhadores, galgando maior representatividade e legitimidade, conquistando o título de a maior central sindical do Brasil e uma das maiores do mundo.

Contudo, lembra Giannotti (2007), antes da CUT foram feitas várias tentativas de criação de uma central. Em 1908 foi fundada a Confederação Operária Brasileira (COB), que pode ser considerada a primeira experiência da classe trabalhadora brasileira de criação de uma central. Depois disso, diversas experiências, normalmente de curta duração, se seguiram: em 1929, os comunistas criam a Federação Regional do Rio de Janeiro (FRRJ); em 1935, na criação de uma grande frente popular antifascista apoiada pelos comunistas com o nome de Aliança Nacional Libertadora (ANL); em 1946, os sindicalistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro, realizaram o congresso sindical dos trabalhadores do Brasil. E nesse Congresso fundaram a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que buscava fortalecer todos os sindicatos organizados pelos comunistas em torno de uma de uma ideologia socialista. A partir de 1953, para dirigir as greves foi criado um Comando Geral de greve (CGG), que no final desses eventos foi transformado em Comissão Intersindical (CIS) em 1958 a CIS, dar origem ao Pacto de Unicidade Intersindical (PUI), em 1960, surge a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) como resultado da “greve da paridade”. Finalmente, em 1962, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em janeiro de 1964 foi criada ainda a União Sindical dos Trabalhadores (UST) que organizava os pelegos para rivalizar com o CGT. Todas essas tentativas tiveram seus momentos de glória, mas não conseguiram se estabelecer como centrais verdadeiramente.

Guilherme Marques Soninho, historiador e colaborador do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), em entrevista concedida a Rosângela Gil e Sérgio Domingues em abril de 2005 sobre seu livro *O Novo Sindicalismo, a Estrutura Sindical e a Voz dos Trabalhadores*, comenta:

A criação dessas centrais não quer dizer que elas tenham conseguido, de fato, existir e se consolidar. A maioria dessas tentativas foi abortada pela repressão. Além disso, proibidas de existir pelas leis que regulamentam os sindicatos no Brasil que chamamos de estrutura sindical - elas eram normalmente apenas formas de articulação entre sindicatos oficiais e normalmente articulações regionais. E sabemos que era proibida a sindicalização de trabalhadores rurais, de funcionários públicos etc. Por isso prefiro falar em tentativas de criação de centrais sindicais.

[...]

Para concluir, gostaria apenas de levantar mais uma reflexão. O velho Marx já dizia que com o desenvolvimento dos meios de comunicação (ele falava das ferrovias, do telex, etc.) existiam uma tendência a um aceleração dos processos históricos. Se ele estava correto, e eu acho que estava, a tendência é que hoje algumas instituições, como centrais sindicais ou partidos políticos, nasçam e envelheçam mais rápido. Se compararmos o processo de envelhecimento de alguns partidos de esquerda europeus com o do PT, isso fica claro. Devemos lembrar também que nossa “fidelidade” deve ser à classe trabalhadora e não a alguns de seus instrumentos. De qualquer jeito esta é uma discussão que está começando, e muita água ainda passará em baixo desta ponte... (Soninho, 2005, p. 3).

Lima (2001) constata isso ao observar a reivindicação básica dos funcionários públicos, a partir da segunda metade dos anos 80. Eles exigiam o direito à sindicalização, o direito de ser amparados pela legislação sindical. O que inviabilizaria a sustentabilidade financeira da instituição o que “legitimaria” a necessidade da contribuição compulsória. Assim:

No entanto como a contribuição é compulsória para os 500 mil trabalhadores, o volume de dinheiro arrecadado anualmente tende a distanciar os dirigentes de qualquer compromisso mais sério com campanhas de filiação realizadas nas bases. Os fatos servem de referência para a fundamentação daquilo que aparece definido no presente estudo como nexos central da estrutura sindical.

Se até a década de 30 a ação direta dos anarcos-sindicalistas é o nexo central, isto é, produz a estrutura sindical, de lá para cá outro nexo passa a dar vida à estrutura sindical: a necessidade de reconhecimento jurídico do movimento sindical pelo Estado. O reconhecimento é garantido pela unicidade sindical, uma vez que é esta que garante ou determina qual é o sindicato *oficial* que deve representar legalmente a categoria e, por conseguinte, receber contribuição sindical. Vale dizer que o nexo central da estrutura sindical não é algo dado *a priori*, mas construído a partir das ações que envolvem capital, trabalho e Estado. Quando o movimento sindical incorpora em suas ações o desejo de vê-las reconhecidas juridicamente pelo Estado, isso implica uma produção – não apenas reprodução – da estrutura sindical. Portanto, quando o movimento sindical transforma a unicidade sindical em principal bandeira, evidencia a sua capacidade de produzir politicamente sua própria estrutura (Gianotti, 2007, p. 231).

2.5 A Nova Estrutura Sindical

A trajetória excepcional das agremiações de empregados urbanos explica-se, em larga medida, pelo direito à sindicalização dos funcionários públicos inscrito na

Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, Horn (2006, p.119) diz que:

[...] a Constituição Federal de 1988 trouxe consigo relevantes mudanças no marco jurídico do sistema brasileiro de relações de trabalho. No que se refere especificamente à organização sindical, essas mudanças representaram uma ruptura, ainda que parcial, com o modelo do corporativismo estatal inaugurado nos anos 1930. Assim, a CF 1988 suprimiu as disposições que autorizavam a interferência direta do poder executivo na organização e gestão das associações sindicais, dentre as quais se incluíam a exigência de reconhecimento estatal para funcionamento e a possibilidade de destituir diretores sindicais. Porém, diversos traços essenciais do corporativismo estatal foram preservados, com destaque para o monopólio da representação na base dos sindicatos e o acesso a fontes de financiamento tributário.

Pragmácio Filho (2010, p.83) na mesma linha de raciocínio de Horn relata como a Constituição Federal de 1988 adotou no Brasil o princípio da liberdade sindical, mas não em sua plenitude. Permanecendo resquícios da ultrapassada e nefasta organização corporativista, como a contribuição compulsória, a unicidade e a organização por categoria. A Constituição avançou, mas não tanto. Agora existe um “corporativismo fora do Estado”. Com o advento da Emenda Constitucional 45/2004, que modificou o artigo 114 da Carta da República, o grande avanço foi a extinção (para alguns, diminuição para outros) do poder normativo da Justiça do Trabalho, quando trouxe a imposição do “comum acordo” para o ajuizamento de dissídios coletivos.

Nesse aspecto Rêses (2008) esclarece que os sindicatos podem se organizar por ramo, por categoria e por empresa e a estrutura sindical pode fundamentar-se no sindicato único ou no pluralismo sindical. Eles podem ainda desenvolver-se num contexto de liberdade de organização, mas também em situações tuteladas pelo poder político, tal como ocorreu no Brasil no período da ditadura Vargas e em Portugal no regime salazarista quando tem início o Estado Novo (que vai de 1933-1974), que se alinha aos interesses do nazi-fascismo italiano e alemão, depois de sete anos de golpe de Estado, desencadeado pelos setores militares, pela grande burguesia (Rêses, 2008, p.91).

Nesta situação, Pavão (2014, p.1) afirma que “os sindicatos tanto no Brasil quanto em Portugal adotaram funções de enquadramento e de subordinação das reivindicações dos trabalhadores aos interesses definidos pelo regime político”. Portanto, sindicato e profissão se vinculam mutuamente, pois o sindicato agrupa pessoas de uma profissão por meio de uma organização interna para assegurar a defesa e a representação

da respectiva profissão. No caso específico da situação organizativa dos professores precisava saber como se aplicava esta estrutura conceitual e analítica.

Segundo Reis (2009), em março de 2008, o movimento sindical brasileiro conquistou uma expressiva e histórica vitória política com a aprovação, no Congresso Nacional, da lei que regulamenta e autoriza o funcionamento jurídico das centrais sindicais. Depois de um século de existência informal, os trabalhadores conquistaram o direito e o reconhecimento das suas entidades como vértices da estrutura sindical dos trabalhadores. Com a lei aprovada, o Estado brasileiro reconhece a importância política dessa organização popular para o avanço da democracia no País.

No dia 11 de março de 2008, após muitas discussões e muita polêmica, a Câmara dos Deputados aprovou então o projeto de lei n° 1990/07. Entre as providências tomadas se encontra a regulamentação das centrais sindicais no Brasil como a Força Sindical, a Nova Central, dentre outras já citadas anteriormente. Nesse contexto os sindicatos e centrais poderão representar os trabalhadores e trabalhadoras na Justiça e, junto com as federações e confederações, organizá-los por ramo de atividades. A matéria foi à sanção presidencial e aprovada. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o Projeto de Lei n° 1.990/07, que regulamenta o funcionamento das centrais sindicais. Trata-se da Lei n° 11.648, publicada em edição extra do Diário Oficial da União em 31/03/2008 (Reis, 2009).

No entanto, ressalta Pavão (2014), o presidente Lula vetou o artigo 6° do projeto, que determinava que os sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais e as centrais sindicais deverão prestar contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos provenientes das contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas. O veto ao artigo 6° fundamentou-se na vedação pela Constituição da interferência do Poder Público na organização sindical, em face do princípio da autonomia sindical, o qual sustenta a garantia de autogestão às organizações associativas e sindicais.

Neste caso lembra Pavão (2014), não tendo o Tribunal de Contas da União (TCU) competência para fiscalizar os sindicatos, outros mecanismos de controle deveriam ser criados e não somente a possibilidade de empresários e trabalhadores envolvidos discutirem as prestações de contas em assembleias, O Ministério do Trabalho

e Emprego (MTE) apenas monitora os dados e qualquer denúncia de irregularidade deve ser feita do Ministério Público do Trabalho (MPT). “Deus queira que, tanto os empresários quanto os trabalhadores, fiscalizem os seus sindicatos”, disse Lula, em um artigo publicado na Revista Veja por Pavão (2014, p.1). Lula justificou a decisão dizendo que o artigo aprovado por deputados e senadores poderia acabar com a autonomia sindical.

Pragmácio Filho (2010) reforça a confirmação da edição da Lei 11.648/2008, em que as centrais sindicais foram reconhecidas dentro da estrutura sindical oficial, prevendo inclusive uma participação de 10% da contribuição compulsória arrecadada. Esta é, inclusive, objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Os sindicatos patronais e laborais ainda recebem compulsoriamente a chamada contribuição sindical, que antigamente era chamada de “imposto sindical”.

Para os trabalhadores, essa contribuição obrigatória corresponde a um dia de salário por ano, que o empregador desconta do salário no mês de março, e, em abril, repassa para os entes sindicais representativos da categoria, sendo 60% para o sindicato, 15% para a Federação, 5% para a Confederação, 10% para as Centrais Sindicais e 10% para o Governo (art. 589, inciso II, CLT). Independentemente de o empregado ser filiado ou não ao sindicato, ele é obrigado a contribuir, só pelo fato de pertencer à categoria, o que revela a natureza tributária dessa contribuição, estranhamente paga a um ente privado (Pragmácio Filho, 2010).

Os sindicatos também têm a prerrogativa de impor (outra!) Contribuição, geralmente chamada de contribuição assistencial ou de reforço sindical, a todos os integrantes da categoria, de acordo com o artigo 513, “e”, da Consolidação das Leis Trabalhista (CLT). E sempre o fazem através dos acordos e convenções coletivas, que têm certo status de lei, implicando a obrigatoriedade do pagamento. Porém, jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) vem entendendo também que tais cláusulas em normas coletivas seriam ilegais (PN 119 do TST).

Discretamente, a lei 11.648/2008 que reconheceu as centrais sindicais e deu a elas 10% da contribuição sindical compulsória, renunciou, em seu artigo 7 a extinção de todas essas contribuições e a criação de uma nova e única receita para os sindicatos, a chamada contribuição negocial, com caráter compulsório, vinculada ao exercício efetivo

da negociação coletiva e à aprovação em assembleia geral da categoria. Em outras palavras, um velado interesse de multiplicar a arrecadação das entidades sindicais, especialmente as centrais.

Abramides e Cabral (1995) relatam como vimos que apesar da Constituição Federal de 1988, ter adotado no Brasil o princípio da liberdade sindical, tal princípio não se deu em sua plenitude. Permanecem resquícios da ultrapassada organização corporativista, como a contribuição compulsória, a unicidade e a organização por categoria. Nesse aspecto a Constituição avançou, mas não tanto, pois ainda tem muito da chamada “velha estrutura sindical” que data do período do Estado Novo de 1931, quando Getúlio Vargas promulgou o decreto-lei 19.970, que regulamentava o controle do Estado.

Contudo podemos perceber que com a aprovação em 2008 da Lei 11.648 ocorreram mudanças consideravelmente positivas na organização sindical brasileira dentre elas podemos citar: a própria regulamentação das Centrais Sindicais no Brasil, reconhecendo-os juntamente com os Sindicatos, Federações e Confederações o direito de representar os trabalhadores na justiça e organizá-los por ramos de atividades; o veto do artigo 6º que determina aos sindicatos, as federações e as confederações das categorias econômicas ou profissionais liberais e as centrais sindicais a prestarem conta ao Tribunal de Contas da União, sobre os recursos provenientes das contribuições de interesses das categorias profissionais e econômicas; o veto a contribuição negocial que tinha caráter compulsório com interesse de multiplicar a arrecadação das entidades sindicais especialmente as centrais.

2.6 Unicidade Sindical

A unicidade sindical se traduz pela imposição de uma lei em criar um sindicato único numa mesma base territorial (Abramides e Cabral 1995). Essa prerrogativa do Ministério do Trabalho tira dos trabalhadores a liberdade de auto organizar-se e de definir o caráter e forma de sua organização. A conjunção do princípio da unicidade aliada à existência de mecanismo que permitem a fragmentação da sindicalização em uma mesma empresa com vinculações sindicais distintas, e consequentemente data-base diversas, são responsáveis por uma fragmentação sindical

garantindo sindicatos estanques e formados corporativamente sem unificação de uma central.

Moreno (2012) afirma nos meses de março e abril de 2012 a CUT colocou em pauta novamente a contestação do sistema de unicidade sindical existente em nosso país ao realizar o Plebiscito Nacional sobre o Fim do Imposto Sindical e a Campanha pela Liberdade e Autonomia Sindical. Este debate recoloca na pauta a discussão sobre a auto-organização dos movimentos sociais e, por isso, é importante ser entendido. A unicidade sindical implica em só se permitir a criação de uma entidade para cada categoria em uma mesma territorialidade, tendo como território mínimo o município. No caso dos sindicatos brasileiros, implica em permitir que seja criado apenas um sindicato por categoria profissional em um mesmo espaço territorial.

Unicidade sindical como já foi dito é a Organização dos Trabalhadores sob a Tutela do Estado. Mas questão é que quem autoriza ou determina qual é o sindicato único é o Estado através do Ministério do Trabalho e Emprego. Ou seja, não cabe simplesmente ao movimento e aos trabalhadores escolher qual entidade os representa. Esta tarefa passa a ter que obter a chancela do Estado. Isto por si só já justificaria a defesa da liberdade e autonomia sindical, tendo em vista que é a unicidade sindical efetivamente um fator limitador à auto-organização dos trabalhadores. Um grupo político com maiores relações com um governo incontestavelmente tende a ter maiores benefícios o que já acontece na realidade.

Por outro lado, é importante entender que o contraposto da unicidade é a liberdade sindical e associativa e não a pluricidade ou pluralismo como costumam atribuir os defensores da unicidade. À unidade, que é uma opção política, se contrapõe a pluricidade, por se tratar de opção política que implica criar mais de uma entidade representativa para o mesmo grupo de trabalhadores. Tais posições políticas serão adotadas por determinados grupos ao querer que exista somente uma entidade (unidade) ou ao se avaliar que se deve criar outra entidade paralela (pluricidade). Criação esta motivada pela carência de legitimidade de alguns sindicatos denominados ‘sindicatos de gaveta’ que não tendo condições de representar sua base já existente ficam impossibilitados de disputar os seus rumos, pois, já existe outro sindicato de base territorial que antes já defendia eficientemente essa categoria de trabalhadores.

Para além do debate da auto-organização dos trabalhadores sem intervenção estatal, é importante frisar que a unicidade é o que possibilita a existência do tão famigerado imposto sindical. Pois só se pode criar uma contribuição sindical de caráter obrigatório (o dito imposto sindical), apenas se houver a segurança jurídica de existir somente um sindicato por categoria. Caso haja a possibilidade de mais de um sindicato existir e o trabalhador ter a opção de escolher qual o representa, a compulsoriedade perde automaticamente a sua viabilidade.

Moreno (2012) afirma que é justamente o imposto sindical obrigatório, que só é possível com a unicidade sindical, que possibilita que existam sindicatos sem qualquer tipo de representatividade, com sedes nas casas de seus “presidentes” que vivem para enriquecer através do imposto sindical. Tal quadro de repercussão de tais sindicatos ganhou ainda um plus com a criação em 2008 da Lei das Centrais Sindicais, pois (embora positiva para a organização sindical) a referida lei determinou que 10% do imposto sindical fossem destinados à central a que é filiado o sindicato “fantasma”. Ou seja, algumas centrais adotaram ou aumentaram a prática de fazer caixa através da criação de sindicatos na realidade inexistentes.

Segundo Cardoso (1999, p.71) o Brasil caminha na direção da liberdade de organização nos moldes da Convenção Internacional do Trabalho (OIT). Se isso for verdade, os sindicatos brasileiros estão prestes a se haver com um dos problemas clássicos do sindicalismo nesse aspecto: como prover-se de fundos? Supondo um cenário desejado de democratização das relações de trabalho no Brasil, a pergunta: “Quem deve financiar os sindicatos?” parece ter uma resposta óbvia e única: os filiados, só eles. Afinal, não se devem obrigar as pessoas que não quiserem participar da vida associativa a contribuir financeiramente para que ela sobreviva, pois esse é justamente o princípio do imposto sindical que se quer eliminar. As contribuições deveriam ser voluntárias e devidas pelos associados. Parece simples. Mas a simplicidade é aparente diz o autor. Na verdade, o problema apresenta complexidade não desprezível.

Cardoso (1999, p.73) apresenta três pontos cruciais:

- 1 – Se apenas os filiados financiam o sindicato, então apenas eles serão beneficiados pelos acordos firmados entre sindicato e empresa (s)? Existe a possibilidade dos não-filiados se beneficiarem do acordo? Nesse caso, eles terão que pagar uma taxa de adesão? Que taxa será essa? E que instrumento normatizará cada um desses pontos?
- 2– Como será efetuada a contribuição sindical? Por meio de desconto em folha? Por meio de depósitos voluntários dos associados? Se determinado o

desconto em folha, que garantias se oferece ao trabalhador associado? Como esses problemas serão normatizados? Por lei ou por contrato coletivo?

3—Ponto igualmente crucial tem a ver com a doação ou não da pluralidade sindical. Se mais de um sindicato pode disputar a lealdade dos trabalhadores de uma empresa específica, como determinar qual o sindicato receberá a contribuição de qual trabalhador?

Esse problema é tanto mais complexo quanto mais a lei obrigue o desconto em folha de pagamento e a obrigatoriedade de adesão aos contratos para acesso a seus benefícios, por exemplo. Esses pontos tocam em aspectos centrais do problema, e denotam uma questão de fundo, anterior a qualquer reforma: é preciso, formalmente, decidir se o funcionamento dos sindicatos será assegurado por lei ou se apenas por acordo ou contrato coletivo de trabalho.

No entanto segundo Cardoso (1999), ao contrário do que se possa imaginar, nesse caso específico, alguma proteção legal não restringe em nada a liberdade sindical. Pode, inclusive, estimular a filiação de adeptos e o fortalecimento dos sindicatos. Mas pode, ao contrário, levar os sindicatos à bancarrota. A lei pode determinar, por exemplo, que os sindicatos podem cobrar a contribuição sindical, mas pode também proibir o desconto em folha de pagamento.

Nesse caso, os sindicatos dependeriam inteiramente das contribuições voluntárias dos associados, ou precisariam desenvolver mecanismo paralelo de recolhimento das mensalidades. A lei pode, ainda, permitir o desconto apenas dos trabalhadores que manifestarem, por escrito, esse desejo, ou pode fazer o contrário, obrigar à manifestação daqueles que não desejam o desconto em folha (como no Brasil, no caso da contribuição confederativa).

A lei pode determinar que apenas os filiados tenham direito aos resultados dos acordos coletivos. Isso estimularia a filiação sindical, que seria desestimulada caso os acordos valham para toda a categoria de referência, indistintamente. Mas pode permitir a adesão de não filiados, desde que paguem uma taxa de adesão.

O imposto sindical é criticado por todos, à esquerda e à direita, mas vimos que há razões muito fortes e objetivamente identificáveis para sua permanência no tempo. E todos os atores envolvidos propõem a extinção gradual do imposto sindical. Não ficando claras quais outras formas de financiamento o substituiriam, e de acordo com que agenda. Nesse ponto específico, crucial para a sobrevivência dos sindicatos no país, as

centrais sindicais e organizações empresarias têm projetos muito pouco sistematizados. Por isso afirma Cardoso (1999), a experiência internacional é de grande valia. Para isso cita alguns exemplos paradigmáticos.

A França é um país que ainda conserva os princípios da lei sindical de 1884, que acentua fortemente a liberdade sindical individual dos trabalhadores. Dispensa proteção ao trabalhador não apenas contra os atos do empregador, mas também contra atos dos sindicatos que firam o princípio da liberdade sindical. Nessa perspectiva, a lei proíbe expressamente o desconto em folha de pagamento seja da contribuição sindical seja de qualquer cota de adesão a contratos firmados entre sindicatos e empresas. Qualquer forma de financiamento sindical deve ser prevista em acordo coletivo de trabalho, nesse aspecto o trabalhador destina, voluntária e individualmente, parte do seu salário ao sindicato.

Segundo Cardoso (1999) a liberdade sindical está entre os preceitos caros à sociedade italiana, que teve de lutar arduamente para se livrar da herança fascista que ainda pesa sobre nós brasileiros. No Estatuto dos Trabalhadores encontramos que estes têm o direito de cobrar contribuições associativas nos locais de trabalho. Do mesmo modo, a lei concede aos sindicatos direito de ver descontada em folha de pagamento a contribuição sindical que lhes é devida pelos trabalhadores que queiram pagá-las. Tanto num caso como no outro, as normas para os descontos em folha de recolhimento diretamente nos locais de trabalho devem ser determinadas nos contratos coletivos regionais ou por ramo. Os contratos coletivos de trabalho, ademais, podem estipular as chamadas “cotas de serviço”, ou “cotas de assistência contratual” para os sindicatos, derivadas da ação que estes desenvolvem em favor da categoria de referência, incluindo filiados e não filiados.

Na Inglaterra, a Lei de Relação Industrial de 1971, instituiu a liberdade sindical negativa (o trabalhador “é livre de não se filiar a sindicato”), mas obrigava o trabalhador a retribuir tanto o esforço de negociação coletiva quanto a administração do contrato coletiva de trabalho pelo sindicato. Entretanto em 1974 e 1976, com a Trade Union o novo governo britânico restabeleceu a validade das normas em que as empresas só podem contratar trabalhadores sindicalizados.

Com a ascensão de Margareth Thatcher veio à baila as novas Leis de Emprego de 1980 e 1982, que restabeleceram a liberdade sindical negativa. As *agency shops* obrigatoriedade das contribuições ao sindicato, embora não seja preciso a ele filiar-se, embora não sendo formalmente proibidas, dificultavam ao máximo a organização sindical. Para ser proibidas, necessitariam de votação secreta com a participação de todos os trabalhadores afetados e aprovação de 85% dos eleitores. Com isso o financiamento do sindicato ficou restrito aos filiados, mesmo que as negociações coletivas se apliquem a todos os trabalhadores na base do sindicato. A Lei britânica obriga o desconto em folha de pagamento para os filiados e para o caso improvável de cláusula *agency shop*⁵.

A legislação Suíça diz Cardoso (1999) é de 1956 e segue inalterada até hoje nesse ponto específico. As convenções coletivas e o contrato de trabalho são regidos pelo “Código das Obrigações” que proíbe qualquer cláusula de sindicalização forçada. Mas a lei permite a “adesão forçada”, isto é, os trabalhadores não filiados que aderirem ao contrato coletivo passam a reger-se por ele, e estão obrigados a pagar uma “cota de solidariedade” em troca dos benefícios do contrato. Entretanto, a Suíça adotou medidas de proteção do direito de personalidade do trabalhador não-filiado a sindicato, de forma que as contribuições dele cobradas não podem ser excessivas a ponto de obrigá-lo a se filiar. Além disso o sindicato não pode lucrar com as cotas de solidariedade.

A legislação sindical espanhola é a mais recente da Europa e traz a marca das convenções da OIT. Trata-se de um país de democratização recente que, ao contrário do Brasil, pode e quis debruçar-se sobre o tema. A Lei Orgânica de liberdade sindical de 1985 dispõe que as convenções coletivas de trabalho poderão conter cláusulas mediante as quais os trabalhadores abrangidos em seu campo de aplicação apoiarão economicamente a gestão do sindicato representado na comissão negociadora, fixando a “cota sindical” (ou contribuição associativa) e regulando as modalidades de seu pagamento.

Pela lei, será respeitada a vontade individual do trabalhador, que deverá manifestar-se por escrito na forma e no prazo estabelecido na convenção coletiva sobre seu desejo de ver descontada em folha a contribuição sindical. A mesma legislação regula

⁵ No Brasil o caso da liberdade negativa abrange a autonomia individual em que o filiado pode se desligar da associação a qualquer tempo, independentemente de qualquer prévia autorização, conforme o inciso V do artigo 8º da Constituição Federal do Brasil.

também a contribuição de solidariedade, ou “cânon econômico”. Essa contribuição consiste no pagamento de montante da contribuição devida a Previdência Social. O valor do “cânon” não ultrapassar o valor da contribuição associativa.

Outro caso de grande interesse nesses exemplos é o colombiano, em que os sindicatos têm o direito legal de solicitar dos empregadores que deduzam dos salários dos trabalhadores sindicalizados as contribuições ordinárias por eles devidas. O Código substantivo do trabalho não obriga os não-sindicalizados a estas taxas.

O que importa, porém, é o fato de que o mesmo código determina que as convenções coletivas de trabalho celebradas entre empregadores e sindicatos, cujo número de filiados seja igual ou menor que $\frac{1}{3}$ (um terço) dos trabalhadores da empresa, somente são aplicáveis aos membros do sindicato que firmou os acordos. Mas se o número de filiados for maior que $\frac{1}{3}$ (um terço) da base, então os acordos valem para toda a empresa. No segundo caso os não-sindicalizados estão obrigados a verter ao sindicato soma equivalente à contribuição associativa, durante o período de vigência da convenção coletiva.

A experiência internacional é muito diversa, mas parece fora de dúvidas que a definição das formas de financiamento tem impactos poderosos sobre a liberdade sindical. A experiência européia, ainda que muito variada, traz como marca comum a longevidade dos regulamentos e a tradição de pactação de regras de financiamento com exceção de Portugal e Espanha, de legislação mais recente. Essa tradição parte da combinação de dois princípios aparentemente irreduzíveis um ao outro o de que os sindicatos têm direito à existência e o de que as liberdades individuais não podem ser maculadas por esse direito.

A fórmula encontrada pela maioria dos países foi a de reconhecer que, enquanto órgãos de representação coletiva, aos sindicatos deve ser assegurado direito de solicitar daqueles representam o financiamento direto de suas atividades, e isso de forma também coletiva: o empregador desconta em folha de pagamento de todos, de uma só vez, mediante a autorização expressa e por escrito de cada trabalhador individual.

No caso brasileiro a legislação obriga o desconto do Imposto Sindical correspondente a um dia de trabalho a todos os trabalhadores e em 2008, foi aprovada a Lei nº 11.648 que regulamente também a distribuição desse imposto entre o sindicato, confederação e a central a que se encontra filiado o sindicato.

2.7 O movimento sindical brasileiro sobre uma nova perspectiva educacional

Para Rodrigues (2000, p.213), "as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas. A conclusão vai, portanto, a favor da ideia do recuo do sindicalismo à medida que avança a desindustrialização".

Reforçando o argumento Rodrigues (2000) considera que

"o efeito das novas tecnologias integra o campo dos fatores que vêm levando ao que tem sido denominado de fragmentação de interesses das classes trabalhadoras. Na realidade, a fragmentação não vem apenas de mutações tecnológicas, mas de um conjunto de alterações na área produtiva e no mercado de trabalho que aumentam as diferenciações no interior das classes trabalhadoras, dificultam a unificação de suas demandas e, conseqüentemente, diminuem sua coesão e solidariedade e fazem com que os sindicatos encontrem muita dificuldade para exercer o seu papel tradicional de representação" (Rodrigues, 2000, p. 215).

Continua Rodrigues (2000, p.217) enfatizando sobre um conjunto de fatores que pode ser arrolado, segundo ele, para justificar o enfraquecimento do companheirismo dos trabalhadores:

[...] a dispersão da produção, a redução da dimensão das unidades de fabricação e o aumento da produção em pequenas empresas; a maior mobilidade do capital internacional; a tendência a acordos por empresas e locais de fabricação; a flexibilização da produção e das normas e regulamentos que regiam tarefas, hierarquias e as carreiras dos empregados; a maior heterogeneidade da força de trabalho em virtude do aparecimento de novas profissões e da maior presença da mulher e dos imigrantes no conjunto da mão-de-obra. O resultado desses novos desenvolvimentos, afirma o autor, não é o fim (ou o começo do fim) apenas do velho modelo taylorista-fordista, mas também da velha classe operária sobre a qual se apoiara o sindicalismo como fenômeno de massa.

A crise que assola países da Europa e os EUA produz reflexos também no Brasil, diz Molina (2004, p.12). "Este é um momento de vingança do capital contra o trabalho. Durante 70 anos, o mundo do trabalho conseguiu disputar hegemonia com as

elites capitalistas, o que refreou a roldana do capitalismo. Nos últimos 20 anos, porém, assistimos ao desmonte de conquistas de bem-estar social”.

Como consequência desse quadro, em nosso país, também está o esvaziamento de políticas de Estado e a construção de uma agenda agressiva de privatizações – que agora é conduzida pela via da precarização do trabalho. “A linguagem das empresas, bancos e governo, prioriza as seguintes palavras: produtividade, competitividade e lucratividade” (Molina, 2004, p.14). E qual o papel dos sindicatos nesse contexto? É urgente organizar a luta contra a hegemonia com autonomia, independência e organização, aliada a uma ampla política de formação. “Sem ela, a gente é lata vazia que faz barulho, nos submetemos ao pragmatismo e ao oportunismo. Muitos dirigentes sindicais ficam reféns porque não aprofundam os estudos” (Molina, 2004, p.14). “Lutar por empregos e salários, não pode mais ser o único objetivo do sindicato. É fundamental que os sindicatos, resgatem o papel do Estado como indutor de políticas públicas” (Molina, 2004, p.14).

Para que não sejam extintos, os sindicatos estão dirigindo suas ações para a área da responsabilidade social, tão propagada. Como exemplos, pode-se citar o Sindicato dos Bancários de São Paulo, que cuida de crianças de rua; o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC lidera uma campanha contra o analfabetismo e a formação de cooperativas de trabalhadores para gerir fábricas falidas; a Força Sindical criou o Centro de Solidariedade Social e encaminha desempregados para novas oportunidades de emprego ou para treinamento profissional.

No caso das cooperativas, (Guimarães, 1996 *cit in* Rodrigues, 2000) afirma que estas passaram a ter maior importância devido à redução do número de trabalhadores de carteira assinada. A cooperativa é uma tendência no novo mundo do trabalho, e os sindicatos precisam estar atentos e preparados para essa outra demanda, essa outra forma de organização, para não correrem o risco de trabalharem para uma minoria. O movimento sindical deve preparar os trabalhadores para esse novo momento.

Outra preocupação dos sindicatos é a questão da educação, da qualificação profissional dos trabalhadores, para que possam estar melhor preparados na busca por uma oportunidade no mercado de trabalho. Nesse contexto entendendo que a educação não deve ser uma tarefa exclusiva do empregador ou do Estado, cabendo também ao

trabalhador sua parcela de responsabilidade. Alguns sindicatos também oferecem assistência médica, apoio jurídico, seguro de vida e até mesmo auxílio funeral. Considerando o seu caráter reivindicatório, é possível observar que seus trabalhos, ao longo dessa última década, têm mudado de alvo, de meios e de fins. No caso do SINPROESEMMA é mantido o serviço de assessoria jurídica tanto na capital quanto em todas as regionais do Estado, assim como uma casa para hospedar por até três dias professores e funcionários que venham dos municípios para tratar de assunto não resolvidos nos seus municípios, como é o caso típico dos laudos médicos concedidos somente pela junta médica na capital, também mantém uma sede social para o lazer dos seus filiados. Entretanto, não oferece assistência médica e funeral.

É certo que os sindicatos não deixarão de lado suas causas iniciais, ou seja, lutar por melhores salários, condições de trabalho, horas extras, benefícios, etc. Embora, alguns sindicatos já tenham tido uma visão de futuro, ainda é preciso uma modernização no movimento sindical de uma maneira geral, para não correrem o risco de se tornarem uma instituição obsoleta, sem finalidade e vazia. A impressão que se tem face às constantes transformações é que no mundo corporativo surgirão novas funções e ferramentas para manter ativas as lutas de classes e para justificar a existência dos sindicatos.

Para Venturini (2000) aquele que já foi um dos sindicalismos mais combativos nos anos 80 agora se defende dos ataques neoliberais. A tese da ascensão e queda do movimento sindical brasileiro cai por terra quando se analisam os últimos 20 anos de lutas entre capital e trabalho no país. O que se vê é um movimento que encontra seu lugar nas transformações que ocorrem em todo o mundo. Queda do número de greves de filiados, mas, ainda assim, elas se mantiveram em patamares relativamente próximos aos da média do período mais recente, isto é, a partir de 1985.

Um dos fundamentais motivos desse decréscimo tem início nos primeiros anos da década de 90 e tornou-se, sem dúvida, segundo Borges (2008, p.80)

[...] a intensa recessão e o desemprego crescente, provocada pela ofensiva neoliberal no Brasil, iniciada no governo Fernando Collor de Mello que auxiliado pelos meios de comunicação social criminalizou as organizações sociais, agrediu de forma violenta o Movimento dos Sem Terra (MST) e as pastorais da igreja e desclassificou aqueles que faziam críticas ao seu governo. Essas ações foram intensificadas nos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), considerado um desastre para os trabalhadores e um inferno para os sindicatos.

Por outro lado, essa década foi, também, um período de inflação muito alta além do aumento do desemprego já mencionado. Contudo é nesse contexto que foi eleito Fernando Collor de Melo, candidato “fantoche” criado pela burguesia e pelo poder político conservador com o discurso da necessidade da abertura econômica. Assim o governo implanta a política de importação de bens de consumo e de produção; inicia o processo de privatização das empresas estatais brasileiras. Dois anos depois, tem o mandato cassado por corrupção.

No entanto diz Venturini (2000) não podemos deixar de lado a hipótese de que, a série de práticas inovadoras, de caráter organizacional, na indústria brasileira, que constitui um importante aspecto do novo complexo de reestruturação produtiva e a livre negociação de salários, com a concessão de abonos e antecipações salariais, de acordo com o espírito do toyotismo, tenha colaborado sobremaneira com o recuo das greves. É o que se observa, com maior clareza, após o Plano Real, em 1995, sob o governo Fernando Henrique Cardoso, que dando continuidade as políticas neoliberais iniciadas pelo governo Collor, se empenha em seguir a “cartilha” do Fundo Monetário Internacional, com privatização das empresas estatais; diminuição dos gastos na esfera social; compromisso com as transformações estruturais do processo de produção capitalista em nível mundial, principalmente no setor industrial.

Segundo Rodrigues (2000) é nesse contexto de ofensiva do capital na produção que a estratégia de ação sindical da corrente majoritária da CUT – Articulação Sindical tem repensado o confronto com os empregadores. Segundo seus dirigentes é necessário impor, cada vez mais, a necessidade, para os sindicalistas brasileiros vinculados de instaurar novos procedimentos de negociação com o capital, inclusive procurando repensar o instrumento da greve, como ocorreu com os metalúrgicos, no Congresso de 1997.

Sindicalistas pertencentes a outras correntes sindicais, dentre elas a Corrente Sindical Classista (CSC), constataram a grande transformação político-ideológica do sindicalismo no Brasil a partir da década de 1990, destacando a mudança no padrão de ação sindical da CUT, de um sindicalismo da confrontação à cooperação conflitiva, explicando-a como uma consequência inevitável da democratização do país e da burocratização que seria próprio de todo sindicalismo.

Diante do panorama de fragilidade diz Borges (2008, p.93) as empresas causaram uma reestruturação fecunda “selvagem e atraíram os iludidos para suas “arapucas participativas, enquanto os governos neoliberais, avessos à democracia, fizeram de tudo para satanizar e enfraquecer o sindicalismo”. Desse modo, no começo do seu governo, FHC colocou o Exército a serviço da repressão da greve dos petroleiros, realizada em maio de 1995, tendo em vista “quebrar a espinha dorsal dos sindicatos”. (Borges, 2008, p.93)

Nesse período vários projetos foram declinados visando à fragmentação das entidades, desestruturá-las financeiramente e evitar o ingresso de ações movidas junto à Justiça do Trabalho através dos sindicatos.

Os servidores da esfera federal tiveram os seus salários congelados por oito anos e nem se quer foram recebidos pelo governo FHC. Para impor a ferro e fogo o nefasto projeto neoliberal de desregulamentação, desestatização e desnacionalização o governo implantou um novo tipo de “fascismo de mercado” no país. O sindicalismo virou alvo prioritário dessa “ditadura moderna” e padeceu dos piores momentos de toda a sua longa e combativa história (Borges, 2008, p.95).

Com a eleição de Lula a presidente em 2003, Silva (2012) afirma que a perspectiva de uma informação social mais extensa e representativa proporcionou à conjuntura nacional outro parâmetro de política institucional. O planejamento de projetos que pudessem garantir cidadania e amparo dos trabalhadores teve como foco um presidente surgido das bases populares que guiou a oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso através de um discurso fundamentado nos princípios do novo sindicalismo. Nesse contexto, é que com uma agenda política complexa, as centrais sindicais no Governo Lula tiveram uma função que se tornou relevante e essencial para intensificar a participação dos pequenos centros sindicais, com a finalidade de modernizar um calendário de desenvolvimento econômico produtivo do país instalado a partir de então.

Quanto a educação brasileira diz Souza (2002), a ofensiva neoliberal tem se apoiado basicamente em três teses: a da necessidade de se estabelecer parâmetros de qualidade para nortear a gestão das políticas educacionais; a de que o Brasil não gasta pouco em políticas sociais, ele gasta mal; e, a de que o problema educacional do Brasil não é a universalização do ensino, mas a produtividade do trabalho escolar.

O caminho para vencer esse processo neoliberal parece ser a criação de uma cultura avaliativa no sistema educacional, de forma a promover uma competição sadia entre as escolas, enfrentar com coragem e determinação o corporativismo malsão que domina os profissionais da educação e os empresários do ensino privado. Esta não é uma tarefa fácil nem rápida, é um projeto para a próxima geração, não para a próxima eleição. Nesta luta não podemos nos dar o luxo de desprezar qualquer aliado. O “lobby” dos empresários, que precisam ser competitividade, tem que ser exercido sobre todos os atores do processo, desde os governos centrais até os prefeitos dos menores e mais pobres municípios, dos grandes empresários do ensino à pequena sala de aula de fundo de quintal das favelas “[...] é preciso avaliar tudo, de todas as formas imagináveis, discutir os resultados, divulgar seus indicadores, promover o debate com toda a sociedade utilizando todos os meios de comunicação possíveis” (Ribeiro 1994 cit *in* Souza 2004, p.114).

Shiroma, Eneida e Evangelista (2004), relatam que posteriormente a realização da Conferencia Mundial de Educação para Todos realizada em 1990 em Jomtien (Tailândia), o Brasil também realizou o Fórum Capital-Trabalho, na Universidade de São Paulo (USP) no dia 17 de junho de 1992, no qual reuniu representantes de empresário, centrais sindicais, governo, universidade e centros de pesquisa.

Aprovou-se, na ocasião, uma *Carta Educação* que apresenta um diagnóstico do sistema educacional brasileiro questionando, entre outros pontos, os critérios de aplicação dos recursos públicos nesse setor. A *Carta* enfatiza dois pontos aparentemente consensuais que, no entanto, merecem reflexão. Em primeiro lugar, aponta a carência da educação fundamental com principal entrave à construção da nação; em segundo, afirma que ao Brasil faltam as condições para enfrentar a competição internacional pela inadequação de seu sistema produtivo. A superação dessa condição dependeria, sobretudo, de uma mudança na política educacional (Shiroma; Eneida; Evangelista, 2004, p.92).

Segundo Castro (2009) nesse aspecto não restam dúvidas de que houve crescimento das oportunidades de acesso à educação. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através de comparação com anos anteriores revela que a situação educacional da população brasileira a partir de 2005 contou com avanços significativos.

A taxa de analfabetismo das pessoas de quinze anos ou mais de idade caiu de 15,6% para 10,9% no período. Já a de analfabetismo funcional diminuiu de 34,2% para 23,2%. Essas reduções foram razoavelmente uniformes em termos regionais. Entretanto,

tenderam a ser mais lentas nas regiões menos desenvolvidas, exatamente aquelas em que as taxas eram mais altas, o que revela a persistência das desigualdades regionais no que diz respeito ao combate ao analfabetismo.

No ensino fundamental, Castro (2009) diz que em 2006, as matrículas, concentradas no setor público, diminuíram de 34,2 milhões para 33,3 milhões, em razão das quedas nas taxas de natalidade nos anos anteriores. Todavia, a taxa bruta de frequência escolar cresceu de 90,2% para 97,4%, lembrando que em 2005 o investimento em educação no país correspondia a 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2006 passou para 4,3%, em 2007 para 4,5%, em 2008 4,7%, e em 2009 para 5%, ainda em 2005, houve avanços nas taxas líquidas de matrículas de 85,4% para 94,4%, indicando melhorias no fluxo escolar, principalmente do 5º a nono ano.

No ensino médio, as matrículas, também predominantemente localizadas em escolas públicas, subiram de 6,4 milhões, em 1997, para 8,9 milhões, em 2006 (após atingir 9,2 milhões, em 2004), representando crescimento de 39%. Entre 1995 e 2005, a taxa líquida de frequência no ensino médio (jovens de quinze a dezessete anos) elevou-se de 22,1% para 45,3% (Castro, 2009).

Para Castro (2009) com a promulgação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em dezembro de 2006, prevê alteração dos critérios para a distribuição dos recursos entre estados e municípios, incluindo todas as etapas da educação básica, assim como do percentual sobre os impostos vinculados de 15% para 20%, além de incluir outros tributos não previstos no FUNDEF.

O FUNDEB funcionará com uma escala de implementação gradual e, somente entre os anos de 2007 e 2008, a estimativa é de que haja um crescimento da sua receita total de R\$ 48 bilhões para R\$ 61,9 bilhões. Do mesmo modo, estima-se o crescimento da complementação da União de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões 15 entre o primeiro e o segundo ano, atingindo R\$ 4,5 bilhões no terceiro ano de vigência do FUNDEB. Esse aporte de recursos deverá suportar um crescimento de 50% no total de matrículas comparativamente ao FUNDEF, já que o número de alunos atendidos passaria de 31,7 milhões para 47,7 milhões (Castro, 2009).

Nesse contexto, considerando esse cenário Dourado (2007) faz uma análise nessa perspectiva levando em conta a especificidade do sistema educacional brasileiro, visando entender as compreensões político pedagógico que orientam a atuação do governo federal em relação à proposição de ações e programas praticados, tendo em vista à concretização das políticas na área, sem perder de vista que diferentes outras intervenções agem nesse processo. Deste modo, estabelecer as políticas que objetivam beneficiar a gestão da educação básica através da análise das propostas de ações, programas e estratégias pronunciados pelo governo federal.

Nesse aspecto diz Soares (2006) considerando o mundo do trabalho como um aspecto central da sociabilidade e da formação do educando ou do trabalhador, essa deve se preocupar com essas necessidades e responder as demandas, preparando-os para profissões socialmente úteis, seja essas liberais ou indústrias. No entanto a educação deve levar em conta a atividade criadora do aluno em cada área, pois, independentemente da profissão a exercer, o indivíduo deve ser pensante crítico e participativo, um ser capaz de propor e introduzir mudanças na realidade e de tomar posições adequadas diante dos problemas por ela apresentada.

Continua Soares (2007) o essencial para a escola não é preparar para a vida, mas ser a própria vida. É o que a vida, senão uma forma de interação entre o homem e a natureza e o esforço de consciente do mesmo em modificá-la. Se a vida se dá essencialmente nessa relação, o método educativo precisa ter como centro essa atividade central do homem, que é o trabalho. Esta tarefa de ser cumprida pela “escola”, que nesse caso conforme o explicitado anteriormente oferecerá a todos uma educação comum, tanto de formação geral, como de formação profissional, de acordo com os interesses dos indivíduos.

Vale ressaltar que o contexto da Associação de Professores do Estado do Maranhão será dissertado no capítulo seguinte onde se conhecerá a história de sua trajetória até o atual SINPROESEMMA.

CAPITULO - 3

DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DO ESTADO DO MARANHÃO AO SINPROESEMMA

Segundo Melucci (2011), tende-se muitas vezes a representar os movimentos sociais como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muito dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui.

“Quando falamos de um movimento social, referimo-nos geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organizações muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças” (Melucci, 2011, p. 29).

Outro modo habitual de referir-se aos movimentos é considerá-los como efeitos de uma situação histórica ou produtos de uma certa conjuntura (crise econômica ou as contradições do sistema), sem levar em conta as motivações, o sentido, os componentes da ação coletiva, como se os modos por meio dos quais esta ação se constitui e se mantém no tempo fossem irrelevantes com relação ao jogo das variáveis “estruturais”. (Melucci, 2001, p. 29).

Essas tendências que não são apenas do senso comum, mas também de muitas análises correntes sobre fenômenos contemporâneos de ação coletiva, tiram toda a consciência do objeto do qual falam, elas mostram toda a distância entre a convecção linguística, ou o interesse político, que faz falar dos “movimentos sociais” e da possibilidade de fundamentar teoricamente tal objeto. Um movimento é, ainda, muito frequentemente, a encarnação de uma essência ou o efeito secundário das “leis de tendências” de uma estrutura. A ação coletiva dos movimentos remete sempre algo de si a outro porque, em sentido próprio, não existe (Melucci, 2001, p. 30).

Nesse aspecto ao analisar a associação de professores do Estado Maranhão sentiu-se a necessidade de averiguar etimologicamente a palavra associação, cuja origem vem do Latim *associare*, “juntar, agrupar”, formada por *ad*, “a”, mais *socius*, “companheiro, camarada”, derivado de *sequi*, “seguir” (Origem da Palavra, 2015). E quando avaliamos as formas pelas quais as pessoas se agrupam hoje na defesa do que consideram seus direitos, ou simplesmente do que acham “certo”, confirmamos o que diz Melucci (2001) em parágrafos anteriores, “também podemos observar que as entidades do terceiro setor ou da sociedade civil, no que diz respeito o ponto de vista europeu têm

origens diversas: algumas são herdeiras do antigo conceito de ‘filantropia’, outras derivam dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970” (Melucci, 2011, p. 32).

E referindo-se aos movimentos sociais é mister conhecermos a sua origem, pois, assim como a palavra associação a palavra movimento etimologicamente veio do Latim *movere*, “colocar em marcha, mover, fazer deslocar-se” (Origem da Palavra, 2015) o que é uma constante biológica do ser vivo, em especial a raça humana. Que adquiriu uma conotação de “grupo que visa a determinadas alterações sociais ou políticas” (Origem da Palavra, 2015) na primeira metade do século XIX.

Os movimentos populares são caracterizados por um alcance limitado a questões localizadas na vida prática da comunidade. Nesse aspecto os mesmos não eram encarados como uma ameaça para o regime militar de 1964 tendo, portanto, um controle menos agressivo podendo expandir-se. Criados na década de 1970, os movimentos populares urbanos ocorreram principalmente na esfera dos bairros mais pobres, encarregados de cobrar das autoridades providências de natureza diversa. Como a distribuição da água, a coleta de lixo, a creche, a escola.

Segundo Candau (2000) a partir dos anos de 1970, os movimentos sociais, no Brasil, começam a designar múltiplas formas espontâneas de participação, organizadas em torno à esfera da cultura e em contestação da lógica capitalista e da racionalidade dominante. São denominados atualmente de novos movimentos sociais (Domo *in* Candau, 2000, p. 52). A mudança de movimentos sociais para novos movimentos sociais imperantes entre 1945 até finais de 1960 teve três pontos de ruptura e como resposta cada uma delas surgiram propostas de auto-organização (Candau, 2000, p. 50).

A primeira ruptura foi de natureza familiar, desencadeada pela crise na família, nas relações entre pais e filhos e na perda da fé nas crenças tradicionais; o segundo momento provocou a ruptura do modelo vigente de Estado: ineficiência administrativa, incapacidade de prestar serviço, deterioração da legitimidade e estimulou o aparecimento de movimentos de vizinhanças e das associações de moradores. Por último, a ruptura do modelo de desenvolvimento: crise econômica, recessão e desemprego, contaminação ambiental esgotamento de recursos naturais, carreira armamentista, que fizeram surgir os movimentos ecológicos, cooperativistas, pacifistas, etc.

É também a partir de 1970, que os movimentos sindicais e as organizações estudantis ganharam força; logo surge as greves nas indústrias e nos bancos colocando em crise o “milagre econômico” citado na página 47 capítulo 2, paralelamente surgiram também grupos ligados a questões específicas: mulheres, povos indígenas, negros e homossexuais. Após quase trinta anos de regime militar, o renascimento da vida pública no Brasil foi uma árdua conquista.

A luta pela redemocratização mobilizou os mais variados seguimentos e instituições da sociedade civil: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O período da “transição democrática” reafirmou o direito do cidadão de participar de eleições livres e justas. Jovens, povos indígenas e analfabetos ganharam o direito de voto.

3.1 A Associação de Professores do Estado do Maranhão/Brasil – APEMA

Barone (2005) ao escrever um artigo sobre as questões da comunicação, da temporalidade e da memória cotidiana no âmbito da educação, afirma que a educação e a escola, como fatores de socialização indispensáveis, encontram-se vinculadas aos modos de comunicação e memória na nossa sociedade, exercendo, de forma complexa, contraditória e coincidente, duas tendências de viver a temporalidade no dia-a-dia. A primeira, voltada para a adaptação ao mundo: objetividade, simplicidade, reprodução, ação, ciência, inteligência e as características temporais abstratas – linearidade, separação e fragmentação do mundo. A segunda, dirigida à reflexão e, particularmente à reflexão referenciada ao tempo vivido e a viver: subjetividade, complexidade, transformação, reflexão, conhecimento, intuição e as características da temporalidade durável unidade, continuidade e simultaneidade.

Delgado (2006) seguindo o mesmo raciocínio de Barone descreve, tempo e história:

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que, inserido à vida humana, implica durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidades, descontinuidades e sensações (a demora, a lentidão, a rapidez). É um processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro (Delgado, 2006, p. 33).

Nesse aspecto diz Delgado (2006, p. 33), “tempo, memória, espaço e história caminham juntos”, percebemos isso quando se recompõem lembranças, memórias ou se realizam pesquisas sobre guerras, vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais, conflitos ideológicos, embates políticos, lutas pelo poder. Assim, o tempo atua modificando ou ratificando os significado das nossas experiências, vivências e representações individuais ou coletivas sobre o passado.

Nessa perspectiva é que pretendemos analisar a construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA, pautada nas narrativas dos profissionais da educação e em acordo também com o que descreve Neves (1995, p.1 *in* Delgado 2006, p. 12). “Cada tempo tem seu substrato e cada substrato temporal inclui em si singularidade e multiplicidade”. Por isso, é crucial para o desenvolvimento da pesquisa observar, enquanto pesquisador, o “movimento através do qual, se relacionam as diferentes temporalidades. Tal movimento próprio ao estudo da inter-relação de tempos e não somente da simultaneidade social constitui característica primordial para a construção da memória” (Delgado, 2006, p. 33).

Ao fazer uma rápida retrospectiva sobre entidades associativas ou sindicais no Brasil, observou-se que no Estado do Maranhão o SINPROESEMMA é signatário da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), nesse sentido se fez necessário justificar por que fundou-se uma associação e não um sindicato e porque essa associação deu origem ao SINPROESEMMA. Nesse contexto contamos com a ajuda da professora Esmeria Marques Silva, na época professora do Liceu Maranhense, escola da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão. A escolha da professora Esmeria para esse momento deve-se alguns aspectos tais como: ser membro do grupo que fundou a associação; participou de congressos que fortaleceu a ideia da criação da associação; nunca deixou a militância sindical. Embora aposentada e com idade bastante avançada a professora continua a frequentar o sindicato e participa ativamente dos embates nas assembleias. Com essa experiência e o tempo de militância contribui para este trabalho.

Segundo a Professora Esmeria, 1976 era uma época muito difícil no Brasil para todos os trabalhadores principalmente aos militantes sindicais de outros seguimentos profissionais no sentido de manter seus sindicatos vivos e com o mínimo de atuação sob a pressão vigilante e sufocante do regime militar (Molina, 2004, p. 50). No caso dos funcionários públicos será mais difícil, pois, não podíamos sequer pensar em fundar

sindicato, razão pela qual em 1976 foi fundada a associação de professores do Estado do Maranhão (APEMA) e não um sindicato de professor como era desejo de todos. No entanto para a professora Esmeria a fundação de uma associação era latente na mente dos professores desde 1975, mas só se concretizou após a participação de um grupo de educadores do Estado do Maranhão no XII Congresso Nacional de Professores realizado em Curitiba, Estado do Paraná, nos dias 31 de janeiro a 7 de fevereiro de 1976, sob o Tema Análise da Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Este foi o período coincidente com o que descreve Durans (2008), com as mudanças surgidas no final dos anos 1970, sendo possível criar uma associação mesmo assim sob o signo de recreativa e sobre os ditames do regime militar, o que era permitido na época aos funcionários públicos fossem eles municipais, estaduais ou federais.

Incentivados por educadores dos outros Estados e também pelo momento descrito por Giannotti (2007), e outros autores já citados no capítulo 2, a criar uma instituição que os representasse junto a Confederação de Professores do Brasil (CPB), o grupo se reuniu no dia 29 de junho de 1976 em uma sala do centro cívico do Liceu Maranhense e fundaram a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA). Isto é feito no momento em que a Confederação dos Professores do Brasil precisava se expandir através de seus representantes em cada Estado da federação; por outro lado também, a categoria precisava urgentemente fortalecer-se diante do poder constituído, buscando uma organização em torno de uma identidade própria com capacidade de mobilizar os professores em defesa de seus interesses.

Concretizada em 1976, a Associação surge no período em que governava o Estado do Maranhão o Médico Osvaldo da Costa Nunes Freire, um período considerado por Abramides (1995) de abertura ou transição gradual, mas mesmo assim um período muito hostil para a fundação de qualquer agremiação que pudesse pôr em risco o poder constituído. Por isso sua fundação, tinha as seguintes finalidades:

- Promover a integração dos professores que lecionam nas escolas oficiais localizadas no Estado do Maranhão;
- Defender dentro dos princípios legais, diante dos poderes públicos, autoridades administrativas e jurídicas, os interesses da classe e dos associados relacionados com sua vida funcional;

- Proporcionar meios e condições de atualização, aperfeiçoamento profissional e cultural da classe;
- Colaborar com os poderes públicos e entidades na solução dos problemas de âmbito educacional;
- Promover excursões, cursos, palestras e reuniões de caráter pedagógico, cultural e recreativo no território nacional;
- Solicitar perante as autoridades públicas melhores condições de trabalho com fundamentos técnicos de acordo com as exigências da educação integral;
- Envidar esforços que visem ao crescimento e fortalecimento da entidade;
- Fazer-se representar em Congressos Educacionais ou em quaisquer outras atividades;
- Realizar anualmente no dia 29 de junho, sessão solene comemorativa a data de fundação da entidade e, no dia 15 de outubro, comemoração do Dia do Professor.

No entanto vale lembrar que diferentemente dos professores da Rede Estadual do Maranhão, os professores da Rede Particular de Ensino do Estado do Maranhão no dia 10 junho 1945 tinham já fundado a primeira instituição organizativa da classe dos professores no Estado do Maranhão com reconhecimento pelo Ministério do Trabalho em 12 de setembro de 1947, mantendo-se em plena ação até hoje. No entanto, no período ditatorial do regime militar de 1964 até a promulgação da Constituição em 1988, foi colocado na clandestinidade, mesmo tendo regime de trabalho diferenciado do funcionário público, que é regido por estatuto enquanto o professor da iniciativa privada é regido por contrato de trabalho.

No serviço público a primeira instituição a organizar os professores foi a Associação de Professores da Rede Pública Municipal de São Luís (APEM), com abrangência apenas na cidade de São Luís. Foi fundada em 15 de agosto de 1972 sob o signo de associação beneficente e recreativa do que propriamente política ou sindical. Mas era a única forma possível na época para organizar os trabalhadores da educação pública dentro de um cenário tenebroso e arbitrário de instabilidade econômico viabilizado pelo regime autoritário do momento. Nesse aspecto a Associação que nasce sob o signo recreativo e beneficente, não podia, por exemplo, organizar os professores com o intuito de decretar greve ou pressionar o governo por benefícios. Assim, a associação além do caráter beneficente também tinha caráter formador, pois em parceria

com a Prefeitura de São Luís/MA, fazia as capacitações, formação dos professores e especialistas.

Com relação à organização dos professores da Rede Estadual de Ensino do Estado Maranhão, o primeiro sinal da necessidade de criação de uma entidade que organizasse os profissionais da educação ocorreu a partir da insatisfação de um grupo de professores com a indiferença do Governo em resolver a questão salarial da categoria. Conforme disposto anteriormente e posteriormente por Melucci (2001) a diretoria da associação tinha que contar com pessoas de influência junto ao poder executivo e que pudesse ser ouvida também na base. Assim sendo, a primeira diretoria da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), que tomou posse em 29 de junho de 1976, contou com os seguintes professores (figura 1).

Figura 3: Composição da primeira Diretoria da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA)

Nome	Categoria
Doutora Antônia de Arruda Soares	Presidente
Conceição de Maria Bandeira de Melo Rodrigues	1ª Vice Presidente
Maria Bernardina de Jesus	2ª Vice Presidente
Léa Irene de Sá	Secretaria Geral
Maria Marlene Leda Guará	1ª Secretária
Maria Salete Meneses Santos	2ª Secretária;
Maria Esterlina Melo Pereira	1ª Tesoureiro
Walter Ribamar Martins	2º Tesoureiro.
Mario José Dias Carneiro;	Conselho Fiscal
Clodomir Caldas;	Conselho Fiscal
Nome	Categoria
Arcângelo Bernadas Filho.	Conselho Fiscal

Vitor Giltens Bouty;	Suplente de Conselho Fiscal
Celso Rabelo	Suplente de Conselho Fiscal
Angélica Ribeiro Ory	Suplente de Conselho Fiscal

Melucci (2001, p. 45) descreve a fundação da associação de professores como um dos movimentos sociais que para além de ser um movimento social é também uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere. É a mobilização de um ator coletivo, definido por solidariedade específica que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos. Portanto, ao manifestar um conflito e levá-lo para além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina a romper as regras do jogo, propõe objetivos não negociáveis, coloca em questão a legitimidade do poder.

Nesse contexto era urgente o desenvolvimento e fortalecimento da entidade, nesse contexto a diretoria no dia 10 de julho 1976 fez a sua primeira reunião para dar visibilidade a associação e tratar da seguinte pauta: o aluguel de uma casa para alojar a entidade; cobrança de uma taxa dos associados; aprovação do Estatuto da entidade; visita ao excelentíssimo senhor Secretário de Educação do Estado e a Secretaria de Educação e Ação Comunitária do Município para comunicar a fundação da entidade e solicitar ajuda para mobiliar a mesma e também solicitar permissão para realizar campanha informativa sobre a criação da associação nas escolas oficiais da rede estadual e municipal; além de outras providencias como confecção de carimbos e compra de material de expediente (APEMA, 1976, Ata nº 1).

Logo após a fundação da Associação, a preocupação primeira era o nome da entidade o que foi bem escolhido pela Professora Bernardina, na época também professora da Rede Pública Municipal de São Luís. Foi a sugestão dessa educadora que prevaleceu como Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA), aceita por todos os presentes. Também na oportunidade foi eleita por unanimidade a diretoria provisória, sendo o nome da Professora Doutora Antônia Arruda Soares escolhido por unanimidade para presidir a Associação dos Professores. Esta era educadora que sempre esteve presente nos debates sobre políticas educacionais nos Congressos Educacionais

representando o Estado do Maranhão e seus Professores, conforme enquadramento exigido pela conjuntura estabelecida pelo regime militar descrito por Lima (ver acima no cap. 2, p. 46), através do Ato Institucional N° 5 (AI-5), estabelecido em 1968 vigorando até 1978.

É importante destacar que a partir da sua constituição como Diretoria Provisória 29 de junho de 1976, até o término do Primeiro Mandato da Diretoria Executiva em 29 de junho de 1979, (Registro Especial de Títulos e Documentos, Livro n° 10), a Associação travou grandes batalhas sendo a primeira conquistar a confiança da classe profissional na entidade como verdadeiro representante dos profissionais do magistério, dificuldade que na época era bastante compreensível, levando em consideração que a criação de uma associação e sua estruturação, só era permitida sob a tutela dos militares conforme descrito no capítulo 2 (páginas 45, 46, 55 e 59).

Nesse aspecto os profissionais da educação de um lado eram oprimidos pela ideologia do neoliberalismo na sua forma mais brutal, pois se encontrava apoiado pelas forças reacionárias do militarismo, e do outro pelo cerceamento da liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores (aqui entendido funcionário público) imposto pelo regime ditatorial do governo militar do General João Baptista de Oliveira Figueiredo. Apesar de ser um período considerado de abertura política inclusive com a revogação do Ato Institucional n° 5 (AI-5) ainda era um período de muita repressão e incerteza para os trabalhadores brasileiros, não sendo diferente para os professores.

Segundo Souza (2002) o controle não é fruto só da ditadura militar de 1964, pois desde os anos 30 que a classe trabalhadora convivia com uma estrutura sindical congelada e submetida ao controle do Estado, que impôs às organizações sindicais um caráter de “organizações de utilidade pública”, na medida em que o Estado determinava todas as regras para a organização e funcionamento das entidades sindicais, como foi descrito no capítulo 2 por vários autores como Giannotti (2007), Gerab (2009), Agüena (2005), Steink (2004), Abramide e Cabral (1995).

Mesmo diante da grande repressão e muitas incertezas, mas também vislumbrando um futuro de esperança por dias melhores a Associação toma uma série de iniciativas para crescer, tornar-se visível e ativa. Tais iniciativas da diretoria tinham como objetivo: a publicação do Estatuto da entidade no Diário Oficial do Estado do Maranhão,

o que é feito de 26 de julho de 1977, sob o nº 1739/78; o registro no Cadastro Geral de Pessoa Jurídica; o Título de Utilidade Pública, que foi regulamentado pelo Decreto nº 2.322; a Inscrição no Cadastro Geral de Contribuinte; a abertura de conta para depósito das contribuições dos filiados na Caixa Econômica Federal; a criação do Departamento Jurídico; a participação a convite da Confederação de Professores do Brasil no Programa de Desenvolvimento das Associações de Professores (PRODESAP); e a Participação nos Congressos de Curitiba/PR e Maceió/AL.

Todos esses condicionantes foram remetidas a nova estrutura sindical, por força do Decreto-lei nº 19.770 mencionado anteriormente, como imposição do princípio de unicidade sindical: a exigência de reconhecimento legal por parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Trabalho, atualmente “Ministério do Trabalho e Emprego” para a sua constituição, a verticalização da estrutura sindical (confederações federações e sindicatos), a instituição do imposto sindical, e condicionava também a garantia de direitos e vantagens trabalhistas à sindicalização. Estas exigências transformam-se num mecanismo de controle do Estado bastante eficiente no movimento dos trabalhadores, transformando seus organismos de representação, incluindo aqui as associações em “sindicatos oficiais”, com função meramente social de cunho assistencialista.

Foi nesse contexto de contradição e incertezas em que se exige educação de qualidade, e em contrapartida impede-se a organização e consequentemente se faz uma desvalorização dos profissionais, que o professorado maranhense ligado direto ou indiretamente à associação de professores, deu início a construção da memória e de sua identidade. A consolidação dessa memória e da identidade será resultado de um embate discursivo de origem subjetivo e objetivo ligados a estratégias de poder e contradições, em que se destacam diferenças e se ajuntam reciprocidades com vistas a um projeto ou destino específico dessa classe de trabalhadores, assim nos lembra Freire (2006):

Não posso aceitar como tática do bom combate a política do quanto pior melhor, mas não posso também aceitar, impossível, a política assistencialista que, anestesiando a consciência oprimida, prorroga, “sine die”, a necessária mudança da sociedade. Não posso proibir que os oprimidos com quem trabalho numa favela votem em candidatos reacionários, mas tenho o dever de adverti-los do erro que cometem, da contradição em que se emaranham (Freire, 2006. p.80).

As contradições, as objetividades são bastante evidentes quando se faz uma leitura dos objetivos da criação da associação. Essa contradição segundo Giannotti (2007)

se configurava também quando os militares mostravam a imagem de um país alegre, forte e firme e escondiam do povo a triste realidade porque passava o Brasil.

Para manter essa aparência de firme e forte, milhares de adesivos foram estrategicamente distribuído por todo o país com os seguintes dizeres “Brasil, ame-o ou deixe-o”, qualquer crítica ao governo, era entendida como não ama o Brasil. Era um “subversivo”, tendo como consequência prisão, perseguição, perda do emprego entre outras inclusive a morte (Giannotti, 2007, p. 202). Não obstante o opressor tenta esconder também através da mídia e da própria força policial a decadência da forma de governo e do regime totalitário da época.

Nesse contexto todas as reivindicações dos professores para serem atendidas eram pautadas e discutidas em reuniões e levadas ao poder executivo através de intermediários políticos influentes: advogado, parlamentar que em geral também eram professores da rede Estadual.

Nesse contexto a Professora Esmeria, de forma meio que saudosista relata: “a nossa Associação surge como semente em campo virgem, dando seus primeiros passos, com a timidez de uma criança em busca de tornar-se adulta e forte” (Junho, 2008). Aqui podemos fazer um paralelo com o Sujeito do Iluminismo de Hall (2006), que baseado numa concepção de pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ela se desenvolvia, ainda que, permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa (Hall, 2006, p.11).

Continua a Professora Esmeria: “lutamos sem esmorecimento a obra chega e torna-se fundamental, ao tempo que o ideal foi cumprindo transformando-se em realidade e luz, inspirando e encorajando vários profissionais da educação” (Junho, 2008). Nessa fala a professora parecer expressar o pensamento de Bergson (1976), que diz na vida de cada indivíduo existe uma sequência temporal no curso do qual é induzido a tomar parte na dialética da sociedade. “O ponto inicial deste processo é a interiorização, a pressão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é,

como manifestação de processo subjetivo de outrem que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim” (Bergson, 1976, p.173-174).

Fundada após discussão com professores de outros Estados a associação nasce de uma necessidade reprimida de fortalecimento da consciência de classe dos professores do Estado do Maranhão.

A consciência se constrói a partir da agregação de informações dispersas sobre como funciona o órgão público, como se deve proceder para se obter tal verba, quem administra tal fundo, quais são os agentes que estão presentes na gestão de determinado bem ou equipamento público etc. Este processo, bastante conflituoso e tortuoso, de avanços e recuos, possibilita aos participantes dos movimentos se apropriarem de informações, desenvolvendo um conhecimento sobre as engrenagens tidas como técnicas e, sobretudo, identificando os interesses envolvidos (Costa e Torres, 2012, p. 5)

Após a publicação do estatuto da Associação no Diário oficial do Estado do Maranhão do dia 26 de julho de 1977, a diretoria deu início a discussão sobre o Estatuto Magistério, reivindicação há muito reclamada pelos professores tendo em vista que o período compreendido entre 1973 a 1980, os professores eram nomeados interinamente através da Lei nº 3.578 de 14 de novembro de 1974. Esta lei regia as atividades do Magistério Maranhense e não contemplava as aspirações da categoria, pelo contrário, trazia insegurança e incerteza sobre a vida funcional dos trabalhadores da educação, uma vez que, não sendo estatutário, conseqüentemente também não são efetivos e ficam funcionalmente estagnados na situação que foram nomeados interinamente até a sua aposentadoria, sem vislumbrar uma carreira.

Todavia dado o momento conjuntural em 1974 e as insatisfações dos professores e especialistas em educação com o governo do Estado do Maranhão sobre as suas condições trabalhistas, estes pressionavam a associação dos professores a buscar junto ao Governo do Estado do Maranhão condições dignas para o desempenho da docência, o que se resolveria com a aprovação do estatuto do magistério, pois, a partir do enquadramento dos professores e especialistas em educação no estatuto além da valorização todos teria um regime único de trabalho.

Nesse momento a Presidente da APEMA informou a todos, que no dia 5 de junho de 1979, o Secretário de Educação do Estado enviou um memorando convocando-a para uma reunião a ser realizada na sala anexo do Gabinete do Secretário de Educação às 20 horas no dia 8 de junho de 1979, para tratar do conteúdo do Estatuto do Magistério.

Aproveitando também o momento da reunião, a Presidente solicitou aos presentes que fizessem levantamento de sugestões com vista a soluções dos atuais problemas de reclassificação dos professores do 2º grau da rede estadual do Maranhão, levando em conta a Lei nº 3.578 que não estruturava a carreira funcional dos professores e dos Especialistas em Educação e ainda criava distorção de vencimento entre os mesmos (APEMA, 1979, Ata nº 108).

Atendendo a convocação do Senhor Secretário de Educação, a Presidente da APEMA, a Professora Doutora Antônia Arruda Soares se fez presente a reunião acompanhada do professor e advogado José Clodomir Caldas da Silva e o Doutor José Bento Neves, ambos assessores jurídicos da APEMA, com propósito mais de ouvir que opinar. No dia 21 de junho de 1979, quase que como o último ato e levando em conta a eleição de uma nova diretoria a sua sucessão a presidente, esta convocou a categoria especificamente para tratar de ouvir sugestões dos professores e especialistas em educação sobre o conteúdo do Estatuto. Estavam presentes à reunião representantes das Secretaria de Educação e da Secretaria de Administração, quando os professores apresentaram as seguintes sugestões:

- Não pode mudar o regime jurídico de nenhum funcionário;
- Quem foi nomeado para doze horas/aula não pode mudar para trinta horas/aula;
- O Estado pode admitir novos funcionários para o novo regime jurídico de trabalho e não modificar o atual.

No entanto chega o dia da eleição e em 29 de junho de 1979 foi eleita e dada posse a nova diretoria da APEMA, assumido a presidência da Associação a professora Iani Viana de Carvalho Leão, que demonstrando uma visão mais arrojada no que diz respeito ao fortalecimento da entidade e prevendo resistência por parte do Governo do Estado em discutir e aprovar o Estatuto do Magistério, deu início a fundação de núcleos nos vários municípios do Estado: Rosário, São José de Ribamar, Chapadinha, Codó, Coroatá, Santa Inês, Buriti de Inácia Vaz, Coelho Neto e Colinas (APEMA, 1979, Ata nº 110), continuando o debate sobre o estatuto do magistério que entre os benefícios vem assegurando uma carreira constituída de cargo, carreira, classe, progressões verticais e horizontais e incentivo financeiro dentre outras (Lei nº 4270).

No entanto, a professora Iani Viana de Carvalho Leão, auxiliada pelo 2º Vice Presidente, Professor e Deputado Estadual Mário José Dias Carneiro, em uma reunião ampliada no Colégio Gonçalves Dias, no dia 29 de março de 1980, disse aos professores (as) que o Estatuto do Magistério, ora reformulado pela segunda vez e que estava prestes a ser aprovado na Assembleia Legislativa, não interessava aos professores, pois continha artigos que não atendia os anseios da classe principalmente no que diz respeito a progressão funcional. Tal gerava um enorme incômodo aos presentes na reunião que sempre defenderam o estatuto como o estabilizador da sua carreira funcional.

Tentando resolver o incômodo surgido na reunião foi dado o seguinte encaminhamento: “o que queremos que a APEMA faça, ou que todos nós podemos fazer diante da situação atual? ” Para os 42 professores presentes na reunião a conclusão foi: mobilização de novos sócios, escolher representantes em todas as escolas oficiais por turno na grande São Luís e a criação de uma comissão para reformulação do Estatuto. O Vice-presidente-Presidente e o Deputado Mario José Carneiro fizeram uso da palavra para explicar sua atuação na Assembleia Legislativa em favor dos professores (APEMA, 1980, Ata nº 128).

Para o contentamento dos professores, no dia 31 de outubro de 1980, o novo Governador do Estado do Maranhão João Castelo encaminhou na Assembleia Legislativa o projeto de lei sobre o estatuto do magistério que foi votado e aprovado tendo um voto contra do Deputado Haroldo Saboia, (Jornal Estado do Maranhão 7/11/1980). No entanto, o temor da Presidente da Associação em parte se confirmou, pois todas essas vantagens estabelecidas no estatuto para serem acessadas pelos trabalhadores da educação dependiam do Poder Executivo para regulamentá-las, o que ocorreu somente após 10 meses da aprovação, em agosto de 1981, quando o Governo do Estado publicou o Decreto nº 8214 que regulamentava parcialmente a progressão horizontal apenas na contagem de pontos para a avaliação curricular sem, contudo, estabelecer o valor do benefício.

Todavia a recém-aprovada Lei 4270 de 16 de 12 de 1980 estabelecia que o direito integral a esses benefícios só podia acessado após 15 anos de efetivo exercício no magistério. Mesmo assim dada a situação política da época, tal foi considerado um avanço em relação à Lei nº 3578 de 14 de março de 1974 que nomeava interinamente os trabalhadores da educação. Isso nos remete o que diz Florestan (2009) a relação entre classe e poder emerge de modo claro:

A burguesia e a pequena burguesia tentando criar o Estado democrático que carecem, para preservar ou fortalecer o super privilegiamento de suas posições de classe e dar continuidade ao modo de desenvolvimento capitalista por associação dependente. Em suas modalidades mais brandas e estáveis, esse Estado é autocrático e autoritário, basicamente pré-fascista (Florestan, 2009. p. 104-105).

Nesse ínterim ocorrem novas eleições e assume o comando da APEMA, o Professor Antônio Anacleto Ferreira que dentre os seus feitos estão aquisição de um prédio, doado pelo então Governador do Estado do Maranhão Ivar Saldanha, para instalação da Associação e Casa do Professor localizado no Centro Histórico de São Luís na rua Henrique Leal 128. Ainda nessa gestão a diretoria consignou alguns bens materiais – estante, telefone, mesas, máquina de datilografia e outro. (APEMA, 1980, Ata nº 123). Com objetivo de fortalecer a entidade e consequentemente a categoria a Diretoria obedecendo à orientação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) abriu a filiação para os professores das Redes Particular, municipais e do terceiro grau.

No entanto, manteve-se o estado de inércia em que se encontrava a categoria após aprovação do estatuto em 1980, passando por sua regulamentação em 1981 até 15/03/1983, quando assumiu o primeiro Governador eleito pelo voto direto, depois de 1965, Luiz Alves Coelho Rocha, que passou mais dois anos sem conceder aumento salarial aos professores.

Nesse período de 1980 a 1985 lembra Gionnotti (2007), o Brasil viveu uma forte recessão econômica que ficou conhecida como a “crise da dívida externa”, sendo que em 1983, o desemprego atinge 15% da população economicamente ativa e a inflação vai rapidamente aos 250% por ano, deixando o salário dos trabalhadores sem valor. Em todo Brasil multiplicam-se os saques a supermercados nas periferias das grandes cidades, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro. No nordeste, região em que está situado o Maranhão, aumentam os saques a lojas comerciais e a caminhões carregados com gêneros alimentícios.

A questão do descontentamento dos professores pela não concessão de aumento salarial contaminou a todos os servidores públicos do Estado, que condenavam os incentivos financeiros concedidos a grandes empresas estrangeiras que se instalavam no Estado Maranhão inviabilizando concessão do aumento salarial. Sem alternativa diante da pressão dos professores, a Associação convocou em 1985 uma concentração para “Praça Deodoro”, de onde os manifestantes saíram em passeata rumo a Assembleia

Legislativa para reafirmar suas reivindicações junto aos deputados e chamar a atenção da sociedade para a forma como estava sendo tratada a educação do Estado do Maranhão pelo seu governante.

A reação do Governo foi imediata colocando todo seu aparato policial (cavalaria e tropa de choque) nas ruas para conter o avanço dos professores e calar seu clamor. Mas a primeira grande manifestação dos professores do Estado do Maranhão não podia ser parada com a cavalaria policial e tropa de choque, pois como diz a canção que eles entoavam “*caminhando e cantando somos todos irmãos*”; numa outra estrofe diziam “*ninguém vai ser maltratado com vontade de lutar*”. Então o Governo partiu para execução das ameaças publicando no Diário Oficial do Estado o nome dos grevistas a ser demitidos; mas dada a força de coerção, o Governo teve que recuar e readmitir todos grevistas demitidos. Essa demonstração de força e de organização deu-se no segundo mandato da Professora Lucimá Goes de Sousa, na Associação dos Professores, em 1985.

A partir da presença da Professora Lucimá Goes de Sousa pela segunda vez na Diretoria da APEMA em 1984, parece ter vindo também os desentendimentos e consequentemente o desconforto para alguns dirigentes provocando a renúncia de alguns diretores a começar pelo Presidente Antônio Marmo Martins Pavão. Este não conseguindo combater os desconfortos gerados pelas intrigas entre os diretores, renunciou à presidência da Associação dos Professores, assumindo a Vice-presidente, professora Lucimá Goes de Sousa. No entanto, a renúncia do presidente não resolveu os problemas internos da diretoria. A prova é que no ano seguinte 1985, o Tesoureiro Geral e a primeira Tesoureira se demitiram dos seus cargos por não conseguir se entender com nova presidente. Posteriormente, ainda em 1985, foi a vez do Secretário Geral, que continuou assim em quase todos os seus mandatos, que somados foram mais ou menos vinte e três anos direta ou indiretamente à frente dessas instituições de classe.

Relembro que essa década de 1980, o Brasil vivia uma grave crise econômica com o aumento do desemprego que se alastrava em todo o país e uma crise política global agravada com a renegociação da dívida externa com Fundo Monetário Internacional (FMI) num processo de ajustamento da economia que levou o país a uma forte recessão, posto que o acordo com o FMI exige medidas de austeridade e esse momento de instabilidade leva os desempregados a realizar grandes manifestações de rua.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), pressionada pela classe trabalhadora, realiza em 1984 em plena campanha das “*Diretas Já*” em São Bernardo do Campo/SP seu primeiro congresso (I CONCUT), reelegendo Jair Meneghelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP. Este reafirma os princípios e a estrutura da CUT e convoca uma greve geral contra o arrocho salarial que continuava a ser imposto pelo agonizante regime militar. Na esfera política partidária nacional, em 1985, o Colégio Eleitoral elege para Presidente e Vice-Presidente da República duas figuras políticas muito confiáveis para a burguesia e para os militares. A primeira, Tancredo Neves, do Partido Popular (PP), de característica política conciliadora, defendia uma transição negociada com os militares. A segunda figura, José Sarney, ex-Governador do Maranhão, defensor do latifúndio e da manutenção da estrutura de enormes injustiças característica do Estado do Maranhão, no velho estilo “coronelistas” (Giannotti, 2006, p.249).

Embora a campanha das “*Diretas Já*” tenha sido um movimento nacional o Estado do Maranhão teve sua participação na campanha, segundo Edmundo dos Reis Luz, na época aluno do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), através dos grupos acadêmicos: Grupo Viração uma corrente dentro do movimento estudantil ligado ao (PCdoB), transformado posteriormente na União da Juventude Socialista (USJ); Grupo Guarnecer, ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT); Grupo Borandá, ligado ao Partido dos Movimentos Democráticos do Brasil (PMDB). Paralelo a esses movimentos, em 14 de outubro de 1986, o então Governador do Estado do Maranhão, Luiz Alves Coelho Rocha, homologou um novo Estatuto do Magistério Lei nº 4738, publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 209 de 30 de outubro de 1986, que altera a Lei 4270 de 07/11/1980 e introduz novas vantagens para os docentes.

No entanto, a Lei foi homologada num período eleitoral, o que proíbe aos governantes conceder qualquer tipo de vantagens aos funcionários públicos que viesse onerar a folha de pagamento. Esse ato governamental gerou novos descontentamentos com a classe dos professores que denominou a ação do Governo de revanchista, pois ganharam, mas não puderam receber seus salários devido o impedimento da Lei eleitoral. Foi nesse contexto histórico que a APEMA comandou seis greves até novembro de 1987, o que a levou a uma crise financeira bastante significativa, visto que o Governo não fazia a consignação na folha de pagamento (desconto da contribuição sindical na folha de

pagamento) para a Associação, e os fundos de greve criados no decorrer desses eventos não foram suficientes para cobrir as despesas dos movimentos grevistas da época.

Podemos assim perceber a importância das associações como organizadoras da classe de professores: embora sendo entidades recreativas cumpriram o verdadeiro papel sindical na organização e defesa dos trabalhadores da educação mesmo não sendo permitido que a Associação convocasse e organizasse a categoria para um desafio dessa monta, pois, para o poder instituído na época, pautado exclusivamente na força de coerção ditada pelo poder militar e na truculência de sua cavalaria para enfrentar civis, não era possível que pessoas sem preparo, sem treinamento para suportar tal tratamento pudessem desafiar tal poder. Nesse sentido ficou provado que quando o povo quer ninguém o segura. Foi o que aconteceu com os professores que juntos com pais, alunos e de certo modo com a participação da sociedade, puderam mudar sua condição de vida.

3.2 A Origem do Sindicato SINPROESEMMA

Durante a vigência do modelo econômico engendrado pelo regime militar, notadamente na fase do chamado “milagre econômico” (1968 a 1974) segundo Bittar (2006), o capitalismo brasileiro assistiu à manifestação de dois fenômenos simultâneos. A modernização acelerada das relações de produção da vida material, de um lado; e do outro, a ampliação orgânica das classes médias. As ampliações das transformações econômicas na organicidade das classes médias foram diagnosticadas por Diniz Boschi e Lessa (*cit in* Ferreira Jr., 2006, p. 54) na obra *Modernização e consolidação democrática no Brasil* da seguinte forma:

(...) o Brasil experimentou sob o regime militar mudanças radicais que, além de terem ocorrido em ritmo extremamente acelerado e no período de duas décadas, elevaram a sociedade a um novo patamar. Se, por um lado, este processo de modernização implicou a transformação do país numa sociedade urbano-industrial complexa e diferenciada, por outro lado, acarretou um agravamento dos níveis de desigualdade e pobreza. Esta discrepância traduz-se pela inserção do país entre as sociedades indústrias avançadas em termos de desempenho econômico, ao mesmo tempo em que o alinha entre as nações mais pauperizadas da África e Ásia no que diz respeito aos indicadores sócias (Diniz Boschi e Lessa *cit in* Ferreira Jr., 2006, p. 54).

As classes médias, em decorrência do seu crescimento específico no conjunto da população economicamente ativa, (Ferreira Jr., 2006) costumam ter um comportamento político extremamente ativo, particularmente, considerando-se que a sua

relativa independência política guarda justaposição com as profundas transformações que atinge as relações sociais de produção na época da revolução técnico-científica.

Essas transformações no âmbito das relações de produção são de tal magnitude que os teóricos do neoliberalismo acreditam que a riqueza de um país já não pode ser mais aquilatada apenas pelas mercadorias produzidas, mas, sobretudo, pela capacidade que a economia capitalista globalizada tem de engendrar novos paradigmas científicos e tecnológicos, ou seja, novos conhecimentos aplicados diretamente na produção.

Por outro lado, o crescimento das classes médias encerra uma contradição socioeconômica gerada nas próprias relações capitalistas de produção, ou seja, ao mesmo tempo em que a modernização da sociedade capitalista necessita do concurso dessas novas frações das classes médias (portanto, aumentando o seu efetivo quantitativo no conjunto da população economicamente ativa), a sua lógica de crescimento econômico tende a confirmar a tendência histórica de achatamento da massa salarial que remunera essa força de trabalho não vinculada diretamente às riquezas matérias.

Portanto, foi na ocorrência dessas circunstâncias que se deram as primeiras manifestações massivas da luta sindical da categoria profissional dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus de todo o País. Vale lembrar que essas manifestações no que diz respeito aos professores do Maranhão deram-se na forma dos movimentos sociais dado as circunstâncias descritas nesta tese nas páginas 86, 87 e 88.

Ao longo dos anos 80 várias reivindicações foram atendidas, assim como a estruturação de várias lutas antes isoladas, e a organização de vários movimentos sociais em redes amplas, incluindo nesse contexto as associações de professores, que juntas conquistaram espaços institucionais de participação popular, os quais foram demarcados em leis, grupos dispersos constituíram-se como sujeitos coletivos com legitimidade em face da sociedade e do Estado, passando a participar de processos de negociações sobre a distribuição dos bens públicos coletivos. Mas hoje a situação é diferente. A desmobilização é geral, há descrença na eficácia da organização e conseqüentemente a participação dos indivíduos nos movimentos é mínima (Gohn, 2013, p. 102).

Nesse sentido é inevitável as seguintes perguntas o que se passa? A quais fatores podemos atribuir essa situação? Aparentemente existe um contraste flagrante entre o desenrolar satisfatório das ações nos anos 80 e os rumos que elas tomam nos anos 90. Os movimentos sociais são considerados um dos saldos positivos da década de 80, a ponto de se colocar em dúvida se foi realmente uma década perdida.

Gohn (2013) afirma a crise atual dos movimentos é o acirramento de um processo que se instaurou no final dos anos 80, fruto de problemas que os movimentos já carregavam em seu bojo:

Algumas lideranças ou assessorias dos movimentos populares têm atribuído como causas básicas da atual crise fatores de ordem externa ao movimento, conforme o descrito no capítulo anterior, sem dúvida todos esses fatores têm um papel importante no cenário da crise, mas a própria compreensão deste papel passa, necessariamente, pela análise de alguns fatores internos aos movimentos. Por outro lado, ao longo dos anos 80 os movimentos populares não desenvolveram projetos políticos próprios independentes e autônomos. A maioria deles esteve dependente de assessorias externas. Contudo até 1988 os movimentos construíram uma imagem externa que os representavam como detentores de grande força política. Em várias regiões do país eles se articularam às frentes de oposição, ao *status quo vigente*. Após o processo constituinte, a maioria dos movimentos desmobilizou-se. Algumas de suas lideranças passaram a lutar mais nas fileiras do partido. No caso dos movimentos dos professores que eram organizados em associações recreativas transformaram-se em sindicatos agora com legitimidade para organizar e defender a categoria (Gohn, 2013, p. 89).

Assim com a aprovação da nova Constituição Federal do Brasil em 1988, a Professora Lucimá Goes de Sousa, em Assembleia Extraordinária do dia 25 de janeiro de 1989, transforma a Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) em “Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA)”. Para ter certeza de que estaria cumprindo todas as legalidades da Lei a Presidente da Associação solicitou a assistência do renomado advogado Dr. Sidney Ramos Alves da Conceição a que fora atendida com parecer favorável a transformação da Associação em sindicato. O evento contou com as presenças da Presidente do sindicato da Rede Particular de Ensino de São Luís/MA, Professora Florilena Gomes Aranha, na época denominado (SINPRO-SL) e atualmente (SINTERP-MA), do Presidente da Associação de Professores da Rede Pública Municipal de São Luís/MA (APEM), Professor Sérgio Henrique Ribeiro.

Se a história do Sindicato como sucessor da APEMA, conta com alguns momentos importantes que se encontram registrados em atas e outros documentos como periódicos e jornais de circulação estadual que compõe o seu acervo, importante é a sua transformação em Sindicato, e a constituição de sua primeira diretoria tendo a Professora Lucimá Goes de Sousa como presidente. Outro momento importante foi o surgimento em 31 de maio de 1997 do primeiro grupo de oposição ao sindicato, denominado Movimento de Oposição ao SINPROESEMMA (MOSEP), que dentro de pouco tempo se fortaleceu

a ponto de cancelar a eleição do dia 28 de junho de 1998 que elegeria uma nova diretoria, que teria mais uma vez a Professora Lucimá Goes de Sousa como presidente. Sem alternativa, a Presidente convocou para o dia 13 de junho uma Assembleia Geral Extraordinária para a eleição de uma junta governativa aprovada por um prazo de um ano, tendo o MOSEP concorrido com uma chapa que fora derrotada.

Outro momento de grande importância, consequência do anterior, foi a eleição da primeira Diretoria para o triênio 1999/2002 e que dá início o fim da gestão de Lucimá Goes. A Diretoria era assim constituída: Presidente Lucimá Goes de Sousa; 1º Vice-Presidente Odair José Neves Santos; 2º Vice-Presidente Maria de Nazaré Smith Mendes; Secretário Geral Marcio José Gonçalves de Jesus; Tesoureiro Geral Josiana Maria Ferro Sá Menezes; também foi eleito o Conselho Fiscal e Conselho de Representantes junto a Federações e a Confederação (Registro civil de Pessoas Jurídicas Microfilme nº 16037/99). No dia 29 de janeiro de 2000, os associados discutiram e deliberaram sobre a filiação do SINPROESEMMA na Central Única de Trabalhadores.

Em 2001, o SINPROESEMMA assinou um convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) para execução do Programa de Capacitação de Docente (PROCAD), no valor aproximado de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), que deveria ser pago pelo sindicato. Acompanhando esse problema vem um outro: a não prestação de conta dos anos de 1999 a 2000, além do impedimento do primeiro Tesoureiro de ter acesso as contas e aos repasses das contribuições sindicais oriundas dos municípios, assim como o pagamento das mensalidades do programa de capacitação de docente que deveria ser paga pelo professor, mas não foi gerando tal dívida ao sindicato assinante do convênio.

Diante das acusações um grupo de filiados da entidade residente no município de Cururupu/Ma ingressou com um processo via judicial pedindo o afastamento da presidente Lucimá Goes da direção do SINPROESEMMA o que foi concedido pelo Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca de Cururupu.

Diante das condições existentes os demais diretores em Assembleia Geral Extraordinária propuseram a reforma do Estatuto do Sindicato e consequentemente sua denominação, pois o mesmo atende professores e funcionários de escolas. Tal foi aprovado por unanimidade, passando o Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino

de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão (SINPROESEMMA)⁶ a ser denominado de Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão – SINPROESEMMA. Também foi aprovado que a eleição das novas diretorias passaria a ser congressual e não mais o voto direto e secreto. As eleições congressuais perduraram até as eleições de 2013 quando o sindicato optou pela volta da eleição direta.

Diante das acusações de não cumprimento do convênio com a UEMA, por falta de pagamento do PROCAD, em 2001, foi criada através da Portaria nº 02/2001, uma comissão para instaurar um Inquérito Administrativo contra a gestão da professora Lucimá Goes. Concluído os trabalhos da comissão, no dia 07 de fevereiro de 2002, o Presidente em exercício convocou os associados através do edital de 29 de janeiro de 2000, para julgar o Relatório Conclusivo da Comissão de Inquérito que teve o seguinte desfecho: afastamento definitivo, com declaração de perda de mandato, da Professora Lucimá Goes de Sousa e pelo afastamento temporário das Professoras Maria de Nazaré Smith Mendes (2ª Vice-Presidente do Sindicato), Josiana Maria Ferro Sá Menezes (Tesoureiro Geral) e Ana Maria Ribeiro Mota Freire (1º Tesoureiro), por um prazo de 90 dias devido o descumprimento de decisão da Assembleia Geral Extraordinária da categoria do dia 20 de outubro de 2001 e por ter violado o disposto no art. 42, letras B⁷ e D, c/⁸c art. 29 dos Estatutos Sócios do SINPROESEMMA.

Todavia estes não são os únicos problemas. Havia denúncias também de que o primeiro tesoureiro não tinha acesso às contas do sindicato, mesmo estando a Tesoureira Geral afastada para tratamento de saúde. Nesse aspecto, diz o Professor Júlio Guterres⁹: “as contas do sindicato tornaram-se uma ‘caixa preta’ (APEMA, 2001, Ata nº

⁶ É preciso salientar que apesar de possuírem denominações diferentes: “Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão” e “Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Redes Públicas Estadual e Municipais do Maranhão”, a sigla é a mesma. O que mudou foram as denominações da classe profissional pela evolução da própria, visto não há que se falar se mais em professor de 1º e 2º grau coma LDB 9393/96.

⁷ B: deixar de cumprir os deveres referentes aos cargos que exercem e D deixarem de cumprir as normas do Estatuto.

⁸ c/c em consonância com o artigo 29, a Assembleia Geral é o Órgão soberano do Sindicato constituído pelos sócios em pleno gozo dos seus direitos e quites com suas mensalidades.

⁹ Era o primeiro tesoureiro do SINPROESEMMA, em 2001.

desconhecido) ”. Em consequência da perda do mandato de Lucimá Goes de Sousa, então declarada ex-Presidente, a Mesa Diretora dos trabalhos declarou empossado de modo definitivo o Prof. Odair José Neves Santos até o final do mandato em 13 de junho de 2002, no cargo de Presidente do SINPROESEMMA.

Empossado definitivamente como presidente do SINPROESEMMA e aprovado também que a eleição das novas diretorias passaria a ser congressional e não mais o voto direto, o Prof. Odair Santos, nos dias 12, 13 e 14 abril de 2002 reuniu no Auditório Central da Universidade Federal do Maranhão (UEMA), em caráter congressional ordinário os 158 delegados, para participar do primeiro Congresso dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Maranhão (COMTEMA), promovido pelo SINPROESEMMA. Os delegados eleitos tinham as seguintes representatividades: 88 delegados foram eleitos em 28 núcleos sindicais no interior do Estado; 59 foram eleitos na cidade de São Luís e onze delegados eram natos. O primeiro Congresso teve como tema a Educação Pública e o Projeto Nacional de Desenvolvimento e a diretoria eleita tinha como presidente o próprio Prof. Odair Santos para um mandato de 4 anos.

Durante a administração do sindicato no quadriênio 2002/2005 ocorreram alguns embates com o Governo Estadual na época presidido por José Reinaldo Carneiro Tavares a partir da entrega da pauta de reivindicação aprovada ao Governo do Estado em abril de 2002, após dois meses de negociações e negativas por parte do Governo. O Presidente do SINPROESEMMA, através de edital, convoca para de 10 de julho de 2002 a categoria para uma Assembleia Geral Extraordinária que dentre outros assuntos em pauta estava a deliberação a doação de movimentos grevista.

No dia 31 de julho, nova convocação foi realizada dessa feita para deliberar sobre a Greve Geral da categoria em face da não evolução das negociações para a reposição das perdas salariais, cumprimento do Estatuto do Magistério e outros pontos da pauta apresentada ao Governo. Passados onze dias de greve, o SINPROESEMMA com as equipes do Governo e após muitos estudos concluíram no final do mês de dezembro o índice do reajuste de 14,74% e o seu escalonamento. No dia vinte de janeiro de 2003 a Assembleia Legislativa aprovou em convocação extraordinária o pagamento de 14,74% como reposição das perdas salariais de 2002. Para surpresa dos professores e consequentemente do sindicato a reposição aprovada pelos parlamentares não foi incluída no pagamento dos professores.

Procurado pelo SINPROESEMMA, o Gerente de Estado, Luciano Moreira, não atendeu as diversas tentativas de audiência com sindicato. Levando o mesmo a protocolar no dia 5 de fevereiro audiência com o Governador José Reinaldo Tavares. Sem resposta positiva, no dia 17 de março de 2003, a categoria entra em greve por tempo indeterminado pelo imediato cumprimento do Estatuto do Magistério e pela a imediata reposição salarial admitindo o escalonamento em três vezes. No entanto a duração da greve foi de 26 dias quando houve uma negociação entre as partes.

Todavia o Governador do Estado do Maranhão José Reinaldo Carneiro Tavares, no dia 18 de outubro de 2004, com o intuito de não cumprir o acordo, encaminhou Medida Provisória Nº 09 que manteve o texto original do Estatuto do Magistério de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão Lei nº 6.110/94, mas suspende a eficácia dos artigos 54, 55, 56 e 57, pelo prazo de 12 meses sob a alegação de que atendendo tais artigos do Estatuto, estaria descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os artigos ora referidos tratam do vencimento base dos professores e suas respectivas referências dentro das classes. A reação da categoria foi imediata contra a aprovação da Lei que segundo o Presidente do SINPROESEMMA, Professor Odair José Neves Santos, foi feita de forma clandestina e de má-fé, levando em conta que os quatro artigos citados constituem os pilares da valorização e incentivo a carreira do Magistério. Diante do exposto, o Presidente do SINPROESEMMA conclamou a categoria para a deflagração de greve por tempo indeterminado, além de buscar o caminho na Justiça.

Em 2005, completado os quatro anos de mandato da primeira diretoria do SINPROESEMMA eleita em congresso, chegou a hora de organizar o novo congresso para eleger uma nova diretoria que já vem acompanhada de repúdios e protestos contra a forma antidemocrática como o Governo executou a revogação dos artigos do Estatuto do Magistério. Nesse aspecto o Sindicato, embora tenha buscado o caminho da justiça insistia também em uma solução negociada por entender ser mais rápida a solução. No entanto o Sindicato não pode ficar sem uma diretoria. Nesse sentido, o Presidente do SINPROESEMMA, convocou através de edital todos os associados com suas obrigações em dia a escolher na base seus delegados através de Assembleia Geral.

Assim nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2005, reunira-se 315 delegados no II Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Maranhão – 2º COTEMA, para eleger a nova diretoria do SINPROESEMMA para o quadriênio 2005/2009. Na ocasião, o novo Presidente eleito foi o Professor Odair José Neves Santos. O sindicato se encontrava em pleno acirramento de protestos e embates contra o Governo.

Apesar dos dados coletados nesta pesquisa se referirem ao interstício de 1970 a 2005, vale ressaltar algumas informações relevantes, relacionadas ao período da gestão da nova diretoria acima referida (2005/2009). Em 2006, vislumbramos a possibilidade de eleger um candidato de oposição ao Governo do Estado do Maranhão, na intenção de se opor a continuidade da oligarquia Sarney e com o apoio dos sindicatos em geral, em especial, do SINPROESEMMA. O presidente Odair Santos conclamou a categoria a votar no médico Jackson Lago, por ser da oposição à oligarquia existente no Estado do Maranhão há mais de 40 anos. Como era esperado no final do pleito, as nossas perspectivas se concretizaram e Jackson Lago foi eleito o Governador do Estado do Maranhão nas eleições de 2006.

Contudo, ao assumir o Governo no ano de 2007, o primeiro ato “benéfico” em reconhecimento ao apoio recebido dos funcionários públicos em especial os professores foi a aprovação do Projeto de Lei nº 8.592/07, de forma unilateral e sem discussão com os funcionários públicos, que foi uma das maiores forças na campanha eleitoral para elegê-lo a Governador do Maranhão. Tal Lei instituía uma nova política salarial que teve como maior ponto de conflito o termo *subsídio* uma vez que este não permitia direito as gratificações ou qualquer outra vantagem, além de provocar compressão na remuneração das primeiras referências funcionais dos educadores entre outros malefícios.

O subsídio é uma regra constitucional obrigatória para carreiras de Estado como procuradores, defensores, policias civis e militares e auditores, sendo facultativas para as demais carreiras. Nele, estão incluídas todas as gratificações que o servidor recebe, com exceção das vantagens de caráter pessoal, como o adicional por tempo de serviço. A Secretária de Administração, Helena Castro, esclareceu que não haveria perda salarial para nenhum servidor. O que estaria mudando naquele momento é a política salarial do Estado. Na hora em que fosse pago o subsídio, acabar-se-iam os gatilhos que estavam inviabilizando o pagamento do salário mínimo.

Na perspectiva de resolver esse conflito de forma negocial, o sindicato manteve várias reuniões com a equipe do Governo e sua assessoria jurídica, no sentido de convencer o Governo a revogar a referida Lei que já estava sendo denominada de *Lei do Cão* por vários segmentos dos funcionários públicos de Estado. Estes também realizaram vários atos públicos de protesto com o mesmo objetivo, sem, contudo, obter êxito junto ao Governo que estava irredutível. O sindicato foi forçado a realizar uma Assembleia Geral Extraordinária para discutir e deliberar sobre o movimento grevista em face da não evolução das negociações sobre a Lei nº 8.592/2007. Assim no dia 22 de maio de 2007 a categoria aprovou por unanimidade a decretação da greve por tempo indeterminado até que o governo revogasse a Lei 8.592/07.

Conclamada a deixar as salas de aulas e ir para as ruas, a categoria respondeu quase que na mesma intensidade da campanha eleitoral: passamos 87 dias de greve dos quais mais de 30 foram acampados em frente aos portões do Palácio dos Leões, sede do Governo Estadual do Maranhão. Essa foi a greve mais longa da história do SINPROESEMMA até o momento. E mais uma vez fomos vencedores desta feita no Supremo Tribunal Federal que tornou a Lei nº 8.592/2007 inaplicável à classe dos Trabalhadores da Educação do Estado do Maranhão.

Em seu segundo mandato frente à direção do SINPROESEMMA, o Professor Odair Santos, no dia 24 de novembro de 2007 convocou a categoria desta feita não para greve, mas para demonstrar a insatisfação não só dessa força política SINPROESEMMA, mas de muitas outra pelo Brasil com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), considerada a central sindical que melhor representava os interesses dos trabalhadores, pelo seu caráter de unidade, atuação e combatividade. O professor Odair Santos acrescentou ainda, que nos últimos anos a Central negligenciou e perdeu esses caracteres, inclusive a unidade, somando-se à falta de democracia a caráter hegemônico da direção, onde as demais forças políticas que atuam ficam isoladas. Daí o descontentamento dessas forças e a iniciativa de buscar novas alternativas de organização dos trabalhadores na construção de uma central que representasse efetivamente a classe e resgatasse os princípios de autonomia, democracia, luta e combatividade esquecidos, segundo ele, pela cúpula cutista (Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 24/11/2007).

Diante do que foi exposto o professor Odair Santos defendeu a desfiliação do SINPROESEMMA à CUT e sua filiação à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do

Brasil com fundação oficial programada para os dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007, em Belo Horizonte. O professor Júlio Cesar Rego Guterres, Secretário de Comunicação, acrescentou o quanto o SINPROESEMMA ao longo da sua trajetória contribuiu para o fortalecimento da CUT no Maranhão, lamentou que a central tenha se descaracterizado com o atrelamento acrítico à política do Governo Lula, perdendo assim sua autonomia; também se manifestaram o professor Carlos Alberto Campelo e professora Janice da Silva Nery que acrescentaram ter os movimentos sociais, como todo, sofrido impacto com a eleição do Presidente Lula passando por uma fase de estagnação e passividade ao ponto de chegar a se confundir e se comportar como verdadeiro braço do Governo no movimento social. Após a manifestação de outros trabalhadores encaminhou-se o processo de votação, sendo aprovada por unanimidade a desfiliação do SINPROESEMMA à CUT e sua filiação a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 24/11/2007).

Encerrando o seu mandato em 2008, o professor Odair Santos publicou um edital de convocação da categoria no dia 25 de novembro de 2008, em dias com suas obrigações sociais a participarem na condição de congressista do III Congresso dos Trabalhadores em Educação Básica e Pública do Estado do Maranhão III (COTEMA), a ser realizada nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 2009, com o tema Educação Pública de Qualidade: Instrumento de Cidadania, Desenvolvimento do Maranhão e Valorização do Trabalho.

O evento contou com a participação de 418 delegados representando 22.508 associados em dias com suas obrigações que elegeram uma nova diretoria para o quadriênio 2007/2011, sendo eleito novo Presidente o professor Antônio Júlio Gomes Pinheiro, que praticamente iniciou o seu mandato convocando os associados em 20 de abril de 2009 para uma Assembleia Extraordinária para discutir e deliberar sobre: 1 – aprovação da pauta de reivindicação; 2 – lançamento da campanha salarial e 3 – outros assuntos de interesse da categoria. Nessa pauta de reivindicação, o Presidente informou que o foco da campanha salarial é principalmente a definição do Estatuto do Educador que vinha sendo discutido desde 2008, com base em documentos emitidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), incluindo os funcionários de escolas, alertando também que nessa jornada de luta não será descartada nenhuma das armas dos trabalhadores, entre elas, a greve.

Após seis rodadas de negociações e alguns patamares de reajuste salariais oferecido pelo governo e rejeitado pelo SINPROESEMMA, 4,1%, 6,1%, chegando a 10% somando-se a esse índice a antecipação de 5,9% chegando a 15,97%, no entanto, nada foi assegurada pelo Governo em relação ao estatuto. Não tendo o Governo apresentado uma Proposta de Plano de Carreira e Remuneração o SINPROESEMMA, protocolou no dia 12 de março de 2010, a entrega de uma proposta de plano de Cargos Carreira e Salário incluindo os Funcionários de Escolas. Este plano era fruto de um longo processo de discussão com a categoria em todo Estado do Maranhão e a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Entregue foi também uma pauta de reivindicação contendo quatro itens que apresentou muitos pontos divergentes entre os membros do Governo e do Sindicato. A partir dessa proposta, o Secretário de Educação César Henrique Santos Pires, concordou com a instituição de uma Comissão com a participação do Governo e do Sindicato para a elaboração de nova proposta de Estatuto do Educador.

CAPÍTULO 4

IDENTIDADE, MEMÓRIA E SUBJETIVIDADE DOCENTE

Neste capítulo, pretende-se apresentar a memória, a identidade e as subjetividades dos docentes que participaram da pesquisa empírica desenvolvida neste trabalho. Apresentar também estudos realizados e que serviram de aporte teórico para a análise dos dados coletados ressaltando que a pesquisa empírica configura-se como participativa, tendo em vista que durante um bom período vivenciou-se a luta associativa e sindical dos trabalhadores da educação, tanto no Estado do Maranhão, como nos demais estados brasileiros.

Vale acrescentar também que a minha convivência como militante do sindicato dos professores deu-se ainda nos anos de 1982, através da Associação dos Professores do Estado do Maranhão, onde ocupei por dois mandatos o cargo de Secretário Geral, no qual fui indicado para ocupar a Presidência da Comissão de Aplicação do Estatuto do Magistério do Município de São Luís na Secretaria de Educação do Município. Em 1989 concorri ao cargo de Tesoureiro Geral cuja chapa foi vitoriosa no SINPROESEMMA, tendo como Presidente a Professora Lucimá Goes. Terminando esse primeiro mandato, concorri a um segundo mandato, no qual pelas razões já descritas no capítulo 3.1, p. 99, pedi demissão antes do término do mesmo voltando a diretoria do SINPROESEMMA somente em 2002, ocupando o cargo de Secretário de Formação sindical por dois mandatos.

4.1 Amostra e instrumento de coleta de informação

Esta pesquisa tem por base levantar e sistematizar dados a partir da narrativa de vinte e nove trabalhadores da educação, dos quais vinte e seis são professores e três são funcionários de escolas que contribuirão para a construção da Memória e da Identidade do SINPROESEMMA a partir da interpretação dos relatos apresentado por esses trabalhadores.

Visto que a gênese do SINPROESEMMA encontra-se nos anos 70 e 90, buscamos professores que iniciaram a sua atividade docente nesse período, para que

possamos resgatar, ao máximo, registros da memória e identidade desta instituição quando ainda era uma Associação que lutava pelos direitos da categoria.

Por se tratar de uma pesquisa histórica, em que os dados coletados aludem a épocas distintas (anos 70 a 2005), a escolha dos respondentes - professores e funcionários - partiu de critérios como o início da atividade na educação, o ano de sindicalização e o tempo entre o início de atividade e o ano de sindicalização.

Os questionários foram organizados em três temas diferentes e distintos procurando atingir o maior tempo possível da vida profissional de cada entrevistado. Foi assinado um termo de responsabilidade pelo pesquisador de que publicaria somente o falado e autorizado no questionário, para respeitar o Código de Ética exigido pelo rigor acadêmico científico, não citaremos os nomes dos participantes¹⁰.

Para a estruturação da pesquisa foram utilizadas fontes de depoimentos dos professores e dos funcionários de escolas. Os questionários foram aplicados nos anos de 2000 a 2010 nos locais sugeridos pelos respondentes conforme sua conveniência e disponibilidade com objetivo de melhor interagir com o pesquisador.

Durante a procura e escolha dos docentes, tivemos muitas dificuldades, pois alguns que vivenciaram estas épocas, já faleceram ou mudaram de endereço, sem deixar nenhum rastro com o qual pudéssemos encontrá-los; mas conseguimos um número razoável de respondentes que nos forneceram as informações necessárias para alcançarmos os objetivos a que nos propusemos. Sabemos que eles têm, na sua maioria, acúmulo de memória. Tal acúmulo condiciona tempo e vivência na organização associativa e sindical docente, assim, acreditamos que suas contribuições são importantes referências para a construção da Memória e da Identidade do Sindicato. Delgado (2006) coloca que, como suporte da identidade, a memória não é conservação, mas reordenamento, reconstrução de lembrança, porque a dinâmica das múltiplas temporalidades interfere no ato de relembrar, fazendo da memória e da identidade fenômenos dinâmicos dialéticos e potencialmente renováveis.

¹⁰ Em vez disso, utilizaremos nomes de deuses e guerreiros da mitologia grega, como forma de homenagear os participantes desta pesquisa que sempre lutaram pelos direitos da categoria durante todos esses anos e agora nos prestigiam com as suas contribuições para construção desta tese.

Encontrei muitas dificuldades na realização dos questionários, dentre as quais quero destacar duas como as mais difíceis: a primeira foi superar as distâncias entre a sede do Sindicato na Capital São Luís e suas Delegacias Regionais seguidas dos Núcleos que em alguns casos chegam a mais de 700 km¹¹. Outra grande dificuldade foi convencer os participantes da importância desse trabalho para o sindicalismo do Maranhão e consequentemente para o sindicalismo brasileiro.

Para a sistematização dos dados utilizamos tabelas com identificações pessoais e de trabalho. Para a recolha de dados foi utilizado um questionário (ver apêndice 1):

- 1 - Trajetória do Profissional na Educação
- 2 - Trajetória do Profissional na Condição de Sindicalizado
- 3 - Trajetória do Profissional na Luta Sindical

A figura 4 abaixo retrata os respondentes contendo idade, nome fictício, graduação, tempo de sindicalização agrupado por ano e seu ingresso na atividade docente.

¹¹ É o caso do município de Carolina, Imperatriz com mais de 800 km, São João dos Patos mais de 600 km, Barra do Corda mais 500 km, Caxias mais 300 km, Pedreiras mais 250 km, Codó mais 200 km, Santa Inês mais 200 km, Bacabal mais de 180 km, Pinheiro mais 300 km, Zé Doca mais de 300 km, Itapecuru-Mirim mais de 70 km, morros mais 60 km, Icatu mais de 60 km, Rosário mais de mais 30km e São Luís Capital.

Figura 4: Distribuição dos respondentes segundo nome fictício, idade, categoria profissional, ingresso na atividade, ano de sindicalização, tempo entre o início da atividade e a sindicalização, formação, regime político/governo em vigor.

Participantes	Idade	Gênero	Município de lotação	Categoria profissional	Formação	Início na atividade docente	Regime político/governo em vigor	Ano de sindicalização	Tempo entre o início da atividade e a sindicalização (anos)
Ágata	64	F	Barra do Corda	Professora	Superior	1970	Ditadura/Gov. José Sarney	1974	04
Minerva	65	F	São Luís	Professora	Superior	1970	Ditadura/Gov. José Sarney	1974	04
Aquiles	64	M	Açailândia	Professor	Superior	1973	Ditadura/Gov. P. Neiva. de Santana	1974	01
Hera	66	F	Tasso Fracoso	Professora	Superior	1976	Ditadura/Gov. José Murad	1985	09
Gaia	61	F	São Mateus	Professora	Superior	1976	Ditadura/Gov. José Murad	1987	11
Atena	54	F	Timon	Professora	Superior	1978	Ditadura/Gov. José Murad	1982	04
Violeta	49	F	Pedreiras	Professora	Superior	1978	Ditadura/Gov. José Murad	1982	04
Afrodite	50	F	Santa Inês	Professora	Magist. Adicional	1978	Ditadura/Gov. José Murad	1982	05
Artemis	55	F	Caxias	Professora	Superior	1980	Ditadura/Gov. João Castelo	1985	05
Perséfone	67	F	Peritoró	Professora	Magist. Adicional	1980	Ditadura/Gov. João Castelo	1987	07
Ajax	54	M	Zé Doca	Funcionário de escola	Vigia	1980	Ditadura/Gov. João Castelo	2001	21
Gálata	56	F	São Luís	Professora	Magist. Adicional	1980	Ditadura/Gov. João Castelo	1995	15
Poseidon	71	M	Balsas	Professor	Magistério	1981	Ditadura/Gov. João Castelo	1989	08

Participantes	Idade	Gênero	Município de lotação	Categoria profissional	Formação	Início na atividade docente	Regime político/governo em vigor	Ano de sindicalização	Tempo entre o início da atividade e a sindicalização (anos)
Tétis	71	F	São Luís	Professora	Superior	1982	Ditadura/ Gov. Ivar Saldanha	1989	07
Ares	54	M	São Luís	Funcionário de escola	Tec. G. Escolar	1982	Ditadura/ Gov. Ivar Saldanha	2005	13
Helena	44	F	Bacabal	Professora	Superior	1982	Ditadura/ Gov. Ivar Saldanha	2000	18
Éris	53	F	Santa Inês	Professora	Superior	1982	Ditadura/ Gov. Ivar Saldanha	1989	07
Nêmesis	50	F	Pedreiras	Professora	Superior	1982	Ditadura/ Gov. Ivar Saldanha	2000	18
Príamo	47	M	Centro Novo	Professor	Superior	1984	Ditadura/ Gov. Luiz Rocha	1987	03
Apolo	61	M	Carolina	Professor	Superior	1984	Ditadura/ Gov. Luiz Rocha	1985	01
Reia	45	F	Lago da Pedra	Professora	Superior	1985	Democracia/ Gov. Luiz Rocha	1987	02
Itília	54	F	São Luís	Professora	Superior	1986	Democracia/ Gov. Luiz Rocha	2002	16
Andrômeda	56	F	Tasso Fragoso	Professora	Superior	1992	Democracia/ Gov. Edison Lobão	2002	10
Páris	41	M	São Luís	Professor	Superior	1994	Democracia/ Gov. Edison Lobão	2000	06
Heitor	44	M	Pinheiro	Funcionário de escola	Tec.multimeio didat.	1994	Democracia/ Gov. Edison Lobão	2001	07
Penélope	47	F	São Luís	Professora	Téc Contabilidade	1994	Democracia/ Gov. Edison Lobão	2001	07
Glauco	49	M	Imperatriz	Professor	Superior	1995	Democracia/ Gov. Roseana Sarney	1998	03
Íris	48	F	Santa Luzia do Tide	Professora	Superior	1997	Democracia/ Gov. Roseana Sarney	2005	08
Ulisses	39	M	Buriti Bravo	Professor	Superior	2002	Democracia/Gov. José Reinaldo	2002	Zero

A Figura 5 descreve a composição da amostra por caracterização sócio demográfica dos respondentes.

Figura 5: Distribuição dos respondentes por caracterização sócio-demográfica.

Sexo	Valor absoluto	%
Masculino	10	34,5
Feminino	19	65,5
Formação	Valor absoluto	%
Nível Superior	21	72,5
Nível Médio	08	27,5
Idade	Valor absoluto	%
+ de 38 anos e menos de 54 anos	16	55
+ de 56 e menos de 71 anos	13	45
Nº de anos entre início de atividade e sindicalização	Valor absoluto	%
0-4	10	34,5
5-10	11	38
11-15	03	10
16-20	04	14
21-25	01	3,5
Anos de sindicalização (até 2010)	Valor absoluto	%
1-10	05	17,5
11-20	08	27,5
21-30	13	45
31-40	03	10
TOTAL	29	100

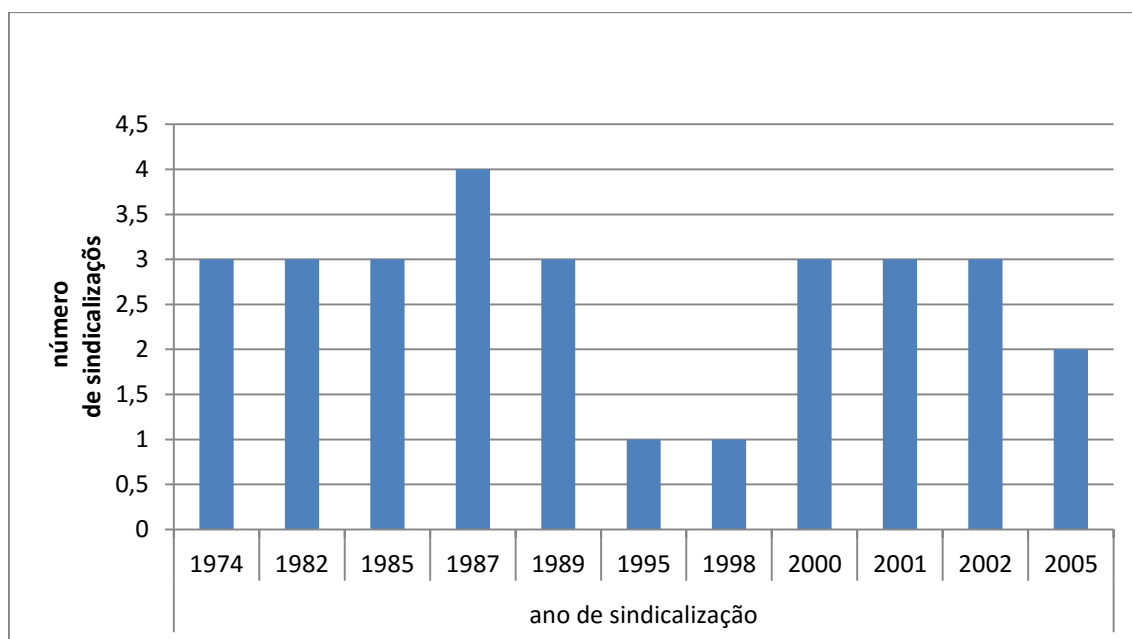
Dos vinte nove respondentes mais de 70% são do sexo feminino, refletindo o que diz Hypolito (2003) e Oliveira (2004) quando ressaltam sobre o processo de feminização do magistério.

Em relação à idade, 55% possuem mais que 38 anos e menos que 54, sendo que 45% têm mais de 56 e menos de 71 anos. Logo, 45% dos nossos respondentes já eram maiores de idade nos anos 70 e, professores ou não, vivenciaram as transformações políticas, econômicas, profissionais da Ditadura dos anos 70 e 80, as mesmas

transformações que deram surgimento, primeiramente às Associações (APEM e APEMA), e depois, ao SINPROESSEMA.

A seguir, apresentamos um gráfico com o número de sindicalizações conforme dados coletados na pesquisa (Figura 4):

Figura 6: Indica a distribuição por anos do número de sindicalizações



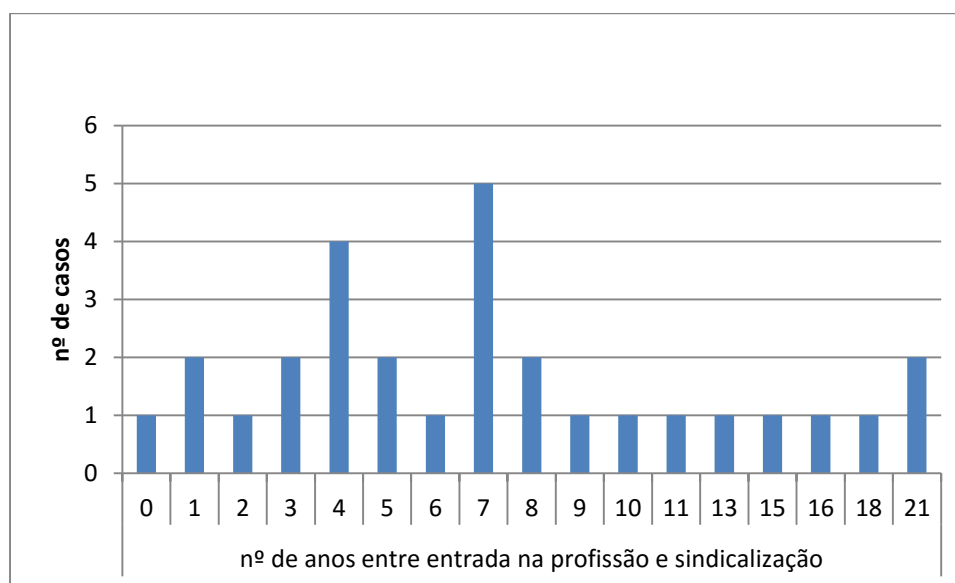
A Figura 4 demonstra o número de sindicalizações ocorridas ao longo do período pesquisado (de 1974 a 2005). Vemos que entre 1974 e 1981, houve apenas três sindicalizações entre os respondentes, entre 1982 e 1984, também apenas três, ou seja, em um período de dez anos, de 1974 a 1984, apenas seis profissionais se sindicalizaram. Todavia, entre os anos de 1985 a 1994, houve um aumento de sindicalizações, totalizando dez adesões, destacando-se o ano de 1987 como o ano de maior culminância.

Vale ressaltar de 1974 a 1984, o Brasil ainda vivia sob a égide da Ditadura Militar, muitos profissionais, como já relatamos no Capítulo 3 desta tese, temiam participar de movimentos sindicais, mesmo após a revogação do AI-5, pois as sequelas da opressão e violência eram marcantes e geravam medo e aflição na população. Vale lembrar que o anseio dos professores em se organizarem em um movimento sindical se concretizou em forma de Associação (APEMA), com finalidade recreativa para atender os ditames do regime militar na época. Não se podia nem sonhar com um sindicato. A

palavra “sindicato” carregava um cunho reacionário e era facilmente associada à baderneiro, arruaceiro, pessoa que gosta de confusão, etc., portanto, esta imagem afasta dos profissionais das associações e sindicatos.

Na Figura 7, temos um gráfico sobre o tempo de entrada na profissão e ano de sindicalização:

Figura 7: Quantidade de tempo que os respondentes demoraram a se sindicalizar



Esse gráfico apresenta-nos dados muito interessantes a respeito do tempo de sindicalização dos servidores da educação no Maranhão, levando em consideração o seu ingresso na profissão. Notamos que há um intervalo muito grande entre o ano de entrada na profissão e o ano de sindicalização dos respondentes, como podemos ver nas figuras 5 e 2. Percebe-se na figura 5 que o ápice desta estatística alcança 5 respondentes que demoraram 7 anos para se sindicalizar, por conseguinte, o gráfico extraindo a média ponderada dos dados coletados chegamos ao resultado de uma média e 7,7 anos que os respondentes levaram para se sindicalizar. Além disso, levando em consideração que houve profissionais que há professoras com 15, 16 e 18 anos de permeio. Estas discrepâncias de permeio demonstram de certa maneira uma característica que já havíamos mencionado no parágrafo anterior: o medo que os profissionais tinham de se sindicalizar. Ainda mais, se tomarmos por base que os 3 funcionários participantes da pesquisa são exemplos deste permeio prolongado Ajax (21 anos), Ares (13 anos) e Heitor (7 anos). Estes eram mais temerosos em participar dos movimentos de associações e

propor suas reivindicações por se considerarem hierarquicamente inferiores aos professores, uma categoria maior, mais importante e mais organizada do que eles.

Considerando o contexto das lutas dos profissionais da educação já discutido nos Capítulos 2 e 3 desta tese, vale ressaltar que a opressão política no período da Ditadura Militar tinha um impacto mais ferrenho sobre os funcionários de escola, justamente, pela subordinação destes aos seus superiores. Infelizmente, por serem mais temerosos em relação às suas reivindicações, também foram mais pacatos no processo de sindicalização e participação das lutas da categoria profissional.

Vimos na Figura 4 que apenas 3 professoras se sindicalizaram nos anos 70, quando começa o período de abertura ou transição gradual como afirma Abramides capítulo 2, todas as demais só se sindicalizaram a partir dos anos 80. Como se vê, mesmo entre os professores, a maioria demorou muito tempo para se sindicalizar, alguns levaram 15, 16 e até 18 anos, como é o caso de Gálata (15 anos), Itília (16 anos) e Helena (18 anos).

Os depoimentos destes respondentes são de suma importância para alcançarmos os objetivos a que nos propusemos discutir nesta tese, porque cobrem um período no espaço/tempo da pesquisa, que seria impossível a outra percentagem cobrir.

4.2 Apresentação e análise dos dados

Tema 1 do Questionário: Trajetória do profissional na educação

Neste item pretendemos analisar a vida profissional do professor antes do seu envolvimento na militância sindical. Para essa trajetória foram elaboradas cinco questões.

(1) O que o(a) levou a ser Professor(a)?

Nesta questão, dez dos respondentes (35%) disseram que escolheram ser professores porque era *a profissão mais fácil para se adentrar no mercado de trabalho*. Para não colocar todos os depoimentos, visto que alguns são repetidos, escolhemos os mais diversificados: “Por ser uma área mais fácil para empregos” (Tétis, 71 anos, professora); “Inicialmente por ser uma carreira que se forma e consegue emprego mais

rápido” (Atena, 54 anos, professora); “Por conveniência” (Itília, 54 anos, professora); “Foi mais pela necessidade; depois pelo incentivo da família; depois comecei a pegar gosto mesmo e até hoje continuo, já faz muitos anos a vocação chegou eu já estava formada então” (Ágata, 63 anos, Professora).

As respostas acima apontam mais claramente o cenário sócio-político dominante em nosso país nos 70 e 80. Todas as professoras acima Tétis, Atena, Itília, Ágata, além de Violeta, Afrodite, Artemis, Perséfone e Reia ingressaram na carreira do magistério na época da Ditadura Militar, um contexto em que havia poucos concursos públicos e muitas contratações. A nomeação podia se dar inclusive sem o concurso público.

Quatro respondentes (14%) aludiram de maneira similar a este quesito, que se tornaram professores por *falta de oportunidade de se fazer outra coisa*: “Por falta de vocação” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Não havia muita escolha para trabalhar e no interior bastava saber ler e escrever, já conseguia ir dar aula” (Príamo, 47 anos, professor); “Por falta de oportunidade de fazer o curso que eu queria (Medicina) tive que ser professora; foi o emprego mais fácil de se conseguir na época” (Helena, 44 anos, professora).

Eu não era vocacionada para ser uma professora; meu desejo era ser psicóloga, mas não houve oportunidade. Por isso, a princípio, a minha atuação como professora se deu pela necessidade e oportunidade do emprego estável (Nêmeses, 49 anos, professora).

Vê-se que as respostas deste grupo (“falta de oportunidade de se fazer outra coisa”) estão bem interligadas à do primeiro grupo (“a profissão mais fácil para se adentrar no mercado de trabalho”). Os respondentes deste segundo grupo também fizeram seus ingressos na carreira do magistério na época da Ditadura Militar.

Cinco respondentes (17%) disseram que se tornaram professores *por opção*: “Por opção, por gostar das palavras” (Ulisses, 39 anos, professor); “Por opção” (Gálata, 57 anos, professora); “Por opção” (Glauco); “Por que foi a minha escolha, minha opção profissional” (Éris, 53 anos, professora); “Desde pequena sempre quis ser professora, foi uma opção minhas” (Penélope, 46 anos, professora).

Cinco respondentes (17%) disseram que se tornaram professores *por vocação*: “Sou professor por vocação” (Hera, 66 anos, professora); “Vocação” (Apolo,

61 anos, professor); “Vocação, opção” (Gaia, 60 anos, professora); “acredito que foi por vocação” (Minerva, 65 anos, professora); “Vocação” (Aquiles, 64 anos, professor).

Três respondentes (10%) não disseram esta pergunta por uma justa causa: não são professores. São os três funcionários de escolas que participaram da pesquisa prestando-nos as suas contribuições: Ares (54 anos), Ajax (54 anos) e Heitor (44 anos).

Um entrevistado (3,5%) respondeu que se tornou professor por “gostar de ensinar e aprender enquanto ensina” (Poseidon, 71 anos, professor) e outro (3,5%), que se tornou professor “pela militância social” (Páris, 42 anos, professor).

(2) *Na sua Trajetória Profissional o que o motivou a filiar-se a Associação?*

Queríamos, neste quesito, fazer o debate em torno da defesa dos interesses coletivos dos docentes. As respostas foram bem variadas. Coincidentemente, apesar das idiossincrasias, treze respondentes (45%) disseram de maneira parecida: que a motivação foi *ajudar a organizar a luta dos trabalhadores*. Para não transcrever as respostas de todos, destacamos algumas: “Sim. Ao saber da existência do sindicato em São Luís e uma representação municipal, me interessei em participar e desenvolver melhor a participação dos outros professores” (Poseidon, 71 anos, professor); “Acreditei no sindicato como forma de luta e crescimento da classe de trabalhadores da educação” (Minerva, 65 anos, professora); “A necessidade de unir a classe de professores tão oprimida pelo poder público” (Aquiles, 64 anos, professor); “Sempre gostei pelos meus direitos, e agora posso lutar pelos direitos de minha categoria profissional” (Afrodite, 50 anos, professora); “Foi para fortalecer o movimento” (Éris, 53 anos, professora).

Dois respondentes (7%), Ares (54 anos) e Hera (60 anos), disseram que entraram pela *invisibilidade dos funcionários da educação e pela busca de uma identidade e melhoria salarial*: “A invisibilidade do Funcionário de Educação, busca pela identidade e melhoria salarial” (Ares, 54 anos, Funcionário da escola); “Sim. Objetivando melhoria de condições de trabalho e salários para o corpo docente” (Hera, 60 anos, professora).

Sete respondentes (24%) tiveram respostas diferenciadas para este quesito: “Sempre acreditei nos sindicatos” (Apolo, 61 anos, professor); “Vontade de mudança, de união frente a tanta falta de respeito ao meio educacional” (Ulisses, 39 anos, professor);

“Sim. Formação no sindicato” (Itília, 54 anos, professora); “atrasos de salários, perseguições políticas” (Gaia, 60 anos, professora); “Sim, a luta pelos não docentes, os funcionários de escola” (Penélope, 46 anos, professora); “Sim. Uma greve” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Sim. O entendimento de organização de classe através do movimento estudantil” (Atena, 53 anos, professora).

Outros sete respondentes (24%), Tétis (71 anos, professora), Ágata (64 anos, professora), Gálata (57 anos, professora), Helena (44 anos, professora), Heitor (44 anos, funcionário), Ajax (54 anos, funcionário) e Íris (48 anos, professora), não apresentaram nenhuma resposta para este quesito.

(3) Como se dava o ingresso no Magistério?

O mais interessante nesta questão é perceber quais as diferentes formas de ingresso na carreira docente. Dos vinte e nove respondentes, 24% disseram que o ingresso na carreira do magistério se dava por “indicação”: “Através de indicação política” (Éris, 53 anos, professora); “Indicação” (Itília, 54 anos, professora); “Pela indicação dos pistolões” (Minerva, 65 anos, professora); “Pistolão político” (Violeta, 49 anos, professora); “Tudo era indicação” (Afrodite, 50 anos, professora). Dentre os quais vale destacar dois depoimentos mais detalhados:

“No caso do interior, às vezes, bastava terminar o ginásio e já tinha um padrinho político indicando para trabalhar como professora leiga pela Prefeitura muitas das vezes recebendo menos que o salário mínimo até terminar ou não o curso normal” (Aquiles, 64 anos, professor).

“Ah isso aí desde o início e o começo geralmente tem os pistolões e como eu não era formada, ainda tinha meu padrinho que era amigo do prefeito e me indicou, eu já estava no terceiro ano do magistério, não tinha o quarto ano naquela época, ele me indicou e logo com os 15 dias fui chamada e comecei a trabalhar na Prefeitura. Depois que me formei, trabalhei e eles assinaram a minha carteira por três anos. Logo depois fui convidada para trabalhar em Buriti dos Vaz, onde permaneci por seis anos. De lá fui para Duque Bacelar, permaneci por treze anos, me casei e vim morar em São Luís, pois meus filhos precisavam de outras escolas melhores, mais adiantadas, pois no interior já sabe. Aqui, em São Luís, já estou a dezoito anos sempre em sala de aula. Já me aposentei de uma matrícula e continuo trabalhando em outra” (Ágata, 64 anos, professora).

As narrativas dispostas na proposição acima pelos respondentes traduzem a forma como se dá o processo de desenvolvimento do Estado do Maranhão principalmente, no que diz respeito a educação, pois como se pode observar nesses depoimentos o Maranhão representa quase que um tipo “único” de dominação tradicional,

onde o jogo político dentro de um quadro mais geral caracterizado pelo clientelismo institui uma dinâmica particular em função da qual o Estado apropriado/ocupado por determinados grupos, chega a estabelecer os limites e os critérios da inclusão ou exclusão dos grupos ou classe no sistema. Cinco respondentes (17%) disseram que ingressaram na carreira através de “concurso público”: “Através de concurso público” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Concurso público” (Páris, 42 anos, professor); “Concurso” (Glauco, 56 anos, professor); “O meu se deu por concurso” (Ulisses, 39 anos, professor); “Fiz concurso e entrei” (Íris, 47 anos). Um dos respondentes (3,5%), Gálata (57 anos, professora) fez a seguinte narrativa:

Os professores eram nomeados interinamente, trazendo grande dúvida a esses profissionais que não sabiam se eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou se eram estatutários, sem contar que todos os seus passos eram controlados pelo governo, assim como o conteúdo a ser ministrado em salas de aulas (Gálata, 57 anos, professora).

Dez respondentes (34,5%) disseram que o ingresso no magistério se dava por “contratação ou nomeação sem concurso público”: “Os funcionários podiam ingressar por contrato ou nomeação sem concurso” (Ares, 54 anos, funcionário); “Contratação/concurso” (Nêmesis, 50 anos, professora). Como as respostas foram muito repetidas, listamos apenas estas duas para as nossas análises.

Cinco respondentes (17%), disseram que se dava por “nomeações e concurso público”: “Através de nomeação e concurso público” (Hera, 66 anos, professora); “Era nomeado direto pelo prefeito municipal, conforme a necessidade do local” (Poseidon, 71 anos, professor); “Nomeações” (Gaia, 60 anos, professora); “Por nomeação sem concurso” (Tétis, 71 anos, professora); “Através de nomeação. No Maranhão aconteceu a partir de 1994 a haver concurso na área da Educação e, mesmo assim, para poucas vagas não suprimindo a necessidade e sempre havendo contratações burlando a lei” (Atena, 54 anos, professor).

Apenas um entrevistado (4%) não respondeu nada sobre este quesito.

Verifica-se, portanto, que os respondentes referem-se a uma prática muito comum na época da Ditadura Militar: o apadrinhamento¹².

¹² O termo “apadrinhamento” aqui se refere a uma prática de vendas de votos e ou favores, típicas a época do coronelismo brasileiro.

Vale lembrar que no Maranhão, a partir do Governo de João Castelo (1979-1982), o ingresso no serviço público estadual, principalmente, no magistério, começa a ser por concurso público de provas e títulos. Lembrando que esses concursos eram em sua maioria para professores com o Curso Normal ou Magistério, visto que as universidades públicas ainda não formavam (e ainda hoje não dão conta) professores suficientes para preencher as vagas docentes do mercado de trabalho.

Dez anos depois, em 1991, a partir da criação do programa de capacitação de docentes (PROCAD) pela Universidade Estadual do Maranhão e a realização de convênios com as Prefeituras Municipais do Maranhão, proporcionou-se a todas (os) que estavam desempenhando atividade de docência de forma precária em umas das redes oficiais de ensino do Município ou do Estado a ingressar na universidade e se habilitar em Licenciatura Plena para exercer o cargo de professor devidamente habilitado(a).

(4) Na sua trajetória profissional existiam mais homens ou mulheres ministrando aula?

Todos os respondentes (100%) disseram que existiam mais mulheres que homens em sala de aula, como muitas respostas foram iguais, transcrevemos as que se posicionaram um pouco diferente: “Na verdade no magistério sempre houve mais mulheres por uma questão histórica e cultural, pois é uma área subvalorizada e por isso com baixa remuneração” (Atena, 54 anos, professora); “Creio que historicamente as mulheres em grande maioria foram preparadas para desempenharem o papel de professora, no entanto, percebe-se, hoje, em grande escala a participação de homens em sala de aula” (Nêmesis, 50 anos, professora); “Sim, cerca de 90% mulheres” (Glauco, 56 anos, professor); “Mais mulheres, entretanto os homens vão ganhando espaço dentro da educação” (Ulisses, 39 anos, professor).

Como se vê nas respostas apresentadas, os homens não se identificavam com a profissão docente, porque o curso que formava professores com habilitação mínima para o exercício da atividade docente era o curso de 2º grau na modalidade Normal, direcionado, principalmente, para as mulheres. Por esta razão, os homens não o frequentavam. Por outro lado, numa visão machista, tinha-se que as mulheres nasceram preparadas para serem professoras; no entanto, os homens atualmente formam um grande

contingente de profissionais, principalmente, com o advento dos cursos técnico a nível de 2º grau.

Como se pode ver na figura 6, as mulheres compõem 81,5% do total de professores da educação básica do país. Em todos os níveis de ensino dessa etapa, com exceção da educação profissional, elas são maioria lecionando. De acordo com dados da Sinopse do Professor da Educação Básica, divulgada pelo MEC (Ministério da Educação) no fim de 2010, existem quase 2 milhões de professores, dos quais mais de 1,6 milhão são do sexo feminino.

Figura 8: Divisão de profissionais da educação por etapa de ensino (FONTE: MEC)

	Homens no magistério	Homens no magistério (%)	Mulheres no magistério	Mulheres no magistério (%)
Educação básica	365.395	18,5%	1.612.583	81,5%
Educação infantil	11.284	3,0%	358.414	97,0%
Creches	2.682	2,1%	124.975	97,9%
Pré-escola	10.054	3,9%	248.171	96,1%
Ensino fundamental (EF)	245.245	17,8%	1.132.238	82,2%
Anos iniciais de EF	66.416	9,2%	655.097	90,8%
Anos finais de EF	207.942	26,5%	575.252	73,5%
Ensino médio	165.784	35,9%	295.758	64,1%
Educação profissional	31.930	54,2%	26.968	45,8%
Educação especial	2.444	7,3%	31.150	92,7%
Educação de jovens e adultos	74.910	28,6%	186.605	71,4%

Estas narrativas nos lembram Lopes (2006), ao se referir ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro: “Embora perdendo *status* de Escola de Educação, o Instituto de Educação consagrou-se com um centro de excelência na preparação do magistério primário e um referencial para todo país” (Lopes, 2006, p. 56). Nas três décadas que se seguiram à sua criação, continuou a atrair moças, em sua grande maioria de classe média,

com perspectiva de continuar seus estudos e abraçar uma das profissões que socialmente mais convinha à mulher, reafirmando a identidade, da profissão ao sexo feminino.

Tema 2 do Questionário: Trajetória do Profissional na Luta Sindical

Neste ponto, procuraremos identificar a consciência de classe dos professores e professoras que constituem o sindicato da educação do Estado do Maranhão, partindo da compreensão de Fernandes (1997) em que as funções construtivas do regime de classes são profundamente afetadas pelo grau de coesão e de continuidade das formações sociais anteriores à emergência e a consolidação do capitalismo.

(1) Qual Era o tratamento dado pelo Governo às reivindicações dos professores no período da Ditadura Militar?

Nessa proposição, queríamos então analisar se havia dificuldades da categoria diante da negativa do poder público em atender às reivindicações e se essa negativa fortalecia ou desestimulava os educadores a se unirem na busca do(s) benefício(s) pleiteado(s).

Dos vinte e nove respondentes, quinze (52%) descreveram esses momentos alegando que “buscava-se um diálogo entre o governo e a categoria”, dentre os quais destacamos os seguintes depoimentos: “através de diálogo entre associação e governo” (Éris, 53 anos, professora); “os governos não queriam, como ainda hoje, ceder a pressão dos sindicatos, mas terminavam cedendo” (Andrômeda, 56 anos, professora); “na luta por melhores condições e trabalho, a categoria sempre teve seu instrumento de luta – o sindicato – para representá-la para negociar com o Governo” (Atena, 54 anos, professora); “negociações, acordos” (Gaia, 60 anos, professora); “através de reuniões ou greves” (Ares, 54 anos, funcionário de escola); “na luta” (Apolo, 61 anos, professor); “o SIMPROESSEMMA já era atuante” (Ulisses, 39 anos, professor); “Eram estabelecidos por Lei Estadual, na época governo de Edison Lobão – 1992” (Nêmesis, 50 anos, professora).

Estas respostas dos respondentes demonstram o quanto os primeiros integrantes do movimento docente buscavam resolver os impasses contra o governo

através do “diálogo”, da conversa, da maneira mais apaziguadora. No entanto, nem sempre os debates transcorriam dessa maneira, como veremos nas respostas a seguir.

Seis respondentes (20%) apresentaram uma resposta contrária à anterior. Disseram que *tudo se resolvia de acordo com os interesses do governo*: “da maneira do governo” (Glauco, 56 anos, professor); “não se resolvia, pelo contrário se acentuavam os conflitos por ausência de vontade política” (Páris, 42 anos, professor); “a classe trabalhadora não recebia ajuda, nem incentivo do governo para melhoria de condições de trabalho, salários, etc.” (Hera, 66 anos, professora); “em se tratando de governo municipal, não havia conflito, aceitava-se numa boa o que o Prefeito dizia. Isto aqui em Balsas-MA” (Poseidon, 71 anos, professor); “houve o governo de Luís Rocha em que os conflitos eram resolvidos com polícia, etc.” (Tétis, 71 anos, professora).

Estes depoimentos trazem um fator interessante, dos seis depoentes, cinco possuem mais de 56 anos de idade, ou seja, conheceram a Ditadura Militar em suas duras penas, desde a sua infância, juventude ao momento em que ingressaram na carreira do magistério e participaram de suas primeiras lutas pela valorização da categoria. Apenas um depoente, Páris (42 anos, professor), manifestou-se contra Ditadura Militar sem ter vivenciado este período da história como docente, pois ingressou na carreira do magistério no ano 1994, nove anos após o fim da ditadura militar no Brasil. Notamos que o que seria um “erro” metodológico, que cometemos no decorrer da coleta de dados, visto que Páris não ingressou na carreira do magistério nos anos 70 e 80, trouxe-nos uma resposta surpreendente: apesar disso, o seu depoimento é contrário às ações da ditadura em relação à categoria, o que nos faz entender que as influências do contexto histórico na infância e adolescência podem afetar a construção ideológica do indivíduo.

Quatro respondentes (14%) disseram que não participaram deste momento, portanto, preferiam não responder a pergunta: Gálata (57 anos, professora), Heitor (44 anos, funcionário de escola), Helena (44 anos, professora) e Íris (48 anos, professora); e outros quatro respondentes (14%) deixaram a resposta em branco: Penélope (46 anos, professora), Reia (45 anos, professora), Ajax (54 anos, funcionário de escola) e Itília (54 anos, professora), provavelmente, deixaram o quesito em branco porque não sabiam o que responder uma vez que não participaram do período forte da Ditadura Militar, dentre este quatro últimos respondentes, Ajax foi o ingressante mais antigo da carreira, entrou em 1980, por outro lado, foi o que mais demorou para se sindicalizar, pois levou 21 anos

para fazê-lo. Reia ingressou na carreira em 1985, Itília em 1986 e Penélope em 1994, ou seja, quando estas três respondentes ingressaram na profissão já havia cessado o Governo da Ditadura Militar e reiniciado a Democracia.

É interessante notar que sete desses oito respondentes ingressaram na carreira do magistério após o fim da Ditadura Militar, exceto a Gálata que ingressou em 1980. Aqueles de fato, não teriam experiências próprias da docência na época da Ditadura, portanto, tudo que fossem alegar, seria a partir do que ouviram dos *outros*¹³, como fez Páris. No entanto, Gálata ingressou em um período terminal da Ditadura, mesmo assim respondeu que “Não participava ainda da luta sindical”, o que nos mostra que mesmo já havendo as associações de professores, nem todos tinham uma participação nestas, ou porque as desconheciam, ou porque tinham medo de participar. Respostas como estas se coadunam com o que alegamos na página 125 desta tese ao analisarmos os dados apresentados nos gráficos das figuras 3, 4 e 5.

Talvez aqui tenhamos incorrido em mais um “erro” metodológico nesta pesquisa, pois o questionário aplicado fechou bastante o prisma de respostas dos respondentes, que com certeza teriam mais a informar sobre as circunstâncias em que apresentaram estas respostas. Todavia, o interregno entre a coleta e a análise dos dados foi prejudicial para que pudéssemos retornar aos respondentes e preencher estas lacunas.

A participação dos docentes nos movimentos está diretamente relacionada à influência que o Governo exercia sobre a categoria. Os depoimentos apresentados são importantíssimos para percebermos como o poder político exercido pelo Governo da época era opressor e contrário ao princípio da publicidade, ou seja, poucos sabiam como eram distribuídas as riquezas do país, qual deveria ser o salário do professor, de onde sairia esse salário, como estes salários seriam reajustados, enfim, os seus reais direitos enquanto profissionais da educação.

(2) Você já havia participado de algum movimento sindical ou político?

A ideia desse item era averiguar a participação do professor ou da professora não só nos movimentos sindicais, mas também na militância partidária, nos movimentos

¹³ É importante frisar que “outros” aqui se referem àqueles docentes que ingressaram na carreira do magistério à época da Ditadura e puderam compartilhar com os mais jovens as suas experiências.

estudantis, vislumbrando uma panorâmica da qualidade, intensidade e da interferência na participação das lutas do trabalhador da educação. E obtivemos os seguintes depoimentos.

Dos vinte e nove respondentes, quinze (52%) disseram que “sim”, dentre os quais destacamos: “Sim, sempre fui ativista do movimento social. Iniciei no movimento comunitário, depois estudantil e até hoje partidário” (Páris, 42, professor); “Sindical não. Político sim. A política é parte integrante na vida social do indivíduo. Sou educadora, formadora de opiniões, acho importante participar das decisões que dão rumo ao nosso povo, por isso estou sempre participando SOS movimentos” (Gálata, 57 anos, professora); “Sim. Iniciei na Igreja Católica” (Glaucos, 56 anos, professor); “Sim. Participação com palestras, reuniões e cursos” (Hera, 66 anos, professora); “Político e sindical. Acredito que de forma organizada o indivíduo poderá exercer a cidadania e a consciência política; somente com a inserção na luta propriamente dita é que se pode vislumbrar uma sociedade mais justa e igualitária” (Nêmesis, 50 anos, professora); “Sim, de movimentos estudantis como DAE e DCE” (Ulisses, 39 anos, professor); “Sim, eleições para prefeito e no sindicato dos trabalhadores rurais” (Gaia, 60 anos, professora); “Todos os movimentos grevistas da categoria nos anos 80 e 90” (Apolo, 61 anos, professor).

Onze dos respondentes (38%) disseram que não participaram de nenhum movimento sindical ou político: “Não, apenas questionava o baixo salário dos funcionários que caía a cada ano” (Ares, 54 anos, funcionário de escola); “Não” (Tétis, 71 anos, professora); “Sim, o saber do sindicato em São Luís, e uma representação municipal, me interessei em participar e desenvolver melhor a participação dos outros professores” (Poseidon, 71 anos, professor); “Não” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Não” (Penélope, 46 anos, professora). Deste grupo, destacamos a fala de Itília (54 anos, professora):

Nunca me envolvi com política partidária, não me identifico com esse tipo de política que se baseia na mentira, que não cumprem o que falam no palanque, sempre estão usando a educação e a saúde como degrau para ascensão ao parlamento depois esquece todas as promessas feitas a educação e a saúde, em quase todas as campanhas políticas há denúncias da compra de votos e raramente se vê um candidato ser punido por tal prática, os candidatos que são denunciados e conseguem se eleger depois de eleito fazem pouco dos eleitores, é vergonhosa essa forma de fazer política diz o entrevistado(a) (Itília, 54 anos, professora).

Três respondentes (10%) se abstiveram de responder a questão. Ou seja, 48% dos nossos respondentes não participaram nenhum movimento sindical ou político durante a sua trajetória profissional. Se a nossa base sindical é constituída mais ou menos de 22 mil professores, podemos imaginar o tamanho dessa massa sem formação política e conseqüentemente os grandes prejuízos à nação. Pois, votar por votar num seguimento organizado da sociedade – que uma vez eleito – decide através de aprovação ou não de leis, as condições de trabalho não só dos professores, mas de todos os trabalhadores brasileiros até a sua aposentadoria.

(3) O que levou você a ingressar no movimento sindical docente?

Nessa proposição pretendíamos analisar o grau de consciência do professor e funcionários na organização da categoria. Vinte e três respondentes (80%) relataram que ingressaram no movimento sindical docente *para fortalecer a luta*, entre os quais destacamos: “Necessidade de fortalecimento da luta organizada em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação” (Nêmesis, 50 anos, professora); “Sim, a invisibilidade do funcionário da educação, busca pela identidade e melhoria salarial” (Ares, 54 anos, funcionário de escola); “Atrasos de salários e perseguições políticas” (Gaia, 60 anos, professora); “Vontade de mudança, de união frente a tanta falta de respeito ao meio educacional” (Ulisses, 39 anos, professor); “Sim, ao saber da existência do sindicato em São Luís e uma representação municipal, me interessei em participar e desenvolver melhor a participação dos outros professores” (Poseidon, 71 anos, professor); “Sim fortalecer a luta do sindicato” (Gálata, 57 anos, professora); “sim, a formação no próprio sindicato” (Itília, 54 anos, professora); “Sim, a falta de organização do sindicato em nossa região” (Glauco, 56 anos, professor); “Sempre acreditei nos sindicatos” (Apolo, 61 anos, professor); “Sim. Objetivando a melhoria das condições de trabalho e salário para o corpo docente” (Hera, 66 anos, professora); “A necessidade de organizar a luta dos trabalhadores” (Páris, 40 anos, professor); “Sim. Para fortalecer o movimento” (Éris, 53 anos, professora); “Sim, uma greve” (Andrômeda, 56 anos, professora). Neste grupo de depoentes, vale destacar o depoimento de Ares (54 anos, funcionário de escola) que respondeu o quesito com detalhamento mais espontâneo:

“Depois de ter participado de várias reuniões de conscientização da necessidade do sindicato para um seguimento de trabalhadores ou para uma

categoria, onde tinha como objetivo puxar o seguimento de Funcionários da Educação (vigilantes, agente de portaria, agentes administrativos, operacional de serviços diversos e outros) para fazer parte do sindicato dos trabalhadores da educação e buscar os seus representantes” (Ares, 54 anos, funcionário de escola)

Este quesito nos traz um contraponto bem polêmico, visto que ficou evidente uma contradição entre os discursos de alguns respondentes e as posições que adotaram mediante a existência da associação (APEMA), pois como se nota nos argumentos de alguns, apesar dos discursos inspiradores em suas respostas, demoraram muitos anos para se sindicalizar: Nêmesis (18 anos), Itília (16 anos), Ares (13 anos), Poseidon (8 anos), Éris (7 anos), Páris (6 anos), ao passo que poucos ingressaram na associação ou sindicato em um tempo de 1 ou 2 anos de profissão (Apolo e Reia, por exemplo)

Todavia, apesar destas contradições, não se pode negar que houve um trabalho pedagógico (lento, mas eficaz) de conscientização dos trabalhadores da educação para que participassem ativamente das lutas da categoria, que aos poucos foram se filiando à associação (APEMA). Muitas destas filiações ocorreram depois de 1985, como já dissemos nas páginas 125 e 134 desta tese, retomada da democracia republicana brasileira, após queda da Ditadura Militar.

Vê-se no depoimento de Ares e na percentagem do grupo que apresentou respostas parecidas (80%) a importância das reuniões realizadas pelas associações (APEM e APEMA), na constituição de um grupo sólido e coeso para reivindicações dos interesses da categoria docente no Maranhão, principalmente, na capital São Luís. Esta percentagem demonstra ainda a importância do papel de conscientização da categoria, que se concretiza com o ingresso de boa parte dos seus participantes a partir das reuniões realizadas.

Apenas seis respondentes (20%) disseram “não” em relação a este quesito, mas depreendemos que pelo menos cinco desses “nãos” foram resultado da pressa em terminar o questionário, muito mais do que a inexistência de uma resposta de fato para a questão. Nas demais questões estes respondentes também foram bastante sucintos, o que nos leva a acreditar que o critério tempo foi um grande rival para o melhor aproveitamento do nosso instrumento de coleta de dados.

(4) Como era estabelecido o salário daquela época?

Nesse item, procuramos analisar quais as dificuldades que os educadores passaram para conquistar e garantir o seu salário como profissionais da educação.

Dez respondentes (35%) disseram que *a base do salário era o salário-mínimo*, entre os quais destacamos: “A base sempre foi o salário-mínimo” (Ares, 54 anos, funcionário de escola); “Inflação, referencial da cesta básica” (Gaia, 60 anos, professora); “No salário mínimo” (Glauco, 56 anos, professora); “Salário mínimo” (Itília, 54 anos, professora); “Com a lei do salário-mínimo” (Gálata, 57 anos, professora).

Outros dez respondentes (35%) disseram *que o governo determinava o salário*: “Na vontade política dos governos” (Apolo, 61 anos, professor); “Dependia da vontade dos governantes” (Hera, 66 anos, professora); “Dependia da vontade dos governantes” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Não havia base. O Prefeito falava que recebia o fundo de participação somente, por isso não pagava o salário mínimo, pagava o tanto que podia naquele mês” (Poseidon, 71 anos, professor).

Um entrevistado (4%) respondeu que “se dava pelo estatuto do magistério” (Páris, 42 anos, professor); quatro respondentes (13%) não disseram a questão com coerência, isto é, parecem não ter entendido a pergunta; e quatro respondentes (13%) não disseram ao quesito.

Pelos resultados, percebemos que muitos docentes ainda não têm consciência da responsabilidade que lhes é iminente em relação à luta por melhorias salariais, direitos constitucionais e estatucionais que devem ser cumpridos pelos governos, independente de quem ocupe a cadeira de governante.

Nesse contexto, podemos observar que pouco mudou no que diz respeito à valorização e às condições de trabalho para os educadores, mas podemos observar também que ainda há muito a ser feito na defesa dos direitos coletivos e consequentemente na conscientização e amadurecimento da identidade docente.

Tema 3 do Questionário: Trajetória do profissional na Condição de Sindicalizado

O objetivo era identificar se os sindicalizados faziam distinção entre sindicato e sindicalismo, pois, deve-se ressaltar que o sindicato é o órgão representativo da classe trabalhadora, regido pelo Estado e o sindicalismo tem como ponto fundamental uma

ideologia política de controle e domínio social, oriundos do sistema capitalista. Portanto sindicalismo e sindicato são dois conceitos distintos, mas necessariamente consistentes entre si. Na prática, esses conceitos influenciam-se mutuamente, contudo sem fazer com que as dissonâncias desapareçam por completo.

(1) Como era ser sindicalizado naquela época?

Neste quesito tivemos muitas respostas diferenciadas, principalmente, porque todos se direcionaram a responder sobre a sindicalização na época da Ditadura Militar. São respostas que ratificam as afirmações que fizemos na página 125 e 134 desta tese sobre o medo que os profissionais da educação tinham de se sindicalizar. Quinze respondentes (52%) disseram que *eram tratados como baderneiros*: “Como baderneiro” (Éris, 53 anos, professora); “Uma pessoa contra o governo” (Gaia, 60 anos, professora); “Era visto com antipatia, inclusive pelos próprios companheiros ou como pessoas que recebiam vantagens por causa dos cargos de confiança, como Diretor de escola” (Poseidon, 71 anos, professor); “Como membro de um órgão de perseguição do governo” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Com maus olhos pelos governistas” (Hera, 66 anos, professora); “Era ser encenqueiro” (Apolo, 61 anos, professor). Dentre eles, destacou-se a resposta de Atena: “Éramos conhecidos como baderneiras, pessoas que ganham dinheiro sem trabalhar, dar aula não cansa ninguém, é um bando de preguiçoso que não quer dar aula e ainda atrapalha o estudo dos alunos” (Atena, 54 anos, professora).

Quatro respondentes (14%) disseram que *se viam como verdadeiros defensores de direitos*, dentre os quais destacamos: “Nós somos defensores de direitos, lutados por uma categoria de profissionais sofridos e que precisam de representação” (Páris, 42 anos, professor); “Como um trabalhador que tinha uma representação que lhe desse segurança capaz de defender os seus direitos” (Gálata, 57 anos, professora).

Quatro respondentes (14%) disseram que era uma situação “normal” e nada mais: Itília (54 anos, professora), Glauco (54 anos, professor), Ajax (54 anos, funcionário de escola) e Heitor (44 anos, funcionário de escola).

Seis respondentes (20%) disseram que os sindicalizados eram vistos como pessoas *passivas*: “Eu diria que um tanto passivo, sem finalidade de trazer a consciência coletiva da luta” (Nêmesis, 50 anos, professora); “passivamente” (Tétis, 71 anos,

professora); “com muita passividade, falta lutar muito mais” (Penélope, 46 anos, professora); “Por muitos, éramos vistos como passivos” (Íris, 48 anos, professora).

(2) *Qual a influência dos Partidos Políticos na direção dos sindicatos ou nos movimentos sindicais?*

Seis respondentes (20%) disseram que *o governo cooptava membros do sindicato* para atenderem aos seus interesses, dentre os quais destacamos: “Sim. Do governo” (Glauco, 56 anos, professor); “Do governo sempre cooptando membros do sindicato para manipular as decisões” (Itília, 54 anos, professora); “Sim, os políticos tinham os seus apadrinhados” (Tétis, 71 anos, professora).

Doze respondentes (42%) disseram que *recebiam fortes influências dos partidos de esquerda da época*, dentre os quais destacamos: “O PDT era um conrrente forte, junto com o PT e o PCdoB” (Ulisses, 39 anos, professor); “Sim. Os partidos de esquerda” (Penélope, 46 anos, professora); “Sim. A influência do Partido dos Trabalhadores” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Sim. Houve a participação do PT – Partido dos Trabalhadores” (Hera, 66 anos, professora); “Sim. PT, PSB, PCdoB e outros” (Apolo, 61 anos, professor); “Sim, havia a interferência de vários partidos políticos, de esquerda e de direita também” (Páris, 42 anos, professor); dentre os depoimentos deste grupo, dois nos chamaram a atenção:

As pessoas têm em si conhecimento e se agrupam de acordo com o posicionamento político e sociedade que defendem. Eu, por exemplo, sou filiada desde a fundação do Partido dos Trabalhadores. Já fui dirigente sindical e partidária, enfim já exerci vários papéis na vida funcional e política e sindical. Valeu a pena! É uma experiência muito rica para a formação humana (Atena, 54 anos, professora).

Compreendo que sempre há influência de correntes políticas no movimento sindical; vejo isso com naturalidade, no entanto, tenho memória que havia um distanciamento entre ser político ou politizado e o movimento sindical, parece que havia uma barreira muito grande em trazer a discussão política para a instância sindical (Nêmesis, 50 anos, professora).

No geral, vemos uma consciência política já bem atuante nos participantes das antigas associações que mais tarde se transformariam no SINPROESEMMA.

Onze respondentes (38%) disseram que *não participaram, não perceberam ou acham que o sindicato não sofreu nenhum tipo de influência política*: “Existiam

comentários sobre isso” (Éris, 53 anos, professora); “Não percebi” (Poseidon, 71 anos, professor); “Não identifiquei naquela época, mas acredito que tinha sim, só que era camuflada” (Ares, 54 anos, funcionário de escola); “Não” (Gaia, 60 anos, professora).

(3) *Qual foi sua expectativa na transformação da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) em Sindicato?*

Neste quesito, tivemos somente dois tipos de respostas dos nossos respondentes, uma relacionada aos que vivenciaram o período, destacando-se os depoimentos dos mais antigos que participaram dessas transformações; outra dos que chegaram depois da criação do SINPROESEMMA.

Assim, nove respondentes (31%) disseram que *não vivenciaram este momento*: “Nenhuma, apenas que sigla abrange os trabalhadores da educação, como um todo que fortaleceu o movimento” (Éris, 53 anos, professora); “Não era associada” (Gálata, 57 anos, professora); “Não vivenciei este momento no sindicato” (Páris, 42 anos, professor); “Não vi essa transformação porque já era SINPROESEMMA” (Ulisses, 39 anos, professor); “Não participei” (Itília, 54 anos, professora).

Por outro lado, vinte respondentes (69%) disseram que *a transformação das associações de professores em sindicato trouxe grandes mudanças na luta pelos direitos dos profissionais da educação*, dentre os quais destacamos: “Muito boa, a partir daí a classe passou a ter legalmente seus representantes (luta de classe)” (Glauco, 56 anos, professor); “Um avanço, uma grande mudança, uma instituição que tinha um compromisso não só com os docentes, mas também com os demais trabalhadores da educação, porém, mais atuante que as associações” (Gaia, 60 anos, professora); “Antes era mais festividade e honra do título vocacional. O sindicato trouxe mais consciência de direitos trabalhistas e classe organizada para lutar pelos direitos” (Poseidon, 71 anos, professor); “Foi boa, porque o sindicato é mais amplo, representativo e dinâmico” (Ares, 54 anos, funcionário de escola); “Ter um instrumento de luta de classe cada vez mais forte em defesa dos direitos da categoria” (Atena, 54 anos, professora); “Foi um salto quântico, saímos da condição de associação para sindicato” (Apolo, 61 anos, professor); “A melhor possível, uma vez que havendo grupo que luta em prol da maioria, na busca de melhores condições de trabalho para os professores, deve-se vislumbrar êxito nesta busca” (Hera, 66 anos, professora); “A expectativa é que com a transformação pudéssemos ficar mais

fortes, ter um líder mais comprometido” (Andrômeda, 56 anos, professora); “Foi ótimo, agora o sindicato é de todos os trabalhadores da Educação do Maranhão” (Penélope, 46 anos, professora); “Que melhorasse, que atuasse em prol dos professores” (Tétis, 71 anos, professora). Além dos depoimentos citados acima, vale destacar o de Nêmesis:

Acompanhei só através de relato a história da Associação (APEMA). Na minha opinião, embora com muito esforço e espírito aguerrido dos professores, a atuação e o confronto eram muito tímidos; transparecia mais o caráter consultivo com objetivo de auxiliar os professores a terem um mínimo de organização e em como se defenderem em instância jurídica; porém quando da transformação em Sindicato (SINPROESEMMA) pude observar novo fôlego na luta pela melhoria das condições do trabalho, da remuneração dos profissionais, das relações entre Gestão pública e à defesa da classe, entre outras atividades, inclusive o debate político, importante para situar o trabalhador na conjuntura e realidade vivenciada, principalmente, a partir de 2000 (Nêmesis, 50 anos, professora).

Esta percentagem (69% dos respondentes) demonstra a importância da transformação das associações de professores em sindicato, ressalta o quanto o SINPROESEMMA exerceu um papel fundamental na luta pelos direitos dos professores desde a sua criação.

4.3 Memória e Identidade Sindical dos membros do SINPROESEMMA: considerações finais

Ao finalizar este trabalho sobre a memória e a identidade do SINPROESEMMA temos ainda a sensação de incompletude, de que há ainda muito para se pesquisar e reconstruir dessa entidade sindical, responsável pela organização e defesa dos trabalhadores em educação no Estado do Maranhão.

É importante registrar também que no decorrer deste trabalho uma das principais dificuldades encontradas foram as distâncias entre a sede administrativa São Luís do Maranhão (onde eu resido) e alguns municípios (onde residem os respondentes dos questionários). Esta distância dificultou o feedback de algumas informações das entrevistas, que, como já dissemos no capítulo anterior, foram entraves para compreensão de algumas situações específicas da gênese do SINPROESEMMA, mas que não impediram de realizarmos a nossa investigação.

Outro problema encontrado foi a pouca vontade de alguns professores quando solicitado a responder o questionário, justificável pela profissão que não nos oferece

tempo disponível, por isso, muitos argumentavam sempre a falta de tempo, que muito trabalho a realizar, que fariam mais tarde e assim por diante. Mesmo com essas dificuldades, agradecemos aos professores cheios de boa vontade em contribuir com suas narrativas através dos questionários para a construção da memória, e da identidade do SINPROESEMMA.

Durante a elaboração desse trabalho, observamos que estávamos diante de um conjunto intrincado de práticas, representações e discursos que vão desvelando no decorrer do processo, uma multiplicidade de facetas novas, imprevistas e enigmáticas dentro e fora dessa entidade complexa e desafiante, mostrando o quanto elas são importantes na construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA.

Vale lembrar que é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como nos dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele reciprocamente, somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Halbwachs 2006, p. 34). Assim, a memória pode evocar uma ideologia grupal, ou até mesmo, um conjunto de imagens que podem ajudar a constituir uma identidade específica.

Assim, acreditamos que o tema abordado proporcionou reconhecimento aos pioneiros da luta sindical nos tempos em que a Ditadura Militar sucumbia qualquer movimento de defesa dos trabalhadores. Nesse campo de batalha desigual eles resistiam, e dessa resistência que surge esta contribuição para a construção de um banco de dados sobre a história dos educadores no Brasil e no Estado do Maranhão.

Consciente da complexidade da empreitada em que nós havíamos nos envolvido, delineando peça por peça a memória e a identidade do SINPROESEMMA, considerando os relatos dos respondentes e outras fontes documentais, levando em conta que o sindicalismo não é apenas o resultado de processos econômicos e tecnológicos, mas também de componente vinculado a outros sistemas políticos, cultural e ao fenômeno de massa. Nesse aspecto, pudemos observar dois grandes momentos dessa organização: o primeiro como Associação e o segundo como Sindicato; estes sempre tiveram como preocupação primordial a organização dos trabalhadores da educação de forma recreativa nos momentos de grande repressão e incerteza. Lembremos que já falamos disso nos

capítulos anteriores, as associações foram criadas com fins recreativos. Era nesses momentos recreativos que eram traçadas suas pautas de reivindicações e sua estratégia de luta, pois, era o momento em que um grupo de pessoas reunidas não despertava suspeitas às forças repressoras.

Ao perscrutar a história do SINPROESEMMA, vimo-nos em situações nas quais precisávamos revisitar as relações do sindicalismo com os partidos no poder, como, nas lições de Rodrigues (2000, p. 46): “partidos de esquerda tendem a promover legislações que favorecem os sindicatos; partidos de direita tendem a baixar leis que reduzem o poder sindical”. Quando se trata do SINPROESEMMA, constatou-se claramente que nos 70 e 80, a instituição era mais associação do que sindicato e distanciava-se diretamente das relações com os partidos, fossem de direita, fossem de esquerda. No entanto, como dizia Aristóteles, o homem é um ser político, por conseguinte, uma vez que as associações são compostas por homens ficava muito difícil desvencilhar-se das conjecturas políticas do poder público da época; mais especificamente, a Ditadura Militar.

Apesar de não se encontrarem diretamente vinculadas a partidos políticos, as associações em alguns momentos no seu quadro de associados tiveram como integrantes parlamentares e pessoas influentes junto ao poder executivo. Estes serviam de intermediários nas relações entre os professores e o poder público, como havíamos citado, no capítulo terceiro sobre a contribuição participava do Deputado Mario José Carneiro, que na época era Vice-Presidente da APEMA e fez uso da palavra durante uma das sessões da associação para explicar sua atuação na Assembleia Legislativa em favor dos professores.

Daí a importância da pesquisa de campo que realizamos com os professores que participaram do nascimento dessas associações nos anos 70 e 80 e acompanharam (ora como participantes associados, ora como docentes simplesmente) a transformação destas entidades em sindicatos com a restauração da democracia, nos anos 80. Foi através dos dados coletados que pudemos compreender melhor o engajamento político dos associados com as questões da categoria e suas relações com o poder público da época.

Nesse contexto, a pesquisa desnudou-nos um cenário em que professores (associados ou não) participaram da construção da memória e da identidade do

SINPROESEMMA, quando este ainda era as nascentes APEM e APEMA. Com isso, acreditamos ter oferecido à comunidade acadêmica uma fonte de pesquisa que possa de alguma maneira colaborar com a construção do conhecimento científico em relação ao sindicalismo brasileiro, mais especificamente, a memória e identidade do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Municipais e Estadual do Maranhão/SINPROESEMMA. Mesmo diante da grande repressão e muitas incertezas, mas também vislumbrando um futuro de esperança por dias melhores a Associação toma uma série de iniciativas para crescer, tornar-se visível e ativa.

Ao iniciarmos esta pesquisa, um dos nossos objetivos era suprir uma necessidade com a qual nos deparamos: a ausência de publicações literárias sobre o tema, impossibilitando à sociedade docente, estudantil e aqueles que se interessam pelo sindicalismo de um modo geral acesso a esse conhecimento. Tudo que se conhecia sobre o SINPROESEMMA era proveniente da história oral, narrativas que eram passadas de professor a professor, associado a associado, pois, não havia possibilidade da criação de sindicato naquela época para funcionário público.

A Ditadura Militar foi um período de muita repressão e incerteza para os trabalhadores brasileiros não sendo diferente para os professores. Nesse aspecto, os profissionais da educação, de um lado, eram oprimidos pela ideologia do neoliberalismo na sua forma mais brutal, pois se encontrava apoiado pelas forças reacionárias do militarismo; e, do outro, pelo cerceamento da liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores (aqui entendido funcionário público) imposto pelo regime ditatorial dos governos militares.

Mas, mesmo sob forte pressão da Ditadura Militar, os professores lutaram por seus direitos e realizaram grandes conquistas em suas lutas sindicais. Tal afirmação pode ser comprovada pela questão 3 do Tema 3 do questionário, na qual 69% dos participantes da pesquisa responderam que *a transformação das associações de professores em sindicato trouxe grandes mudanças na luta pelos direitos dos profissionais da educação*, ou ainda, pela questão 3 do Tema 2 do questionário, na qual 80% dos participantes ressaltaram a importância das reuniões realizadas pelas associações (APEM e APEMA), na constituição de um grupo sólido e coeso para reivindicações dos interesses da categoria docente no Maranhão, principalmente, na capital São Luís.

Na questão 4 do Tema 2 do questionário, ao perguntarmos aos participantes como era estabelecido o salário da época, percebemos que muitos docentes ainda não tinham consciência da responsabilidade que lhes era iminente em relação à luta por melhorias salariais, direitos constitucionais e estatucionais que devem ser cumpridos pelos governos. Na questão 2 do Tema 1, ao perguntarmos os motivos para os participantes da pesquisa se afiliarem ao sindicato, 45% responderam que foi para “ajudar a organizar a luta dos trabalhadores”.

Por fim, a consolidação da memória e da identidade do SINPROESEMMA foi resultado de um embate discursivo entre as primeiras Associações (APEM e APEMA) representativas da classe dos trabalhadores da educação no Maranhão e os Governos estaduais e municipais, vigentes no período pesquisado (1970-2005), e um lento e progressivo processo de conscientização da classe dos trabalhadores da educação contra as ações opressoras do Governo.

Foi nesse contexto de contradição e de incertezas que se exigiu uma educação de qualidade e em contrapartida impedia-se a organização dos professores e consequentemente a desvalorização dos mesmos, que ligados, direta ou indiretamente, à associação de professores, deram início à construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA.

Enfim, esperamos que as informações prestadas nesta pesquisa possam de fato atingir o objetivo maior: servir como mais uma fonte informativa escrita (e virtual) sobre a memória e identidade do SINPROESEMMA.

CONCLUSÃO

Após a análise dos dados da pesquisa, percebe-se que a memória coletiva do SINPROESEMMA, se caracteriza pelo surgimento de uma instituição (antes associação, hoje sindicato) que se dedica a organização e luta em defesa dos direitos dos trabalhadores em educação no Estado do Maranhão-Brasil, ainda que tenha sua gênese uma luta mais política, por melhores salários e condições de trabalho da categoria exerce um papel essencial na representação, política e social dos educadores do Maranhão. Reconhecemos que neste processo de luta política, pouco o SINPROESEMMA pode fazer para intervir nas questões diretamente relacionadas as diretrizes educacionais implementadas pelos governos.

Por outro lado, é indiscutível a importância desse trabalho no resgate das lembranças daqueles que se colocaram à disposição para contribuir através do preenchimento dos questionários para a construção da Memória e da Identidade do SINPROESEMMA. Também é indiscutível a importância do mesmo como parâmetro de avaliação nos avanços e retrocessos das conquistas, pontos de conflitos dentro e fora da instituição que por ventura tenha impedido ou que continua a impedir avanço na melhoria das condições de trabalho e consequentemente avanços de uma educação de melhor qualidade.

Queremos assim oferecer elementos que possam contribuir para a reflexão acerca dos questionamentos suscitados, para avaliar aspectos positivos e negativos sobre a Memória e a Identidade do SINPROESEMMA, e sua atuação desde a origem até os dias atuais.

O objetivo desta pesquisa foi contribuir para a identificação dos elementos constituintes da memória e da identidade do “Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Municipais e Estadual do Maranhão – SINPROESEMMA”, a partir de sua origem e das suas transformações, do seu papel e da sua função no contexto do processo histórico da luta dos trabalhadores do ensino público das redes municipais e estadual do Estado do Maranhão-Brasil.

A escolha do tema se deu a partir da experiência deste doutorando como militante sindical do SINPROESEMMA, anteriormente Associação dos Professores do

Município de São Luís/Brasil (APEM), na qual ingressamos como Secretário em 1981. Assim, buscamos construir a história desta instituição, desde o seu surgimento como associação à sua ascensão como sindicato. Pretendia-se assim contribuir com um registro escrito deste movimento de organização de trabalhadores para toda a comunidade sindical e outros segmentos da sociedade. A pesquisa justifica-se pelas escassas publicações literárias sobre o tema, impossibilitando à sociedade docente, estudantil e aqueles que se interessam pelo sindicalismo de um modo geral, acesso a esse conhecimento. Daí o nosso interesse pelo tema e a proposição dos objetivos desta investigação.

Mesmo diante as dificuldades encontradas no terreno, a pesquisa alcançou parcialmente os resultados pretendidos, os quais apresentaremos sucintamente nesta conclusão, a começar pelo tema abordado no primeiro capítulo: a memória e a identidade do SINPROESEMMA, no qual fizemos uma construção teórica dos conceitos de identidade docente, formação profissional, os conceitos de memória e memória coletiva, além das noções de associativismo liberal.

No segundo capítulo, trilhamos um breve histórico da estrutura sindical no Brasil, destacando dois períodos, um antes da Constituição de 1988 e outro após a Carta Magna, denominado Novo Sindicalismo. Para esta tarefa contamos com autores como Silva (2003), Antunes (1988), Durans (2008), Lima (2001), Manfredi (2002), Abramides e Cabral (1995), Monlevade (2000), Romanelli (2003), Rodrigues (1993),

No terceiro capítulo, abordamos a origem do SINPROESEMMA desde seu nascimento enquanto associação de professores (APEMA-Associação de Professores do Estado do Maranhão), explicitando a razão porque se fundou uma associação e não um sindicato, sua organização, atuação e transformação em sindicato duas décadas depois. A associação proporcionou reconhecimento aos pioneiros da luta sindical nos tempos em que a Ditadura Militar sucumbia qualquer movimento de defesa dos trabalhadores. Nesse campo de batalha desigual eles resistiam, e dessa resistência que surge esta contribuição para a construção de um banco de dados sobre a história dos educadores no Brasil e particularmente no Estado do Maranhão.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos a nossa pesquisa de campo, com intuito de indagar sobre a memória e identidade do SINPROESEMMA, apresentando os resultados da investigação e as nossas conclusões.

Como já dissemos nos primeiros capítulos da tese, o objetivo era oferecer elementos que possam contribuir na construção da memória e da identidade do SINPROESEMMA desde a sua origem até os dias atuais, desvelado, a partir de seus elementos concretos, o valor de sua existência no meio social.

Se como referenciou Nóvoa (1992), na construção da identidade docente encontramos três dimensões fundamentais: o desenvolvimento pessoal, que se refere aos processos de construção de vida do professor; o desenvolvimento profissional, que diz respeito aos aspectos da profissionalização docente; e o desenvolvimento institucional, que se refere aos investimentos da instituição para obtenção de seus objetivos educacionais, os dados coletados e apresentados no quarto capítulo trazem realidades dentro dessas três dimensões, mas de modo menos compartimentalizado, pois nos é narrado do modo como foi vivenciado pelos próprios agentes sociais parte do universo estudado.

Estes dados nos permitem fazer aqui um registo memorial e assim contribuir com conhecimento mais detalhado para a identificação da memória identidade do SINPROESEMMA. As respostas às questões que abordam vivências anteriores à criação dos SINPROESEMMA (ou associações que o antecederam) mostram-nos uma memória fortemente marcada pela precariedade da formação para o exercício da profissão (só em 1991 se criou o programa de capacitação de docentes – PROCAD, pela Universidade Estadual do Maranhão), a que se alia a arbitrariedade por parte dos poderes públicos a que a categoria profissional estava sujeita.

Assim, as memórias recolhidas narram frequentemente uma entrada na profissão como recurso económico fácil no contexto de um tempo e de um Estado em que o acesso ao avanço social e económico poderia ser conseguido pela via do magistério que na época necessitava poucas habilitações formais; tal espelha-se numa auto-identidade da categoria pouco valorizada – o que se reflete na extremada feminização da profissão. As memórias recolhidas narram também entradas na profissão mercê apadrinhamentos, nomeadamente durante o período da Ditadura Militar. Na realidade, só em finais dos anos 70 é que o ingresso no serviço público estadual Maranhense, principalmente, no magistério, começa a ser por concurso público de provas e títulos.

Essa precariedade na formação para a profissão aliada à arbitrariedade dos poderes públicos sobre a categoria, teve como resultado uma identidade docente que se via como desrespeitada e desconsiderada na sua função por aqueles que ela não pertence. Este elemento de identidade docente como identidade socialmente desqualificada por parte dos poderes públicos (e convém não esquecer que a maioria dos elementos na profissão eram do sexo feminino, que é recorrentemente uma identidade subalterna por comparação com a identidade masculina) tornou-se assim factor potenciador da agregação em associação e mais tarde em sindicato de modo a lutar por uma melhoria das condições da categoria.

Outro ponto de destaque na pesquisa refere-se à questão 3 do Tema 2 do questionário, na qual 80% dos participantes ressaltaram a importância das reuniões realizadas pelas associações (APEM e APEMA), na constituição de um grupo sólido e coeso para reivindicações dos interesses da categoria docente no Maranhão, principalmente, na capital São Luís. Ainda que a associação nasça sob o signo de recreativa e beneficente, além do seu carácter beneficente também tinha carácter formador em parceria com o governo para fazer capacitação e a formação dos professores e especialistas, como já discutido no terceiro capítulo, página 94. Assim, outra característica a relevar dos dados recolhidos é que a memória coletiva do SINPROESEMMA não está limitada à existência real desta instituição, abarcando também os tempos e os eventos das associações que o precederam.

Na segunda questão do Tema 1 do questionário, sete entrevistados (24%) deram respostas diversas quando questionados sobre o que os motivou a filiarem-se na Associação, entre as quais vale destacar: “Sempre acreditei nos sindicatos” (Apolo, 61 anos, professor) “Vontade de mudança, de união frente a tanta falta de respeito ao meio educacional” (Ulisses, 39 anos, professor) e a resposta de Gaia (60 anos, professora) “Atrasos de salários, perseguições políticas”, ao passo que, vale salientar, a grande maioria dos participantes (45% - treze participantes), neste quesito, respondeu de forma bem parecida esta questão: *ajudar a organizar a luta dos trabalhadores*. As respostas acima bem como as à questão 2 do Tema 3 do questionário fornece-nos o entendimento da presença de uma consciência política já bem atuante em pouco mais de metade dos respondentes que foram participantes das antigas associações que mais tarde se transformariam no SINPROESEMMA. Alguns associados já eram filiados a partidos políticos, dentre os quais 42 % afirmaram receber fortes influências dos partidos de

esquerda; todavia, mesmo sob estas influências, suas manifestações político-partidárias não podiam se tornar públicas, dada a conjuntura política da época. Assim, podemos afirmar que a memória dos membros do SINPROESEMMA é também fortemente constituída por uma vivência de militância partidária, por vezes camuflada, que precede e enforma a pertença ao associativismo laboral (associação primeiro, e posteriormente, sindicato).

Vale lembrar que a Ditadura Militar foi um período de muita repressão e incerteza para os trabalhadores brasileiros, não sendo a realidade diferente para os professores. Nesse aspecto, os profissionais da educação, de um lado, eram oprimidos pela ideologia do neoliberalismo na sua forma mais brutal, pois se encontravam apoiados pelas forças reacionárias do militarismo; e, do outro, pelo cerceamento da liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores (aqui entendido funcionário público) imposto pelo regime ditatorial dos governos militares.

Veja-se que em duas das respostas apresentadas acima, Apolo e Gaia (com 61 e 60 anos e idade, respectivamente), vivenciaram ambos o período de lutas da Associação para sobreviver no período a Ditadura Militar. Mas, mesmo sob forte pressão deste regime político, os professores lutaram por seus direitos e realizaram grandes conquistas em suas lutas sindicais. Tal afirmação pode ser comprovada pela questão 3 do Tema 3 do questionário, na qual 69% dos participantes da pesquisa responderam que *a transformação das associações de professores em sindicato trouxe grandes mudanças na luta pelos direitos dos profissionais da educação*. Tais mudanças criam uma nova perspectiva, como citado na página 29, no primeiro capítulo, quando falamos sobre as formas de organização dos trabalhadores no Brasil, apresentando uma nova conjuntura política mais alargada, em que a resistência dos povos tem garantido expressivas vitórias nos últimos anos com uma viragem à esquerda na América Latina através do fortalecimento de várias centrais sindicais e a criação de outras.

Percebe-se, portanto, que os trabalhadores passam a organizar suas lutas e desenvolver suas estratégias e táticas, com uma nova perspectiva política, com objetivo de atender as suas necessidades e afirmações nas diferentes culturas, etnias nacionais e sociais, o que consequentemente fez surgir num passado recente, movimentos sociais como da consciência negra, de grupos indígenas, de cultura popular, movimentos feministas, movimento dos “Sem Terra”, etc.

Nas narrativas de memória recolhidas nesta tese, o sindicato revela-se assim principalmente como lugar/instituição fundamental na ação coletiva da profissão ao aglutinar vontades individuais numa só: a da categoria. Assim, um dos elementos marcantes desta memória coletiva é a da luta, não só como agente de pertença à instituição, mas também, como condição vivencial dos que trabalhavam na área da educação ao longo dos tempos históricos do Brasil nesta tese tratados.

Estes foram alguns pontos importantes das nossas conclusões sobre a tese, pois se pretendíamos construir uma pesquisa que caracterizasse a identidade e memória do SINPROESEMMA, desde sua gênese como associação, a sua contextualização em relação ao sindicalismo no Brasil, as transformações pelas quais passou, as influências político-partidárias que sofreu e a sua estrutura organizacional até 2005, podemos afirmar que sim, conseguimos completar a nossa tarefa.

A memória e a identidade do SINPROESEMMA estão intrinsicamente relacionados à história de lutas dos trabalhadores da Educação do estado do Maranhão, a cada ação individual ou coletiva desempenhada por um de seus associados para sua existência e perpetuação, por isso, agradecemos a cada participante desta pesquisa que colaborou com suas vivências e experiências para a construção dessa memória coletiva, a memória e a identidade do SINPROESEMMA, especialmente, agradecemos a professora Esmeria, que muito contribuiu com suas memórias pessoais das suas atividades na instituição e os demais gestores do sindicato citados neste trabalho.

Este trabalho ao delinear o processo de criação do SINPROESEMMA através das memórias de seus filiados, forneceu também as linhas mestras da constituição da identidade docente como enunciada por vários autores, bem como o contexto do movimento sindical no Brasil para assim melhor integrar a história particular do movimento sindical da categoria dos trabalhadores em educação no estado de São Luís do Maranhão numa conjuntura mais alargada.

Ao levar a cabo esta delinação, não por uma vertente de uma metodologia historicista unicamente factual, mas também naquilo que são as expressões de vivências pessoais, traduzidas nas memórias dos trabalhadores e trabalhadoras que constituíram o SINPROESEMMA, este trabalho abre uma janela de entendimento sobre a história deste sindicato e do movimento sindicalista no Brasil, servindo como alicerce aos interessados

no tema. Também, é de relevância como parâmetro para a avaliação dos avanços e dos retrocessos das conquistas, dos pontos de conflitos e conseqüentemente da melhoria das condições de trabalho dos professores para uma educação de melhor qualidade no estado do Maranhão.

BIBLIOGRAFIA

- Abramides, M. Beatriz C. & Cabral, M. do Socorro Reis. (1995). *O novo sindicalismo e o serviço social*. São Paulo: Cortez.
- Aguena, Paulo. (2005). A estrutura sindical no Brasil e o crescimento da Conlutas. In: *Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional*. Disponível em: [http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=15:artigo 15&catid=8:brasil]. Acesso em 18 de abril de 2011.
- Antunes, Ricardo. (2010). *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Editora Cortez.
- Apple, Michel W. (1997). *Os professores e o currículo*. Lisboa: Educa.
- _____ (1995). *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- _____ (1987). *Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev.
- _____ (1988). *Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 64, p. 14-23, fev.
- Arroyo, Miguel. (1985) *Mestre, professor, trabalhador*. Belo Horizonte: FE-UFGM.
- Barone, Fernando (2005). Memória cotidiana e comunicação. In: *Comunicação & Educação*. São Paulo, v. 10, n. 2, pp. 179-193. Disponível em URL: http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/37526. Acesso em abril de 2013.
- Beech, N. (2000), Narrative styles of managers and workers: A tale of star-crossed lovers. *Journal of Applied Behavioural Science*, 36(2), 210-228.
- Berg, B. L. (2001). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*. Boston: Allyn and Bacon.

- Bergson, Henri, (1999). *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos)
- Bobbio, Norberto. (2011). *Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.
- _____ (2002). *Elogio da Serenidade e outros escritos*. São Paulo. Editora UNESP.
- _____ (2001). *Direita e Esquerda; razões e significados de uma distinção política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Editora UNESP.
- Bogo, Ademar. (2008). *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Borba, Amandia Maria (2001). *A Metodologia pertinente ao estudo da identidade de professores na prática da avaliação escolar*. *Contrapontos*. Itajaí, v. 1, n. 1. p. 39-61.
- Borges, Altamiro Pires (2008). *Sindicalismo: Resistencia e Alternativas*. Ed. Anita Garibaldi.
- _____ (2005). *Encruzilhadas do Sindicalismo*. São Paulo São Paulo. Ed. Anita Garibaldi.
- _____ (2003). *América Latina: Submissão ou Razão*. São Paulo. Ed Anita Garibaldi.
- Bosi, Ecléa. (2004). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Buonicore, Augusto. (2009). *Marxismo, História e Revolução: Encontro e desencontro*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Cardoso, Moreira Adalberto (1999). Os Cativos: Notas sobre o Financiamento da Representação Sindical no Brasil. In: Borges, Altamiro. (orgs.) *Administração Sindical em Tempos de Crise*. Edição CES. São Paulo.
- Carvalho, Flávio Rodrigo M.(2008). A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o pensamento filosófico de Norberto Bobbio sobre os direitos do homem. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XI, n. 57. Disponível em URL: <http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5147&revista_caderno=15 Acesso em set 2012.

Carvalho, Magda Costa (2012). Sobre a Instituição Bergsoniana da duração: O Tempo da Ciência e Espaço. *Kairos. Revista de Filosofia & Ciências*. Universidade dos Açores Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. Pp. 87-104. Disponível em URL: <http://kairos.fc.ul.pt/nr%204/A%20intui%C3%A7%C3%A3o%20bergsoniana%20da%20dura%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em outubro de 2013.

Castro Jorge Abrahão de (2009) *Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira*. Disponível em URL: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em outubro de 2013.

Candau, Vera Maria (orgs). (2000). *Reinventando a escola*. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes.

Cleide, Fátima. (2009). Organização e valorização dos funcionários: cenário atual e desafios. In: *Revista Retratos da Escola*. Volume 3, número 5, julho a dezembro, pp. 313-323.

Cruz, Hélvia Leite (2008). *Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica. Soc. estado*. [online]. vol.23, n.1, pp. 194-195. Disponível em URL: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000100014>. Acesso em março de 2014.

Delgado, Lucilia de Almeida (2006). *Historia Oral – memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Editora Autentica.

Diniz, Reinaldo Ramos ; Oliveira, Inês Barbosa (Orgs.)(2004). *Ação sindical, ação educativa e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: DP&A.

Dourado, Luiz Fernandes (2007). *Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil*: Disponível em URL: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em dezembro de 2013.

Fernandes, Antonia Terra de Calazans (1997). *Memórias de ofícios: história dos artesãos em São Paulo*. 221p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Ferreira Jr, Amarilio; Bitar, Marisa (2006). *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985)*. São Paulo: Edições Pulsar.

- Ferreira, Marieta de M.; Amado, Janaina (Org.). (2002). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Ferreira, Márcia Ondina V. (2007). Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. In: *Revista Educação & Sociedade*. V. 28, nº 99, pp. 377-399. Disponível em URL: [<http://www.cedes.unicamp.br>]. Acesso em março de 2013.
- Freire, Paulo. (1997). *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- _____. (1996). *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- _____. (2007). *Educação e Mudança*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Frigotto, Gaudêncio. (2009). Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. In: *Revista de Ciências da Educação Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa*. Pp. 129-136. Disponível em URL: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/escola_trabalho_numa_perspectiva_historica.pdf. Acesso em 21 de abril de 2011.
- Garcia, Maria Manuela Alves et al. (2005). As identidades docentes como fabricação da docência. In: *Rev. Educação e Pesquisa, São Paulo*, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005. [Em linha]. Disponível em URL: [<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a04v31n1.pdf>]. Acesso em fevereiro de 2013.
- Gerab, William Jorge e Rossi, Waldemar (2009). *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular.
- Giddens, Anthony (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.
- Germano, José Willington (2000). *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez.
- Giannotti Vito (2007). *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Mauad.
- Gohn, Maria da Glória Marcondes (1992). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Editora Cortez.

- Haguet, M. T. (2013). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petropolis: Editora Vozes.
- Halbwachs, Maurice (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.
- Hall, Stuart (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A.
- Hamilton, D. B. (1993). The idea of history and the history of ideas. *Image: Journal of Nursing Scholarship* 25, 45-48.
- Hargreaves, Andy (1998). *Os professores em tempos de mudança – o trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*. Lisboa: Mc Graw-Hill.
- Hypolito, Álvaro Moreira et al. (2003). *Trabalho docente, profissionalização e identidade: contribuições para a constituição de um campo de estudo*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 37, jul., p.123-138.
- Horn, Carlos Henrique (2006) *a Atomização da Estrutura Sindical Brasileira Após a Constituição de 1988*. Disponível em URL: [\[cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=vol.58,n.4/S00967252006000400019&script=...Print version\]](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=vol.58,n.4/S00967252006000400019&script=...Print%20version). Acesso em 15 de janeiro de 2014.
- Kassick, Neiva Beron(1993) e Kassick, Clovis Nicanor (1992). A Contribuição do Pensamento Pedagógico Libertário Para a História da Educação Brasileira. IN: *Revista Utopia #5 Portugal*. Disponível em: www.nodo50.org/insurgentes/textos/educa/11penspedagogico.htm]. Acesso em 23 de janeiro de 2014.
- Kenski, V. M. (1994). Memória e ensino. IN: *Cadernos de Pesquisa*, n.90, p.45-51, ago.
- Larson, S. M. (1980). Proletarianisation and educated labour. In: *Theory and Society*, 9, p. 131-175.
- Lima, José Edmilson de Souza. (2001). Autopreservação e Metamorfoses da Estrutura Sindical Brasileira. In: *Revista FAE*, Curitiba, v.4, n. 2, p.73-83, maio/ago. 2001. Disponível em URL: <http://www.fae.edu/revistafae/exibe-edicoes.vm?id=67810324>. Acesso em 23 de abril de 2014.

- Lima, Maria Regina Soares de. (2005). A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. In: *Revista Brasileira Política Internacional*. Vol. 48, n.1, pp. 24-59. Disponível em URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002. Acesso em 23 de abril de 2014.
- Lira, Bruno Carneiro. (2007). *O professor sociointeracionista e a inclusão escolar*. São Paulo: Paulinas.
- Loguercio, José Eymard. (2011). *Os limites da liberdade sindical no atual sistema jurídico brasileiro*. [Em linha]. Disponível em URL: [http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1165limites_da_liberdade.pdf]. Acesso em 20 de abril de 2011.
- Lopes, Luiz Paulo da Moita (2001). Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem sócio-construtivista. In: Ribeiro, B. T.; Lima, C. C.; Dantas, M. T. L. (orgs.) *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Ipub, Cuca, p. 55-71.
- Lopes, Sonia de Castro (2006). *Oficina de Mestres: História, Memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro(1932 – 1939)*. Rio de Janeiro: DP&A editora.
- Manfredi, Sílvia Maria (2002). *Formação Sindical: história de uma prática cultural no Brasil*. São Paulo: Escrituras Editora.
- Max, Karl; Engels, Friedrich (2010). *Manifesto do Partido Comunista* (1948). Porto Alegre: L&PM Pocket.
- Mederos, José Miguel Hernández (2009). O movimento sindical na América Latina: unidade imperfeita, mas necessária. In: Reis, Gilson (org). (2009). *Sindicalismo: cenários de um novo tempo*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Melucci, Alberto (2001). *A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Editora vozes.

- Mesquida, Peri (2014). Paulo Freire e Antonio Gramsci: a filosofia da práxis na ação pedagógica e na educação de educadores. In: *Revista HISTEDBR*. [On line]. PUC/PR. Disponível em URL: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art0343.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.
- Mészáros, István (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mindal, Clara Brener (2003). O Memorial como instrumento pedagógico na formação de professores. In: *Psicologia da Educação*. São Paulo: PUC-SP, n. 16, p. 25-34.
- Mochcovitch, Luna Galano (1988). *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, Série Princípios.
- Molina, Helder (2004). *A CUT e a Educação dos Trabalhadores – Programa Integrar de Formação Profissional: Travessia ou Permanência?* Projeto para Dissertação de Mestrado em Educação – Campo Trabalho e Educação - Na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ.
- Monlevade, João Antonio Cabral (2007). *Movimento Sindical dos Trabalhistas e Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação no Brasil*. (Programa de Formação da CNTE: um novo conceito de atuação sindical). Brasília: CNTE, Fascículo V, pp. 111.
- Monlevade, João Antonio Cabral (2001). *Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis*. Cinelândia/DF: Ideia Editora Ltda.
- Moraes, Leila Cristina Silveira de (2005). A Formação profissional em nível técnico no contexto da Política educacional dos Anos 90 – compreendendo os seus impactos a partir dos sujeitos que a vivenciam. In: SOUSA, Antonia de Abreu; Oliveira, Elenilce Gomes de. *Educação profissional: análise contextualizada*. Fortaleza/CE: CEFET-CE. Pp. 45-58.
- Moreno, Bruno (2012). Artigo CUT. Unidade sim, unicidade não! - Democracia Socialista. [Em linha]. IN: *Nacional sobre o Fim do Imposto Sindical*. Disponível em URL: [http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/artigos/item?item_id=207653]. Acesso em outubro de 2014.

- Nascimento, Antonio Eugenio do (2004). De hospedarias, andanças e aprendizagens: as virtudes da cooperação no sindicato e na escola. In: Oliveira, Inês Barbosa; Diniz, Reinaldo Ramos (orgs). *Ação sindical, ação educativa e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Nina Rodrigues, Maria Regina (1993). *Maranhão: do Europeísmo ao Nacionalismo – Política e Educação*. São Luís: SIOGE.
- Nora, Pierre (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. (Projeto História: História e Cultura). São Paulo, n.10, pp. 7-28.
- Nóvoa, Antônio (org) (1997). Diz-me como ensinar, dir-te-ei quem és e vice-versa. In: Fazenda, Ivani (org). *A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento*. Campinas: Papirus. Pp. 56-77.
- _____ (1992). Profissão professor. In: Novóia, Antonio (org). IN: *Vidas de professores*. Porto: Editora Porto.
- Oliveira, Zilma de Moraes Ramos de et al. (2006). *Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil*. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 547-571, set./dez. [Em linha] Disponível em URL: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0336129>.
- Pavão, Jadyr. (2014). *Lula livra os sindicatos de fiscalização*. [Em linha] Disponível em URL: [\[http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/lula-livra-sindicatos-fiscalizacao/\]](http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/lula-livra-sindicatos-fiscalizacao/). Acesso em 12 de março de 2015.
- Pollack, Michael. (2006). Memória e Identidade Social. IN: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. [Em linha]. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2006.
- Pragmácio Filho, Eduardo. (2010). *A arcaica estrutura sindical brasileira*. Disponível em URL: [\[http://www.administradores.com.br/informe-se/administracao-e-negocios/a-arcaica-estrutura-sindical-brasileira/34114/print/\]](http://www.administradores.com.br/informe-se/administracao-e-negocios/a-arcaica-estrutura-sindical-brasileira/34114/print/). Acesso em 21 de abril de 2011.

Queiroz, Álvaro (2009). *Algumas considerações de Epistemologia da Psicologia: a Fenomenologia como contraponto epistemológico do Positivismo*. Maceió, ano 3, n. 1, jul./dez. Disponível em URL: [<http://www.pesquisapsicologica.pro.br/>]. Acesso em 22 de abril de 2012.

Ramirez, Paulo N. (2011). A memória e a infância em Marcel Proust e Walter Benjamin. IN: *Revista Aurora*. Disponível em URL: [revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4424] . Acesso em 15 de março de 2013.

Reis, Gilson (org) (2009). *Sindicalismo: cenários de um novo tempo*. Belo Horizonte, Mazza Edições.

Regina, Maria Nina Rodrigues (1993). *Maranhão: do Europeísmo ao Nacionalismo Político e Educação*. São Luís, Editora Sioge.

Rêses, Erlando da S. (2008). *De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor*. Soc. Estado, vol.23, n. 2, p. 487-489. [Em linha]. Disponível em URL : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269]. Acesso em 12 de setembro de 2010.

_____. (2011). *Condições de emergência do sindicalismo docente*. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000200009. Acesso em 16 de outubro de 2012.

Ribeiro, Maria Luísa. (2003) *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. Campinas São Paulo, Autores Associados.

Rodrigues, Leôncio Martins (2000) Destino do sindicalismo. *Revista brasileira Ciências Sociais*. [online]. 2000, vol.15, n.43, pp. 182-185. Disponível em URL: [<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000200011>]. Acesso em 27 de julho de 2013.

Romanelli, Otaíza de Oliveira (2003). *Historia da Educação no Brasil (1930/1937)*. Petrópolis RJ, ed. Vozes Ltda.

Rosar, Maria de Fátima Félix. (1999). As políticas de gestão educacional sob a ótica da racionalidade capitalista: a reprodução de uma similaridade forjada entre indústria e

- escola. In: Ferretti, Celso J., Dagmar, M. L. Zibas et al. (Orgs.) *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Ed. Xamã.
- Salomão, Bluma. (2004). Políticas neoliberais em educação e resistência sindical: o caso do Estado de São Paulo. In: Oliveira, Inês Barbosa; Diniz, Reinaldo Ramos (orgs). (2004). *Ação sindical, ação educativa e produção acadêmica*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. (1998). Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 13, n. 38 . [Em linha]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01026909]. Acesso em 12 de outubro de 2010.
- Sarup, Madan. (1986). *Marxismo e Educação: Abordagem Fenomenológica e Marxista da Educação*. Tradução Waltesir Dutra. Rio de Janeiro. Editora Guanabara.
- Shiroma, Eneida Oto et al. (2004). *Política educacional*. Rio de Janeiro, DP&A, 3ª Edição.
- Silva, Carlos Augusto (2010). *Proust, Bergson, Benjamin: breve nota sobre o tempo, a duração e a modernidade na busca do tempo perdido*. Disponível em URL: [<http://www.jornalopcao.com.br/posts/editorial>]. Acesso em 02 de outubro de 2012.
- Silva, Tomaz Tadeu (org) (2009). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. São Paulo: Editora Vozes.
- Silveira, Alair. (2007). Teoria Política. (Programa de Formação da CNTE: *um novo conceito de atuação sindical*). Brasília: CNTE, Fascículo II. Pp. 125.
- Soares, José Rômulo (2006). O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a Relação Trabalho e Educação: Atualidade de Seus Fundamentos Pragmáticos. In: *Trabalho e Educação e a Crítica Maxista*. Rabelo, Jackline (Org). Fortaleza/CE: Editora UFC (Universidade Federal do Ceará). Pp. 87-99.
- Sodré, Werneck Nelson (1994). *Vida e Morte da Ditadura: Vinte Anos de Autoritarismo no Brasil*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda.

- Soninho, Guilherme Marques (2005). *O Novo Sindicalismo, a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores*. Entrevista cedida a Gil, Rosângela; Domingues Sérgio. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/artigos/2005/65/soninho-entrevista.html>. Acesso em 21 de abril de 2011.
- Souza, José dos Santos. (2002). *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90*. Campinas/SP: Autores associados.
- Souza, José Vieira de (2003). Narrativas de professores e identidade docente: o memorial como procedimento metodológico. IN: *Psicologia da Educação*. São Paulo: PUC-SP, n.16, p.11-24.
- Steinke, Adriane Lemos (2004). *Sindicalismo no Brasil*. SINTSEF.
- _____ (2001). *Origens do Sindicalismo no Brasil*. SINTSEF.
- Tardif, Maurice. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Thiry-Cherques, Hermano Roberto (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. IN: *Revista Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1.
- Venturini, Walter (2009). A nova cara do sindicalismo brasileiro. IN: *Teoria e Debate*. Disponível em URL: <http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/nacional/nova-cara-do-sindicalismo-brasileiro>. Acesso em 23 de maio de 2014.

DICIONÁRIOS ON-LINE:

Origem da Palavra. Site de Etimologia. Lista de Palavras. Disponível em URL: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/grupo/>. Acessado em 26 de maio de 2015.

IMPRENSA

Rodrigues, Walter (1980). Sabóia é contra os professores. *Jornal do Estado do Maranhão*, Caderno 3 de julho de 1980, pp. 3-4.

FONTES PRIMÁRIAS:**Legislação**

Brasil. (2008). LEI Nº 11.648, de 31 Março de 2008.

Proeja (2007). Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (documento base). *Formação Inicial e Continuada*. Brasília.

Livros de Atas

APEMA, São Luís (1976). *Ata nº 1 de reunião realizada no dia 10 de julho de 1976*. Livro 2, p. 2.

APEMA, São Luís (1979). *Ata nº 108, de reunião realizada no dia 21 de junho de 1979*. Livro 2, p. 119.

APEMA, São Luís (1979). *Ata nº 110, de reunião realizada no dia 28 de junho de 1979*. Livro 2, p. 120.

APEMA, São Luís (1979). *Ata nº 111, de reunião realizada no dia 7 de julho de 1979*. Livro 2, p. 129.

APEMA, São Luís (1980). *Ata nº 123, de reunião realizada no dia 26 de abril de 1980*. Livro 2, p. 138.

APEMA, São Luís (1980). *Ata nº 128, de reunião realizada no dia 29 de maio de 1980*. Livro 2, p. 144.

APEMA, São Luís (2001). *Ata nº (desconhecido) de reunião realizada no dia 20 de outubro de 2001*. Livro desconhecido (impressa e avulsa no arquivo de atas do SIMPROESEMMA).

Registro Especial de Títulos e Documento Livro nº 10

APENDICE

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO**Tema 1 do Questionário - Trajetória do Profissional na Educação**

- (1) O que o(a) Levou a ser Professor(a)?
- (2) Na sua Trajetória Profissional o que o motivou a filiar-se a Associação?
- (3) Qual foi a importância da Associação para os professores?
- (4) Por que as mulheres a princípio se identificaram melhor com a docência que os homens.
- (5) Como se dava o ingresso no Magistério?

Tema 2 do Questionário - Trajetória do Profissional na Condição de Sindicalizado

- (1) Qual Era o Tratamento dado pelo Governo as Reivindicações dos Professores no período da ditadura militar?
- (2) Na sua trajetória profissional existiam mais homens ou mulheres ministrando aula?
- (3) Como era estabelecido o salário daquela época?
- (4) Como se resolvia os conflitos entre o Governo a associação e/ou sindicato?

Tema 3 do Questionário - Trajetória do Profissional na Luta Sindical

- (1) Perguntamos como era ser sindicalizado naquela época?
- (2) Perguntado sobre a influência dos Partidos Políticos na direção dos sindicatos ou nos movimentos sindicais?
- (3) Perguntado qual foi sua expectativa na transformação da Associação de Professores do Estado do Maranhão (APEMA) em Sindicato?